UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

GABRIELA ZANIM

Álcool, drogas e inclusão social pelo trabalho: potencialidades e dificuldades de uma prática baseada na Economia Solidária

RIBEIRÃO PRETO

2019

GABRIELA ZANIM

**Álcool, drogas e inclusão social pelo trabalho: potencialidades e dificuldades
de uma prática baseada na Economia Solidária**

Versão Original

Dissertação apresentada à Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestre em Ciências, Programa de
Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica.

Área de concentração: Promoção de Saúde Mental

Orientadora: Profa. Dra. Regina Célia Fiorati

RIBEIRÃO PRETO
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Zanim, Gabriela

Álcool, drogas e inclusão social pelo trabalho: potencialidades e dificuldades de uma prática baseada na Economia Solidária. Ribeirão Preto, 2019.

194 f.: il.; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Enfermagem Psiquiátrica.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Célia Fiorati.

1. Álcool e Drogas. 2. Saúde Mental. 3. Economia Solidária. 4. Trabalho. 5. Inserção Social.

ZANIM, Gabriela

Álcool, drogas e inclusão social pelo trabalho: potencialidades e dificuldades de uma prática baseada na Economia Solidária

Dissertação apresentada à Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestre em Ciências, Programa de
Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica.

Aprovado em: ...../...../.....

Comissão Julgadora

Prof(a). Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

A todos àqueles que, devido ao uso de álcool e outras drogas, nas suas mais diversas formas, foram marginalizados da sociedade e principalmente do mercado de trabalho, bem como destituídos do seu “eu” por uma sociedade moralista e um modelo econômico perverso, e que hoje, buscam seu espaço na sociedade e sua ressignificação como sujeitos dotados de valores através de experiências de trabalho fundamentadas nos preceitos da Economia Solidária.

A todos profissionais, docentes, discentes das diversas áreas da saúde, da administração, da economia, do direito, das ciências sociais e às pessoas dos diversos ramos da comunidade que se fazem multiplicadores da temática e defensores da inclusão social pelo trabalho de pessoas vulneráveis, através de experiências voltadas para a Economia Solidária.

AGRADECIMENTOS

A caminhada até determinado objetivo nunca é realizada sozinha. A conclusão desta dissertação de mestrado reuniu forças diretas e indiretas de muitas pessoas que foram significativas para a sua concretização.

À Deus, Senhor de todas as coisas, Mestre dos mestres, Senhor e guia da minha vida, minha eterna gratidão por ter permitido todos os meios necessários para esta caminhada: pelo dom da vida, pelo dom da saúde, pelo dom do discernimento e seu cuidado Paternal durante todos os meus momentos. Obrigada Senhor, pois tenho a certeza de que caminhou ao meu lado durante todo este percurso e quando a caminhada esteve difícil demais, o Senhor me carregou em seus braços.

Ao meu pai, José Roberto, que sempre me apoiou em todas as decisões da minha vida e quando o assunto era a dedicação aos estudos, nunca mediu seus esforços. A você pai amado, meu eterno herói, agradeço por todo o apoio e por estar comigo sempre.

Ao meu irmão Marcus Vinicius por todas as palavras de ânimo e coragem e por ter sonhado e vibrado junto comigo em cada passo meu.

Ao meu noivo e futuro esposo, Thiago, agradeço pelo companheirismo e compreensão em todos os momentos. Obrigada por ter estado ao meu lado e ser minha fonte de tranquilidade.

À minha afilhada Lara, mesmo sendo ainda tão pequenina, foi minha grande inspiração me devolvendo ânimo, coragem e arrancando sorrisos nos meus momentos mais tensos.

A todos meus familiares e amigos que me apoiaram sem cessar nesta incrível aventura de ir em busca dos sonhos.

À minha orientadora, professora e amiga Regina Célia Fiorati, pela paciência, pelo imenso aprendizado e por fazer parte da construção deste objetivo.

À minha psicóloga Flávia Lizarelli, pelo cuidado com a minha saúde mental durante tantos anos, por me orientar a aprender a olhar para dentro de mim mesma

e assim, conseguir olhar mais adiante, seu trabalho para comigo tem sido maravilhoso.

A todo grupo de pesquisadores Communitas, pela parceria, amizade e respeito. Vocês colaboraram imensamente para este trabalho.

Aos profissionais e usuários do CAPS-ad II RP e, especialmente, ao Empreendimento Econômico Solidário Artesanato Lótus, sem o apoio de vocês a realização deste trabalho nunca seria viável.

À Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, por ter sido minha escola de vida nestes últimos anos, muito obrigada pelo acolhimento.

Por fim, agradeço a minha mãe, Maria Terezinha, a primeira idealizadora deste sonho, a primeira a acreditar que mesmo sob as possíveis dificuldades, tudo daria certo. Você esteve presente nos meus primeiros passos nesta Escola, me apoiou, me acompanhou, sonhou comigo. Pôde presenciar minhas primeiras conquistas na nova vida acadêmica. Agora, você não pode estar entre nós para presenciar a concretização do sonho que você sonhou primeiro, mas como já disse e sempre repito, o elo de amor entre mãe e filho nunca será rompido, então, a comunhão do nosso amor fará com que uma força divina e extraordinária nos una neste momento. A minha alegria pela conquista deste objetivo se unirá ao seu orgulho maternal aí de onde você está. Pois bem, mãezinha, conquistei o meu sonho, o qual era o seu também. Receba minha eterna gratidão e meu amor por ter me apoiado quando eu já não acreditava mais. Aí do alto, ao lado do nosso Deus, olhe por nós.

“Meu gosto de ler e escrever se dirige a uma certa utopia que envolve uma certa causa, um certo tipo de gente nossa. É um gosto que tem que ver com a criação de uma sociedade menos perversa, menos discriminatória, menos racista, menos machista que esta. Uma sociedade mais aberta, que sirva aos interesses das sempre desprotegidas e minimizadas classes populares e não apenas aos interesses dos ricos, dos afortunados, dos chamados “bem-nascidos””.

- Paulo Freire

RESUMO

ZANIM, Gabriela. **Álcool, drogas e inclusão social pelo trabalho: potencialidades e dificuldades de uma prática baseada na Economia Solidária.** 2019. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

O capitalismo, cujo modelo de organização do trabalho não permite que as populações mais vulneráveis (tais como a população em sofrimento pelo uso/abuso de álcool ou outras drogas) consiga acesso a uma colocação empregatícia formal, acaba por excluí-los para atividades laborais extremamente precárias. A Economia Solidária, como outra perspectiva de atividade econômica, tem se mostrado uma alternativa para orientar projetos de inclusão social pelo trabalho. O objetivo deste estudo foi analisar as potencialidades e dificuldades vivenciadas por uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária, desenvolvido por usuários de um CAPS-ad II (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas), incubado por uma Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários, a Co-Labora ITES, da Universidade de São Paulo. A pesquisa se caracterizou como um estudo de caso de abordagem qualitativa e teve como instrumentos e técnicas de coleta de dados: (a) questionário de caracterização socioeconômico em forma adaptada do modelo elaborado e validado por Mesquita (2012), a partir do referencial teórico de Robert Castel e sua descrição das zonas de vulnerabilidade social (2005); (b) observação participante; (c) diário de campo e (d) entrevistas semiestruturadas. A pesquisa ocorreu na sede do CAPS-ad II, situado na cidade de Ribeirão Preto (SP). Os sujeitos foram: (a) associados da iniciativa de inclusão social pelo trabalho do CAPS-ad II (08 membros); (b) a coordenadora da iniciativa (01 membro) e (c) membros da Co-Labora ITES (04 membros). Mediante análise dos dados das tabelas de caracterização socioeconômica dos membros da iniciativa, inferiu-se que estavam todos desempregados, dependiam de benefícios de proteção social, possuíam renda insuficiente para as despesas domésticas e pessoais, além de uma rede social de apoio frágil. De acordo com as entrevistas semiestruturadas e observação participante, pode-se descrever o processo de implementação e desenvolvimento da iniciativa de inclusão social pelo trabalho do CAPS-ad II. As dificuldades encontradas através da análise das entrevistas semiestruturadas se concentraram na rotatividade de participantes na iniciativa, somada aos diferentes perfis e momentos do tratamento para uso problemático de álcool e outras drogas, às recaídas no uso dessas substâncias, as dificuldades manuais e cognitivas, a dificuldade com transporte, recursos humanos e financeiros, a existência deste Empreendimento Econômico Solidário (EES) dentro da unidade de serviços de saúde mental, o tempo escasso dedicado às atividades produtivas e o manejo do dinheiro por parte dos membros associados. As potencialidades dizem respeito à formação de lideranças, à construção de identidades e representatividades dos associados, ao investimento pessoal na iniciativa de inclusão social, à ocupação como meio de ressignificação para o trabalho, à bagagem técnica dos membros da Co-Labora sobre Economia Solidária, à conquista do trabalho como direito e não meio terapêutico, à conquista da Lei Municipal e consequentemente dos Fóruns, Feiras e assembleias sobre Economia Solidária, à criação da Associação Pólvora, à atuação da participante coordenadora da iniciativa como meio de promoção de

autonomia e à formação em Economia Solidária através da incubadora. As redes sociais de suporte identificados foram os programas assistenciais do governo, a Lei Municipal, os Fóruns, as Feiras de Economia Solidária e assembleias. Os grupos sociais de suporte são o próprio CAPS-ad II, os membros familiares e a profissional coordenadora. Conclui-se que devemos olhar para as potencialidades, pois elas representam a força do empreendimento e as conquistas que o próprio grupo alcançou. As dificuldades devem ser enfrentadas com a união do próprio grupo, com o apoio da instituição do CAPS-ad II, da sociedade, da Co-Labora e das políticas públicas.

Palavras-chave: Álcool. Drogas. Saúde Mental. Economia Solidária. Trabalho. Inserção Social.

ABSTRACT

ZANIM, Gabriela. **Alcohol, drugs and social inclusion by labor: potentialities and difficulties of a practice based on Solidarity Economy.** 2019. 194 f. Master Thesis (Master Degree in Sciences) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

The capitalism system, whose work organization model does not allow the most vulnerable populations (such as population suffering from the use/abuse of alcohol or other drugs) to achieve access to a formal employment position, it ends up excluding them for extremely precarious labor activities. The Solidarity Economy as another perspective of economic activity has shown itself to be an alternative to guide projects of social inclusion by means of working. The purpose of this study was to analyze the potentialities and difficulties experienced by an initiative of social inclusion through the work in Solidarity Economy, developed by users of a CAPS-ad II (Psychosocial Care Center for Alcohol and Drugs), grounded by a Technological Incubator of Solidarity Enterprises, the ITES Co-Labora, of the University of São Paulo. The research was characterized as a case of study of qualitative approach and it had as instruments and techniques of data collection: (a) questionnaire of sociodemographic characterization in adapted form of the model developed and validated by Mesquita (2012), based on the theoretical framework of Robert Castell and his description of the areas of social vulnerability (2005); (b) participant observation; (c) field diary and (d) semi-structured interviews. The research occurred at the head office of CAPS-ad II, placed in the city Ribeirão Preto (SP). The subjects were: (a) members of the social inclusion initiative by working of CAPS-ad II (8 members); (b) the coordinator of the initiative (1 member) and (c) members of the ITES Co-Labora (4 members). By means of analysis of the data from the socioeconomic characterization tables of members of the initiative, it was inferred that they were all unemployed, they depended on social protection benefits, they had insufficient income for domestic and personal expenses, and they had a fragile social support network. According to the semi-structured interviews and participant observation, the process implementation and development of the social inclusion initiative through the work of CAPS-ad II can be described. The difficulties encountered through the analysis of semi-structured interviews focused on the turnover of participants in the initiative, added to the different profiles and moments of treatment for problematic use of alcohol and other drugs; the relapses in the use of these substances, the manual and cognitive difficulties, the difficulty with transportation, human and financial resources, the existence of this Solidarity Economic Enterprise (SEE) within the unit mental services, the sparse time dedicated to productive activities and the management of money by the partners members. The potentialities involve the formation of leaders, the construction of identities and representations of the partners who are members of the initiative of social inclusion, the occupation as a means of re-signification for the work, the technical knowledge of the members of the Co-Labora on Solidarity Economy, the achievement of the work as right and not as a therapeutic way, the conquest of the Municipal Law and consequently of the Forums, Fairs and assemblies on Solidarity Economy, the creation of the Pólvora Association, the performance of the coordinator participant of the initiative as means of promoting autonomy and the formation in Solidarity Economy through the Incubator. The social support networks identified were the

government's assistance programs, the Municipal Law, the Forums, the Solidarity Economy Fairs and assemblies. The social support groups are CAPS-ad II itself, the family members and the professional coordinator. We conclude that we must look at the potentialities, because they represent the strength of the enterprise and the achievements that own group has achieved. The difficulties should be faced with the union of the group itself, with the support of the institution of CAPS-ad II, of society, of the Co-Labora, and the public politics.

Keywords: Alcohol. Drugs. Health Mental. Labor. Social Inclusion. Solidarity Economy.

RESUMEN

ZANIM, Gabriela. **Alcohol, drogas e inclusión social a través del trabajo: potencialidades y dificultades de una práctica basada en la Economía Solidaria**. 2019. 194 f. Disertación (Master en Ciencias) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

El capitalismo, cuyo modelo de organización del trabajo no permite que las poblaciones más vulnerables (como la población que sufre de consumo/abuso de alcohol u otras drogas) accedan a un empleo formal, excluyéndolas de las actividades laborales extremadamente precarias. La Economía Solidaria, como otra perspectiva de la actividad económica, se ha mostrado como una alternativa para orientar proyectos de inclusión social a través del trabajo. El objetivo de este estudio fue analizar las potencialidades y dificultades experimentadas por una iniciativa de inclusión social a través del trabajo en Economía Solidaria, desarrollada por usuarios de un CAPS-ad II (Centro de Atención Psicosocial Alcohol y Drogas), sostenido por una incubadora Tecnológica de Empresas Solidarias, el ITES Co-Labora, de la Universidad de São Paulo. La investigación se caracterizó como un estudio de caso de enfoque cualitativo y tuvo como instrumentos y técnicas de recolección de datos: (a) cuestionario de caracterización sociodemográfica en forma adaptada del modelo desarrollado y validado por Mesquita (2012), basado en el marco teórico de Robert Castel y su descripción de las áreas vulnerabilidad social (2005); (b) observación del participante; (c) diario de campo y (d) entrevistas semiestructuradas. La investigación tuvo lugar en la sede de CAPS-ad II, ubicada en la ciudad de Ribeirão Preto (SP). Los componentes fueron: (a) miembros de la iniciativa de inclusión social a través del trabajo de CAPS-ad II (8 miembros); (b) el coordinador de la iniciativa (1 miembro) y (c) miembros del Grupo del Trabajo ITES (4 miembros). El análisis de las tablas de caracterización socioeconómica de los miembros de la iniciativa reveló que todos ellos estaban desempleados, dependían de las prestaciones de protección social, tenían ingresos insuficientes para cubrir sus gastos domésticos y personales y tenían una red de apoyo social débil. Según las entrevistas semiestructuradas y la observación participativa, se puede describir el proceso de implementación y desarrollo de la iniciativa de inclusión social a través del trabajo de CAPS-ad II. Las dificultades encontradas a través de las entrevistas semiestructuradas se centraron en la rotación de los participantes en la iniciativa, sumadas a los diferentes perfiles y tiempos de tratamiento para el uso problemático del alcohol y otras drogas; las recaídas en el uso de estas sustancias, las dificultades manuales e cognitivas, la dificultad con el transporte, los recursos humanos y financieros, la existencia de esta Empresa de Economía Solidaria (EES), dentro de la unidad de servicios de salud mental, el escaso tiempo dedicado a las actividades productivas y la gestión del dinero por parte de los miembros adjuntos. Las potencialidades están relacionadas con la formación de líderes, la construcción de identidades y representaciones de los asociados que son miembros de la iniciativa, la inversión personal en la iniciativa de inclusión social, la ocupación como medio de resignificación del trabajo, el conocimiento técnico de los miembros de Co-Labora en Economía Solidaria, la conquista del trabajo como derecho y no como medio terapéutico, la conquista del Derecho Municipal y consecuentemente de los Foros, Ferias y asambleas sobre

Economía Solidaria, la creación de la Asociación Pólvora, la realización de la actuación de la coordinadora de la iniciativa como medio de promover la autonomía. Las redes de apoyo social identificadas fueron los programas de asistencia del gobierno, la ley Municipal, los Foros, las Ferias y Asambleas de Economía Solidaria. Los grupos de apoyo social son los CAPS-ad II mismos, los miembros de la familia y el coordinador profesional. Concluimos que debemos considerar las potencialidades, porque representan la fuerza de la empresa y los logros que el propio grupo ha alcanzado. Las dificultades deben ser enfrentadas con la reunión del propio grupo, con el apoyo de la institución de CAPS-ad II, de la sociedad, del Co-Labora, y de las políticas públicas.

Palabras clave: Alcohol. Drogas. Economía Solidaria. Inserción Social. Salud Mental. Trabajo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias dos membros empreendedores identificadas no estudo	85
Quadro 2 – Categorias dos membros da Co-Labora ITES identificadas no estudo	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (N=6). Ribeirão Preto, 2019	74
Tabela 2 – Situação atual no mercado de trabalho - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019	75
Tabela 3 – Nível de escolaridade - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019	76
Tabela 4 – Rede familiar - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019	76
Tabela 5 – Rede domiciliar - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019	77
Tabela 6 – Sistema de proteção social - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019	78
Tabela 7 – Geração de renda e gastos familiares - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019	80
Tabela 8 – Organização familiar - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019	81
Tabela 9 – Acesso aos mecanismos de proteção social públicos ou privados - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019	82
Tabela 10 – Políticas sociais – serviços e benefícios utilizados - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019	83
Tabela 11 – Redes sociais - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019	84

LISTA DE SIGLAS

ABRASME - Associação Brasileira de Saúde Mental

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CAPS-ad II - Centro de Atenção Psicossocial II Álcool e Outras Drogas

CETREM - Central de Triagem e Encaminhamento ao Migrante, Itinerante e Morador de Rua

Centro POP – Centro De Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CID - Classificação Internacional de Doença

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COFEN - Conselho Federal de Entorpecentes

Co-Labora - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidário

COMUDA – Conselho Municipal de Drogas de São Paulo

CONAD - Conselho Nacional Antidrogas

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

CSDH – Comissão de Determinantes Sociais da Saúde

DDS - Determinantes Sociais da Saúde

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

EES – Empreendimento Econômico Solidário

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FEA – Faculdade de Economia e Administração

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

FMRP – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

FUNAD – Fundo Nacional Antidrogas

FUNCAB – Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate às Drogas de Abuso

FSM – Fórum Social Mundial

GT Nacional – Grupo de Trabalho em Economia Solidária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Inca – Instituto Nacional de Câncer

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITES - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários

LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MEDLINE - Medical Literature Analysis and Retrieval **System** on-line

MTE – Ministério do Trabalho

NAPS – Núcleos de Atenção Psicossocial

NUMI-EcoSol - Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Política Nacional sobre Drogas

PNCDT – Plano Nacional contra a droga e a toxicodependência

PNES – Plenárias Nacionais de Economia Solidária

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

RI - Revisão Integrativa

RP – Reabilitação Psicossocial

SDA - Síndrome de Dependência do Alcool

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SISNAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

SRT – Serviço Residencial Terapêutico

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNESCO – Organização para Educação e Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
1.1	O contexto histórico	25
1.2	A ação do Estado	28
1.3	O trabalho como eixo da reinserção social	33
1.4	A inclusão social pelo trabalho através de ações em Economia Solidária	34
1.5	As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares	36
1.6	A inclusão social, a Economia Solidária e os usuários de álcool e outras drogas: uma Revisão Integrativa	40
1.6.1	As relações de trabalho, a inclusão social, saúde mental e suas limitações	42
1.6.2	A Economia Solidária como caminho possível à inclusão social pelo trabalho	45
2	REFERENCIAL TEÓRICO	47
2.1	A Reabilitação Psicossocial	48
2.2	A Economia Solidária	55
3	OBJETIVOS	61
3.1	Objetivo geral	62
3.2	Objetivos específicos	62
4	MATERIAL E MÉTODOS	63
4.1	Delineamento do estudo	64
4.2	Cenário e local do estudo	65
4.3	Participantes do estudo	66
4.4	Instrumentos de coleta de dados	67
4.5	Etapas do estudo	68
4.6	Análise dos dados	69
4.7	Procedimentos éticos	71
5	RESULTADOS	72
5.1	Caracterização e apresentação dos dados do questionário socioeconômico	74
5.2	Apresentação dos dados das entrevistas semiestruturadas dos sujeitos da pesquisa	85
5.2.1	Processo de implementação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária	87
5.2.1.1	<i>Continuidade do projeto de implementação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho</i>	87
5.2.1.2	<i>Processo de formação da iniciativa marcada por parceria entre a Co-Labora ITES e o CAPS-ad II</i>	89
5.2.1.3	<i>O convite aos participantes do CAPS-ad II para a experimentação de uma nova atividade</i>	89

5.2.1.4	<i>O objeto de produção</i>	90
5.2.2	<i>A contextualização da Economia Solidária sob a ótica do associado</i>	92
5.2.2.1	<i>O conhecimento em Economia Solidária, a prática cotidiana e o saber dos associados</i>	92
5.2.2.2	<i>Valores éticos que se compatibilizam com a Economia Solidária</i>	94
5.2.3	<i>Dificuldades com o processo de implementação e atuação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho</i>	95
5.2.3.1	<i>Rotatividade de membros associados no empreendimento</i>	95
5.2.3.2	<i>Diferentes perfis dos membros associados</i>	95
5.2.3.3	<i>Recaídas no tratamento</i>	96
5.2.3.4	<i>Dificuldades expressadas pelos membros associados</i>	96
5.2.4	<i>Potencialidades da iniciativa</i>	98
5.2.4.1	<i>Estratégias de fortalecimento encontradas pela iniciativa de inclusão social pelo trabalho</i>	98
5.2.4.2	<i>Formação de lideranças</i>	99
5.2.4.3	<i>Investimento pessoal na iniciativa de inclusão social pelo trabalho</i>	100
5.2.4.4	<i>Ocupação como meio de ressignificação do trabalho</i>	101
5.2.5	<i>Redes de apoio do empreendimento</i>	102
5.2.5.1	<i>Conquista da Lei Municipal, das Feiras, do Fórum e das assembleias de Economia Solidária</i>	102
5.2.5.2	<i>A coordenação profissional técnica do serviço como suporte</i>	103
5.2.5.3	<i>A significação do empreendimento solidário como apoio ao processo de re-contextualização de vida</i>	103
5.2.6	<i>O processo de formação da Co-Labora ITES</i>	106
5.2.6.1	<i>O surgimento do primeiro edital</i>	106
5.2.6.2	<i>O envolvimento de novos professores, bolsistas e estagiários à incubadora</i>	107
5.2.6.3	<i>O processo de estruturação da Co-Labora ITES</i>	108
5.2.6.4	<i>Capacitação em Economia Solidária</i>	110
5.2.6.5	<i>O fomento de políticas públicas sobre Economia Solidária com o apoio da Co-Labora ITES</i>	110
5.2.6.6	<i>A criação da Associação Pólvora</i>	111
5.2.6.7	<i>O surgimento do segundo edital</i>	114
5.2.7	<i>Análise do EES estudado através dos membros da Co-Labora ITES</i>	115
5.2.7.1	<i>O relacionamento da Economia Solidária com o sistema de economia formal</i>	116
5.2.7.2	<i>A importante afirmação do trabalho como direito e não meio terapêutico</i>	117
5.2.8	<i>Dificuldades e desafios</i>	118

5.2.8.1	<i>Rotatividade dos membros participantes da iniciativa de inclusão social pelo trabalho</i>	118
5.2.8.2	<i>Dificuldades com habilidades e cognição dos membros participantes</i>	120
5.2.8.3	<i>Limitações com recursos e transporte dos membros participantes</i>	121
5.2.8.4	<i>O EES dentro dos serviços de saúde mental</i>	122
5.2.8.5	<i>O uso do dinheiro pelos participantes membros do EES</i>	125
5.2.8.6	<i>O não envolvimento de um membro da Co-Labora ITES com a iniciativa de inclusão social</i>	125
5.2.9	<i>Potencialidades da iniciativa de inclusão social pelo trabalho</i>	126
5.2.9.1	<i>A bagagem técnica sobre Economia Solidária dos membros da Co-Labora ITES</i>	127
5.2.9.2	<i>O apoio da Co-Labora ITES na consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho</i>	128
5.2.9.3	<i>É possível a formação de um empreendimento engajador</i>	128
5.3	<i>Apresentação dos dados da observação participante</i>	130
5.3.1	<i>A observação dos participantes associados da iniciativa de inclusão social pelo trabalho</i>	131
5.3.2	<i>A observação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho</i>	134
5.3.3	<i>A observação das Feiras de Economia Solidária</i>	136
5.3.4	<i>O papel da pesquisadora na observação participante</i>	139
6	DISCUSSÃO	140
7	CONCLUSÃO	169
	REFERÊNCIAS	173
	APÊNDICES	186

1 INTRODUÇÃO

O consumo de substâncias psicoativas perpassa toda a antiguidade (WEIL, 1986; BERGERET; LEBLANC, 1991). Presente desde as mais antigas eras históricas em todo o mundo, o consumo dessas substâncias é comum ao ser humano. Acredita-se que o único povo que não consumiu qualquer substância psicoativa ou “intoxicante tradicional” por não ter condições de cultivo foram os esquimós, que tiveram que aguardar que o homem branco lhes apresentasse o álcool (WEIL, 1986, p. 25).

“A droga sempre existiu, mas ela aparece como que para inserir-se na trajetória do ser humano, num lugar previamente preparado para ela, onde aninha-se bem no fundo do que há de mais intimamente ligado às perturbações interiores, às emoções que emergem, ainda confusas e indiferenciadas, no seio da vida psíquica (...).” (BERGERET; LEBLANC, 1991, p. 13).

Ao que relatam Huxley, Horowitz e Palmer (1983), o ser humano sempre buscou meios de fugir, mesmo que temporariamente, de suas próprias existências enfadonhas e consideravelmente desagradáveis. Segundo os autores, é importante destacar que o consumo de substâncias pelo homem primitivo esteve presente na maioria das religiões e os caminhos farmacológicos explorados para a fuga da realidade, foram traçados com uma precisão surpreendente. Assim, os persas, os gregos e os antigos hindus utilizavam o álcool para a produção do êxtase religioso; os mexicanos tinham alucinações visuais de cunho místico ao digerir uma espécie de cacto venenoso e os xamãs da Sibéria adquiriram entusiasmo e o dom da fala em línguas consumindo certos tipos de cogumelos (HUXLEY; HOROWITZ; PALMER, 1983).

Diante desse contexto histórico, as substâncias psicoativas passaram por vários processos de transformação. Os processos de destilação, concentração e síntese tornaram essas substâncias produtos altamente potentes quando comparados ao produto original (BERGERET; LEBLANC, 1991). Para Weil (1986), o álcool foi a substância psicoativa mais utilizada, uma vez que o ser humano não necessitou de muito tempo para compreender que o consumo de sucos fermentados produz interessantes variações da consciência.

Foi a partir dos anos de 1960 que o consumo de substâncias psicoativas tornou-se uma preocupação, principalmente, do mundo ocidental urbano e capitalista. Anos

mais tarde, o fato ganhou destaque na mídia ocidental, porém, nem sempre anunciado com a seriedade que o tema exige ou mesmo com o respaldo científico necessário (BUCHER, 1992).

A oferta e variedade de substâncias psicoativas acessíveis em todas as camadas sociais, no contexto consumista da sociedade globalizada e contemporânea, desvinculou o uso das substâncias de outras atividades sociais, passando a justificar-se por si próprio (BECK; DAVID, 2007). Assim, o crescente aumento do consumo das substâncias psicoativas tem mostrado magnitude suficiente para justificar uma abordagem de saúde pública para intervenções precoces, e nesse contexto, deve-se ponderar a questão do uso abusivo - que acarreta danos *versus* o uso “não abusivo” - que não acarreta danos significativos para uma intervenção clínica (SOUZA; RONZANI, 2012).

1.1 O contexto histórico

Com a transformação histórica do uso de substâncias psicoativas, verifica-se, primeiramente, uma modificação na concepção de “alcoolismo”. Magnus Huss, no ano de 1849, compreendia o alcoolismo como um quadro de intoxicação crônica alcoólica, descrição pautada basicamente em decorrência do consumo do álcool em todo sistema orgânico do indivíduo. No ano de 1931, o *Royal College of Physicians* de Londres inovou ao agrupar o conceito de alcoolismo no quadro das Doenças Mentais, classificação aprovada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1950 (SOUZA; GARNELO, 2006).

Jellinek, em seu erudito trabalho “*The Disease Concept of Alcoholism*”, ainda na segunda metade do século XX, influenciou significativamente o progresso do conceito de alcoolismo, fundamentando-o como patologia somente quando o indivíduo apresentava perda do controle, abstinência e tolerância. No ano de 1976, Griffith Edwards e Milton Gross recomendaram uma classificação inovadora, a Síndrome de Dependência do Álcool (SDA), considerada um transtorno que se desenvolve com o passar dos anos e influenciada por fatores biológicos e culturais. Nesse sentido, a abstinência, fenômeno apresentado com relevância, pode ser considerada quando o indivíduo realiza o consumo da bebida para aliviar seus sintomas (GIGLIOTTI; BESSA, 2004).

Em relação ao uso de outras drogas, um panorama semelhante é apresentado. A Classificação Internacional de Doenças (CID) considera os termos uso nocivo e dependência na presença de danos físicos e mentais. Já o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM - V) envolve os termos abuso de substância e dependência de substância ao quadro Transtornos do Uso de Substâncias categorizados como leve, moderado ou grave de acordo com critérios diagnósticos previamente definidos. Ao que se observa, tem-se uma notável patologização do padrão de consumo (BRASIL, 2011b).

Dados do 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, que reuniu entrevistas de 17 mil pessoas com idade entre 12 e 65 anos no território nacional, coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Câncer (Inca) e a Universidade de Princeton – EUA (Estados Unidos da América), revelaram que 3,2% dos brasileiros (4,9 milhões de pessoas) consumiram algum tipo de substância ilícita nos 12 meses que antecederam a pesquisa (a pesquisa ocorreu no ano de 2015). A substância ilícita mais consumida no Brasil é a maconha, com 7,7% da população de 12 a 65 anos com ao menos um uso na vida. A cocaína ocupa o segundo lugar, 3,1% da população que já consumiu a substância alguma vez na vida. Em torno de 1,4 milhão de pessoas (0,9% da população) entre 12 e 65 anos afirmaram ter feito uso de crack e seus similares alguma vez na vida. Quanto ao uso de medicações opiáceas e benzodiazepínicas nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa, estas substâncias foram consumidas sem prescrição médica ou de modo diferente da orientada pelo profissional em 0,6% e 0,4% respectivamente. No que diz respeito às drogas lícitas, em relação ao tabaco, 33,5% dos entrevistados declararam ter consumido a substância pelo menos uma vez na vida. No entanto, ao que se refere ao consumo de álcool, mais da metade da população pesquisada declarou ter feito consumo alguma vez na vida, 30,1% dos entrevistados afirmaram ter consumido álcool nos 30 dias anteriores à pesquisa e, em torno de 2,3 milhões de pessoas apresentaram critérios para dependência de álcool nos 12 meses que antecederam o estudo (BASTOS, 2017).

Para além das abordagens médicas, em uma perspectiva sociológica, em relação ao consumo de substâncias psicoativas, Becker (2008) em seu livro “Outsiders: estudos da sociologia do desvio” contextualiza o padrão de consumo da

maconha. O autor relata que explicações psicológicas não justificam o motivo pela escolha do consumo da substância. De acordo com a pesquisa do autor, uma pessoa geralmente inicia o uso de maconha motivado pelo contexto social em que se encontra, a partir do qual o sujeito passa por um processo de aprendizagem para usar a substância. Assim, uma pessoa que, em um dado momento, é incapaz de consumir maconha por prazer, em outro, poderá se tornar capaz de usar e, posteriormente, poderá se tornar incapaz novamente, motivado pelo grupo social ao qual adere. As mudanças no comportamento de um indivíduo são complexas e difíceis de serem explicadas pela sua necessidade de “fuga”, entretanto, de fácil compreensão como consequência de mudanças em seu próprio entendimento a respeito da maconha. O indivíduo pode considerar a maconha como algo passível de lhe dar prazer. Sendo assim, este sujeito pode ser reconhecido como alguém psicologicamente normal (BECKER, 2008, p. 54)

O autor contextualiza ainda que um indivíduo se tornará capaz de consumir maconha por prazer somente quando compreender todo o processo de aprendizagem: é preciso aprender a consumir a substância, aprender a perceber e gostar dos efeitos que ela produz, aprender a reconhecer tais efeitos e ter consciência do fato de a ter consumido. O padrão de consumo de maconha pode ser dividido em três estágios distintos, a saber: “iniciante”, indivíduo que consome maconha pela primeira vez; “usuário ocasional”: indivíduo com consumo esporádico e “usuário regular”: sujeito que mantém padrão de consumo da maconha rotineira e diariamente (BECKER, 2008, p. 71). Nessa perspectiva, portanto, o uso de substâncias psicoativas descola-se da perspectiva médica de que uma pessoa inicia o uso por fragilidade psicológica, fuga do sofrimento, ou transtornos mentais, mas sim como uma forma de aprendizagem social, permeada pela interação do sujeito com um determinado universo simbólico de sua cultura, a qual valoriza determinadas práticas como prazerosas e outras não. Dessa forma, denota-se que o uso de drogas tem muito mais a ver com a cultura e as práticas sociais do que com patologia e, portanto, deve ser compreendido como fenômeno complexo, multidimensional e não pelo prisma obtuso médico e jurídico-criminalizador.

1.2 A ação do Estado

A prática do consumo de substâncias psicoativas se constituiu nos tempos mais remotos e sempre sofreu algum tipo de regulação social. No entanto, a partir do século XIX, formas de apresentação mais potentes foram sendo produzidas, fato acompanhado por popularização crescente das substâncias e expansão de seu consumo com finalidade terapêutica e recreativa. Nesse contexto, houve um esmorecimento das estratégias socioculturais de regulação do consumo, resultando na inevitável intervenção reguladora do Estado, a qual tem sido consubstanciada através da elaboração de políticas públicas (ALVES, 2009).

Assim, o proibicionismo e a redução de danos, duas visões antagônicas a respeito do enfrentamento do uso de substâncias psicoativas, começam a traçar seus limites. O conceito de proibicionismo prevaleceu por muitos anos e manteve a questão do uso do álcool e de outras drogas em fronteiras austeramente delineadas e, como cerne da compreensão e do tratamento, a associação drogas-comportamento antissocial (álcool) ou criminoso (drogas ilícitas), os quais objetivavam exclusivamente a abstinência (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

As políticas públicas sobre drogas de caráter proibicionista surgiram nos Estados Unidos, no século XIX. Essas políticas foram relacionadas a dois principais modelos: o moral/criminal e o modelo centralizado na doença. No primeiro modelo, o consumo de substâncias psicoativas é encarado como problemática moral e prática delituosa, cujos usuários devem ser privados de suas liberdades. No segundo modelo, centrado na doença, o consumo de substâncias psicoativas e a dependência são aceitos como patologia biologicamente determinada e seu manejo deve se dar através de tratamento e reabilitação, os quais muitas vezes, é realizado mediante o isolamento do usuário (ALVES, 2009). Assim, têm-se dois modelos consideravelmente conflitantes quanto aos seus modos de intervenção, porém, se alinham no conceito da eliminação do consumo de substâncias psicoativas através de estratégias punitivas, como o encarceramento (SILVA; MONTEIRO, 2014).

Para a realidade nacional, essas abordagens resultaram no aumento das prisões de usuários de substâncias psicoativas devido ao aumento no consumo sendo que a abordagem assistencial à saúde objetivando exclusivamente a

abstinência não trouxe resultados eficazes para os diversos consumidores dessas substâncias (SOUZA et al., 2018).

O modelo proibicionista imperou por muitos anos nas políticas públicas de substâncias psicoativas no Brasil (SILVA; MONTEIRO, 2014). No início do século XX destacou-se a venda de substâncias opiáceas no país. A fim de se instalar políticas públicas de enfrentamento do consumo, foi promulgada a Lei n. 891/1938, a qual propunha internação compulsória por tempo indeterminado aos usuários, além da reclusão para aqueles indivíduos que vendessem ópio e seus derivados (BRASIL, 1938). Em 1964, foi promulgada a Convenção Única sobre Entorpecentes, através do Decreto n. 54.216. Neste momento, a preocupação com a saúde física dos usuários de substâncias psicoativas e a prevenção do consumo começa a imergir (BRASIL, 1964).

Já em 1971, com a Lei 5.726, foi efetivado um enfoque mais específico às intervenções à saúde, apesar de estar restrita aos dependentes de substâncias em conflito com a lei que não possuíam condições de percepção acerca do caráter ilícito de suas ações. Posteriormente, a Lei n. 6.368/1976 substitui a anterior e legitima a assistência à saúde dos usuários de substâncias psicoativas mediante não somente ao regime de internação, mas através da avaliação do quadro do usuário. Naquele momento, a assistência à saúde passou a se apropriar da abordagem extra hospitalar, pautada nos modelos da Reforma Psiquiátrica. Entretanto, a escassez de recursos terapêuticos fez do hospital psiquiátrico a ferramenta de assistência à saúde exclusiva daquele cenário (BRASIL, 1971).

No ano de 1980, o Decreto n. 85.110, instituiu o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes e normatizou o Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN) (BRASIL, [20-- *homepage*]). EM 1986, a Lei n. 7.560 foi sancionada e criado o Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB). Em 1993, a Lei n. 8.764 cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes e em 1999, a Lei n. 9.804 altera a Lei n. 7.560/86. Em 1998, o COFEN foi reformulado para Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e criada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), ambos os órgãos anteriormente vinculados ao Ministério da Justiça, passam a integrar os órgãos da Casa Militar da Presidência da República (BRASIL, [20-- *homepage*]).

No ano de 2001, foi criada a medida provisória n. 2.216-37, que tratava da organização da Presidência da República e dos Ministérios que alterou a denominação do FUNCAB para FUNAD (Fundo Nacional Antidrogas) (BRASIL, 2011a). Outro fato que merece destaque foi a criação da Política Nacional Antidrogas, em 2002, pelo Decreto n. 4.345, que previa que o consumo de drogas era uma grave ameaça a humanidade, além de estar associado aos problemas com a criminalização (BRASIL, 2002). Ainda no ano de 2002, foi sancionada a Lei n. 10.409 que modificou a antiga Lei n. 6.368/1976. No delineamento deste processo histórico, evidencia-se o fato de que, no ano de 2004, o Ministério da Saúde formulou a política para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Foi através desta legislação que o uso nocivo e/ou dependência de álcool e outras drogas ocupou espaço na agenda da saúde pública, representando aqui um importante marco para as conquistas na área (BRASIL, 2004). Importante destacar a articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS) que passa a responsabilizar-se pela atenção especializada aos usuários problemáticos de álcool e outras drogas (SILVA; MONTEIRO, 2014).

Em 2005, o CONAD passou por um processo de reconstrução e, através da Resolução n. 3, foi aprovada a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), porém, mantendo vigente o Decreto n. 4.345/2002. Com esta legislação, tem-se maior enfoque nas ações políticas de redução de danos que permite que as ações baseadas nas teorias proibicionistas comecem a se enfraquecer e iniciar uma nova fase no contexto das políticas sobre a demanda e oferta das drogas (SANTOS; OLIVEIRA, 2012; BRASIL, 2011a; 2019c).

A Lei n. 11.343 foi sancionada no ano de 2006 e instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). A Lei preconizou a melhoria da qualidade de vida do usuário e dependente de álcool e outras drogas e, a seus familiares, indicou medidas para prevenção do uso indevido de substâncias psicoativas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes, bem como a redução de danos ligados ao uso dessas substâncias. A Lei n. 11.343/2006 previa a diferenciação da figura do traficante com a do usuário/dependente de substâncias psicoativas, os quais passaram a ocupar capítulos diferentes na legislação e a ser tratados de modo diferenciado (BRASIL, 2006; 2019c).

Em uma outra perspectiva, a política da redução de danos, abordagem alternativa ao proibicionismo, considera o indivíduo em sua singularidade e desenvolve com ele estratégias na defesa de sua vida sem dar enfoque à abstinência como objetivo central do tratamento (BRASIL, 2003). Os princípios e estratégias da redução de danos tiveram suas origens na Holanda na década de 1980, quando usuários de substâncias psicoativas injetáveis exigiram do governo medidas de prevenção ou que diminuíssem os riscos da contaminação pelo vírus da Hepatite B. Tempos mais tarde, o fato impulsionou a criação de medidas preventivas para a contaminação do vírus da AIDS, originando assim, a implementação das estratégias de redução de danos (BRASIL, [20-- homepage]).

Ainda no aquecimento dos debates sobre drogas no Brasil e o nítido aumento do consumo de crack, em 2010, foram implantadas medidas sanitárias para o enfrentamento do consumo da substância. Neste ano, foi criado o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, através do Decreto n. 7.179. A iniciativa mantém a mesma abordagem das políticas governamentais anteriores: a repressão à oferta de substâncias psicoativas e do narcotráfico, porém, é inovadora por prover ações de prevenção, tratamento e reinserção social; diagnóstico do cenário de consumo do crack; campanhas de mobilização, informações e orientações; formação de recursos humanos e desenvolvimento de medidas para o enfrentamento de tal fenômeno (BRASIL, 2010; SILVA; MONTEIRO, 2014). Para Alves (2009), o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas representou um retrocesso no modo de cuidar dos usuários problemáticos de álcool e outras drogas, pois manteve formas militarizadas de cuidado como a internação compulsória.

Souza et al. (2018) destacam que essa legislação enfatiza o consumo de crack em relação às demais substâncias psicoativas. Tal fato se deve à necessidade do governo em conferir resposta política aos apelos da mídia nacional ao imprimir medo na população, alegando que o crack é uma substância mais prejudicial que as demais. Apesar da confirmação do fato, dados epidemiológicos apresentam o álcool como a substância psicoativa mais prejudicial devido suas consequências de ordem econômica, social e de saúde pública. Assim, no ano de 2011, foi lançado o plano “Crack: é possível vencer” que objetivou ampliar a oferta de tratamento e atenção aos usuários de tais substâncias, combater o tráfico de drogas e organizações

criminosas e potencializar os meios de prevenção do consumo por meio de atividades educacionais, informativas e de capacitação (BRASIL, 2012a).

Diante do contexto, a Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, propôs um novo debate sobre as questões do álcool e outras drogas, ressaltando a questão da criminalidade (tráfico) e a ineficácia da legislação pautada no proibicionismo. Dessa forma, sugeriu que o consumo de drogas fosse incluso no âmbito da saúde pública, que se promovesse redução do consumo através de ações de informação e prevenção e se enfatizasse a questão da repressão contra o crime organizado. Assim, deixava claro que não estava sendo traçada ali uma política contrária ao proibicionismo, mas sim uma reflexão acerca das deficiências de uma estratégia proibicionista (como a seguida, por exemplo, pela política estadunidense) e sobre as vantagens e limites da estratégia de redução de danos, seguida por países como a União Europeia (COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA, 2011).

Ainda em 2011, no dia 23 de dezembro, a Portaria n. 3.088, instaura a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para indivíduos com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades em consequência do uso do crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS (BRASIL, 2011c). A RAPS deve garantir humanização, articulação e atendimento integral no que diz respeito à reabilitação psicossocial desta população, além de permitir o acesso e o cuidado em saúde mediante estratégias de promoção, tratamento e a reabilitação psicossocial. Tais medidas devem ser garantidas através de práticas que promovam o fortalecimento familiar e a participação social no território, com articulação dos diversos pontos de atenção à saúde e garantindo o cuidado qualificado através de ações de acolhimento, acompanhamento contínuo e atenção às urgências (SÃO PAULO, 2015).

Mais recentemente, no ano de 2017, a Portaria Interministerial nº. 2 criou o Comitê Gestor Interministerial objetivando a coordenação das ações de pesquisa, cuidados, prevenção, formação e reinserção social na esfera federal, sendo composto pelos Ministérios da Justiça, Trabalho, Saúde e Desenvolvimento Social e Agrário. Atualmente, está vigente a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), aprovada através do Decreto n. 9.761 do ano de 2019 (BRASIL, 2019b). A nova política está sendo desenvolvida através da união dos Ministérios da Cidadania, da

Saúde, da Justiça e Segurança Pública, dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher. A estratégia de tratamento preconizada pela atual política governamental valoriza o cuidado centralizado na abstinência do usuário e não mais nas estratégias de redução de danos, além de fortalecer e incentivar social e financeiramente as estratégias de tratamento focadas nas Comunidades Terapêuticas. Este retrocesso nas políticas sobre drogas provocou críticas e polêmicas em diversos segmentos do país (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, [2019]; BRASIL, 2019b). Sobre este retrocesso, falaremos mais detalhadamente no capítulo 6 - Discussão.

Ao analisar o percurso histórico que a legislação brasileira traçou por tantos anos sob as políticas públicas sobre drogas, verifica-se que barreiras legais foram impostas para a elaboração de novos modelos de atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas, além de manter arraigada a teoria proibicionista em contraposição à abordagem de redução de danos (ALVES, 2009).

1.3 O trabalho como eixo da reinserção social

Com o aumento de estratégias no cenário da redução de danos e com a PNAD 2005 (BRASIL, 2011d), houve uma crescente argumentação com o intuito de favorecer políticas públicas que privilegiem, cada vez mais, a reinserção social dos usuários de álcool e outras drogas no campo da reabilitação. A reinserção social deve ser compreendida em seu panorama transversal e amplo no contexto do uso abusivo de álcool e outras drogas. Não havendo um modelo ou conceito único, importa realçar alguns elementos comuns, centrais quando se fala de reinserção, que se referem à socialização ou ressocialização do indivíduo, reestruturação da vida e realização pessoal, construção de um projeto de vida satisfatório e sustentável, com envolvimento da família e da comunidade. (PNCDT, 2012).

Nesse sentido, a RAPS, como importante rede que articula a reabilitação psicossocial como abordagem preferencial para os serviços de saúde mental e para indivíduos com necessidades devido ao uso de álcool e outras drogas, atrela a inclusão social pelo trabalho na perspectiva da Economia Solidária, inserindo o trabalho nesses preceitos como eixo da reabilitação psicossocial. Assim, a RAPS organiza um potente meio de trabalhar a reinserção social de populações vulneráveis (BRASIL, 2011c).

Para Rodrigues, Marinho e Amorim (2010), o trabalho é meio de proteção às recaídas e às crises dos usuários dos serviços de saúde mental e da população usuária de álcool e outras drogas. Por outro lado, encontra-se respaldo na literatura quando se trata do trabalho como alicerce distinto da reabilitação dessa população. Saraceno (1999) aponta que o trabalho, para que seja ferramenta de inclusão laboral e social, deve ser compreendido como produção e troca de mercadorias e valores. É necessária uma reflexão sobre o sentido do trabalho no processo reabilitativo, partindo da noção de trabalho como promotor de interesses, necessidades e desejos (LUSSI; MATSUKURA; HAHN, 2011).

1.4 A inclusão social pelo trabalho através de ações em Economia Solidária

A Economia Solidária surgiu em um momento em que diversas formas de sobrevivência econômica precisaram ser encontradas devido à flexibilização e precarização do trabalho da sociedade contemporânea (SANTOS; CARNEIRO, 2008). Movimento de luta contra a exclusão social e econômica, a Economia Solidária aquece as discussões a respeito da exclusão de portadores de sofrimento mental do mercado de trabalho (BRASIL, 2005).

A Economia Solidária, no contexto brasileiro, surgiu em um momento em que o país enfrentava o empobrecimento dos trabalhadores causado pela difusão das máquinas e da organização fabril, logo depois do capitalismo industrial (SINGER, 2002a). Um novo modo de pensar a economia, como também, de pensar e realizar o trabalho, respaldado por princípios solidários, em que o trabalho e as necessidades materiais e imateriais estão presentes (SANTIAGO; YASUI, 2015). É uma resposta à exclusão pelo mercado, por parte daqueles que não desejam uma sociedade competitiva, onde surgem vitoriosos e derrotados a todo o momento. A Economia Solidária é uma opção ética, ideológica e política de uma sociedade marcada pela solidariedade (BRASIL, 2005).

Singer (2002a) afirma que a Economia Solidária mantém atrelado a posse aos meios de produção ao trabalho. O capital pertence a todos que trabalham na empresa solidária, portanto, trabalho e capital não se dissociam. A propriedade da empresa é dividida igualmente entre todos os trabalhadores e todos tem o mesmo poder de decisão. Ela é constituída basicamente por trabalhadores que

visam potencializar a qualidade e quantidade dos meios de produção em detrimento do acúmulo de lucros, como acontece nas formas capitalistas de trabalho. O excedente anual, chamado sobras, tem seu destino decidido pelos próprios trabalhadores. O autor relata ainda que a cooperativa de produção é a unidade básica da Economia Solidária, a qual é constituída por empreendimentos que se fundamentam nos princípios do cooperativismo (autogestão).

Assim para Silva e Carneiro (2008), multiplicam-se os empreendimentos em diferentes áreas econômicas que praticam a autogestão e a socialização dos bens de produção. O trabalho associado, em detrimento do trabalho assalariado e da hierarquia de poder e controle do processo de trabalho, assumem novas facetas. Entretanto, verifica-se um crescimento de experiências coletivas de trabalho organizadas nas formas de associações, cooperativas, fábricas recuperadas, clubes de trocas, redes de cooperação que realizam atividades de prestação de serviços, finanças solidárias, produção de bens, trocas, consumo solidário e comércio justo.

Nos últimos 20 anos, o movimento da Economia Solidária vem ganhando força. O movimento é marcado pela expressão pública de diversos ramos sociais como principalmente, os gestores governamentais, os movimentos sociais populares e as universidades. O movimento vem expressando sua força com a criação do Fórum Social Mundial no ano de 2001 e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que favorece a criação de departamentos, secretarias e gerências de Economia Solidária estaduais e municipais. A criação do Conselho Nacional de Economia Solidária em 2006, após a I Conferência Nacional de Economia Solidária, que permitiu a constituição de um espaço de discussão e construção de políticas públicas, foram também imprescindíveis para o fortalecimento do movimento (SANTIAGO; YASUI, 2015).

Segundo Santos e Carneiro (2008), os agentes de Economia Solidária têm promovido discussões e articulações a fim de conectar organizações e entidades populares ao movimento em um espaço de discussões coletivas. Nesse sentido, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária se coloca como principal expressão do movimento.

Iniciativas no âmbito da Economia Solidária colaboram para o processo de autonomia dos sujeitos através de empreendimentos que proporcionem espaços reais de trabalho. Espaços estes que contam com os princípios do coletivo, participação democrática e autogestão, cooperativismo, valorização dos saberes e dos recursos das pessoas e dos contextos locais, inserção no mercado e a possibilidade de ganho econômico real (BRASIL, 2006).

A articulação entre Economia Solidária e saúde mental no processo da Reforma Psiquiátrica foi uma alternativa possível respaldada pela Lei 10.216/2001, que defende que a atenção às pessoas portadoras de sofrimento psíquico deva ocorrer mediante ações que objetivem sua reinserção social, através da cidadania, autonomia, vínculos familiares, acesso ao trabalho, à cidade, aos espaços e processos comunitários. É pelo viés da Reforma Psiquiátrica que o movimento da Economia Solidária se aproximou do contexto da saúde mental (SANTIAGO; YASUI, 2015).

1.5 As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

Importante iniciativa no sentido de se fortalecer a Economia Solidária como eixo de inclusão social pelo trabalho foi a criação das Incubadoras Tecnológicas para fomentar empreendimentos econômicos nessa perspectiva. Dessa forma, o programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) teve seu início (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003). As Incubadoras Tecnológicas representaram um novo olhar para as iniciativas de cooperativas e associações de caráter popular e solidário. Possuem enfoque educativo, contribuem no desenvolvimento de grupos através de ações voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades que permitem sustentabilidade aos empreendimentos solidários. As Incubadoras Tecnológicas são instituições que aquecem a criação de novas cooperativas, dão suporte aos empreendimentos existentes até que estes adquiram sua autonomia e possam se manter na produção e comercialização de bens e serviços cooperados (FAGALI; OLIVEIRA, 2014).

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, objetivando proporcionar um ambiente favorável para o desenvolvimento das tecnologias sociais pesquisadas, criou, em 1996, a primeira Incubadora Tecnológica de Empreendimentos

Econômicos Solidários (CRUZ, 2006). Hoje, estando presente em inúmeras universidades públicas, as Incubadoras de Cooperativas Populares permitem uma imersão das universidades nos debates sobre desigualdade, exclusão social, trabalho, sustentabilidade, modo de produção e distribuição, além de estreitarem o conhecimento científico à realidade dos trabalhadores (CARVALHO; COIMBRA; OLIVEIRA, 2018).

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), criada em 1999, tem a finalidade de estreitar a distância entre duas realidades através da experiência em autogestão, bem como articular realidades com linguagem e costumes particulares onde encontramos, de um lado, a academia, a qual preza pela busca constante do conhecimento e, de outro, as comunidades que possuem grande fragilidade econômica e que são desprovidas das tecnologias e da riqueza garantidas pelo desenvolvimento capitalista. A ITCP-USP se move para uma organização de trabalho baseado na autogestão, reconfigurando, de forma igualitária, as relações entre os sujeitos. Assim, valoriza-se o ser humano e não o capital (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003).

Neste contexto, Cruz (2006), afirma que as incubadoras representam uma tecnologia social e tem o desafio de reunir o conhecimento científico, a experiência técnica dos docentes e o apoio dos discentes a fim de viabilizar o desenvolvimento socioeconômico de grupos populares através da formação de cooperativas. Além disso, tem como objetivo garantir aos grupos capacitação profissional através de técnicas e instrumentos gestionários que contribuam de fato para a constituição de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

A incubação é uma atividade oposta aos modelos verticalizados de transmissão do conhecimento proposto pelas universidades, centrado na transmissão unilateral professor-aluno. Ela oferece um processo de formação coletiva, de troca de experiências e de reflexões (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003).

Sendo assim, desenvolveu-se este estudo com base em um EES incubado pela Co-Labora ITES - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários - que foi originada através de um projeto interdisciplinar, composto por docentes, pós-graduados e graduandos das áreas do conhecimento da Terapia Ocupacional,

Economia, Administração, Psicologia e Direito da Universidade de São Paulo – campus Ribeirão Preto - (USP-RP) e do curso de Administração da Universidade Estadual Paulista – (UNESP) - campus Jaboticabal. O projeto foi aprovado através de edital do CNPq (CHAMADA MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq Nº 89/2013), através do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em dezembro do ano de 2013 (REBEHY et al., 2015). Tempos depois, um novo edital (CNPq Nº 3800074/2018-4) foi lançado e aprovado, sendo as atividades da Co-Labora ITES respaldadas por mais tempo.

A Co-Labora ITES valoriza o conjunto de experiências de cada um de seus membros para o atendimento junto aos grupos. A articulação dos diferentes atores envolvidos, a interdisciplinaridade e ações intersetoriais são pontos destacados pela incubadora que tem como princípios a autogestão e emancipação social. No primeiro edital, a Co-Labora recebeu apoio da incubadora NUMI-Ecosol - Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária - da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (REBEHY et al., 2015).

Todas as regiões do país contam com a presença de EES, porém, muitos encontram dificuldades nos seus processos de produção e gestão, na instabilidade da renda, nos processos de geração de tecnologias sociais, políticas públicas para a difusão dos empreendimentos, como também a inviabilidade e até dissolução de muitos (REBEHY et al., 2015). Uma forma de pensar a consolidação dos EES é a expansão das incubadoras vinculadas às universidades, como o caso da Co-Labora ITES.

A Co-Labora ITES, incubadora de EES da Universidade de São Paulo (USP), campus Ribeirão Preto nasceu em um momento em que o município não contava com políticas públicas que apoiassem a formação e articulação dos EES. No entanto, havia um grupo de professores que desenvolviam atividades isoladas na comunidade em defesa do combate à pobreza através de iniciativas de geração de renda. Essas experiências isoladas necessitavam de uma articulação interdisciplinar significativa para potencializar um processo de incubação efetivo junto aos EES. Então, esses professores passam a integrar uma equipe de pesquisa e extensão multidisciplinar composta por técnicos, discentes de graduação e pós-graduação e docentes das diversas áreas do conhecimento como Economia, Administração,

Terapia Ocupacional, Psicologia, Direito e Sociologia, a fim de desenvolver serviços tecnológicos para atender às necessidades dos EES (REBEHY et al., 2015).

O objetivo da Co-Labora ITES é proporcionar sustentabilidade aos EES. Sua metodologia de incubação envolve três momentos distintos: 1) pré-incubação; 2) incubação; 3) acompanhamento. A pré-incubação é o momento de identificação de uma atividade produtiva comum entre os membros dos grupos nascentes, apresentação do conceito de Economia Solidária e análise da viabilidade econômica e social do empreendimento. A fase da pré-incubação contou com reuniões presenciais e semanais aos interessados. A incubação envolve encontros semanais e assessorias e, após dois anos, a organização evolui para a fase de acompanhamento, momento em que são levantadas propostas de indicadores qualitativos e quantitativos para avaliar o progresso na consolidação em rede, na inserção de uma cadeia produtiva existente e na articulação com as esferas públicas (REBEHY et al., 2015).

No terceiro ano da incubadora, a Associação Pólvora foi criada para atender usuários de saúde mental e em vulnerabilidade social. A Associação Pólvora é uma associação de coordenadores e fomentadores de projetos de geração de renda em Economia Solidária com o objetivo de legitimar os EES para usuários de serviços de saúde mental e assistência social.

Dentre os EES que a incubadora atende em consonância com a Associação Pólvora, destaca-se a iniciativa de inclusão social pelo trabalho baseada na perspectiva da Economia Solidária do CAPS-ad II de Ribeirão Preto (SP), grupo no qual se desenvolveu, diretamente, este estudo.

O curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP), que integra a Co-Labora ITES e atua em atividades de estágio profissionalizante no CAPS-ad II, apresentou, no ano de 2014, uma proposta de formação de uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho para o serviço de saúde mental. Logo, iniciaram-se as discussões e experimentações das atividades (REBEHY et al., 2015). A Co-Labora ITES incuba também a Feira de Economia Solidária do município de Ribeirão Preto e o Fórum Municipal de Economia Solidária, dos quais o empreendimento estudado integra, organiza e disponibiliza cursos de formação e capacitação em Economia Solidária.

Recentemente, as políticas públicas que garantem os direitos da população em uso de álcool e outras drogas apresentam manifestos objetivos de inclusão social. Não obstante, pode ser observada nos serviços de saúde a dificuldade em relação à recuperação de direitos, especialmente o do trabalho. As iniciativas de inclusão social pelo trabalho ainda enfatizam o trabalho terapêutico, o que não resulta em retorno às formas de trabalho formais. Portanto, conhecer e descrever uma experiência contemporânea no cenário da atenção psicossocial com a população em uso problemático de álcool e outras drogas, registradas pela Política Nacional de Álcool e Drogas, bem como pela RAPS, é imprescindível (ZANIM; SOARES; FIORATI, 2008).

Dessa maneira, este estudo busca compreender os processos de inclusão social pelo trabalho desta população em relação às experiências de geração de renda baseadas na perspectiva da Economia Solidária. Iniciativas econômicas solidárias com essa população específica são recentes e estudar seu processo de constituição é muito importante. Nesse sentido, a questão do presente estudo se baseia em: quais as experiências potencializadoras e quais as dificuldades foram vivenciadas no processo histórico de constituição e funcionamento do empreendimento estudado?

Da mesma forma, este estudo possui grande potencial na produção de conhecimentos que poderão apoiar a elaboração de políticas públicas no campo do álcool e outras drogas, da saúde mental e pública, bem como da assistência social. Assim, o objetivo desta pesquisa consistiu em analisar as potencialidades e dificuldades vivenciadas por uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária, desenvolvido por usuários de um CAPS-ad II, incubado pelo Co-Labora ITES.

1.6 A inclusão social, a Economia Solidária e os usuários de álcool e outras drogas: uma Revisão Integrativa

A fim de levantar dados na literatura que tragam respaldo científico sobre como experiências de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária com usuários de álcool e outras drogas vem sendo desenvolvidas, foi realizada uma revisão integrativa (RI) a qual permite reunir diversos estudos empíricos ou teóricos

e proporciona maior compreensão de determinado acontecimento ou circunstância, permitindo a síntese de pesquisas a respeito de determinada temática e orientando a prática distinta no campo da saúde (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Para Mendes, Silveira e Galvão (2008), a RI permite um olhar crítico por diversos profissionais de áreas da saúde, pois garante o acesso rápido aos resultados relevantes de pesquisas que fundamentam as condutas ou a tomada de decisão.

Para o levantamento dos artigos na literatura, foi realizada uma busca nas seguintes bases de dados científicas: *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)*, *Medical Literature Analysis and Retrieval System online (Medline)* e *Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)*.

A busca de dados que compôs os resultados deste levantamento aconteceu no mês de junho de 2018 e permitiu o levantamento de 97 artigos científicos e 1 relato de especialista no tema, como previsto para os modelos de revisões integrativas (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Após análise destes artigos, verificou-se que 15 correspondiam aos critérios de inclusão pré-estabelecidos, resultando então, em N=16 como amostra final desta RI.

Os resultados da revisão mostraram que 37,5% (6) dos artigos foram publicados na área da Terapia Ocupacional e 37,5% (6) na área da Psicologia. Apenas 12,5% (2) são publicações da Enfermagem, 1 artigo (6,2%) não cita a área de publicação e outro, 6,2% (1), não se aplica, pois, se trata de opiniões de especialistas sobre o tema. No que se refere ao ano em que foram publicados, 2015 teve o maior número de publicações, com 31,2% (5) das produções. Com 18,7% (3), segue-se o ano de 2013, com 12,5% (2) o ano de 2011, com 12,5% (2) o ano de 2012, e, para os anos de 2006, 2014 e 2016, houve apenas 1 publicação (6,2%) para cada ano. O relato de opinião de especialista no tema ocorreu no ano de 2018, 6,2% (1). Importante destacar que 68,7% (11) do material analisado são dos últimos 5 anos.

Referente ao delineamento metodológico das publicações, o estudo qualitativo abrange 40% (6) das publicações. O que se justifica pelo interesse do estudo dos fenômenos e envolve a necessidade de obtenção de um enriquecido e

detalhado levantamento de dados sobre sujeitos, ambientes e processos. O relato de experiência conta com 13,3% (2) dos artigos. Já a reflexão teórica, a revisão da literatura, a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, o estudo exploratório, o estudo teórico, o estudo de caso e a cartografia contam com 6,6% (1) cada. A narrativa sobre a opinião de especialistas no tema não se aplica ao desenho metodológico.

Destaca-se o grande número de publicações no ano de 2015 e apenas 1 (6,6%) em 2006, o que deixa claro o aumento das produções científicas nos últimos anos e o investimento dos pesquisadores em abordar esta temática e trazer à tona questões emergentes de inclusão social pelo trabalho de populações vulneráveis.

Importante ressaltar que apenas 13,3% (2) das produções abordam especificamente o público usuário problemático de álcool e outras drogas, inseridos no contexto da Economia Solidária, deixando para os 93,3% restantes (14) a abordagem do público de saúde mental geral, no fenômeno em questão.

Por fim, os estudos levantaram a necessidade de maiores investimentos na área de proteção ao usuário problemático de álcool e outras drogas, no que diz respeito tanto por parte dos profissionais com maior preparo para atender a essa demanda (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013), especialização e o próprio interesse pela temática, como por parte do Estado com transparência nas políticas públicas, maiores investimentos e um olhar mais atento dos pesquisadores em aprofundar e fomentar as pesquisas na área.

1.6.1 As relações de trabalho, a inclusão social, saúde mental e suas limitações

Com a análise do material selecionado desta RI, permitiu-se apresentar as iniciativas de Economia Solidária que vem ocorrendo a fim de permitir esta vertente e garantir que os sujeitos, historicamente marginalizados por uma cultura moralista e proibicionista, pautada na relação drogas-comportamento antissocial ou comportamento criminoso (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005), possam se ressocializar, reestruturar suas vidas e alcançar sua realização pessoal, com a construção de um projeto de vida satisfatório e sustentável, com envolvimento da família e comunidade (PNCDDT, 2012).

As relações entre trabalho e inclusão social foram muito discutidas no material selecionado. Andrade et al. (2013), definem o trabalho como recurso terapêutico, direito humano, produtor de subjetividade e possibilidade palpável de cidadania e de autonomia como instrumento de inclusão social. Filizola et al. (2011), apontam o trabalho como espaço de criação de sentidos e novas relações. Questões como promoção de mudanças pessoais e sociais, construção de projetos de vida, satisfação pessoal, recuperação do sujeito e possibilidade de trocas materiais e sociais foram apontadas por Lussi e Morato (2012). Tais definições colocam o trabalho como importante ferramenta no fortalecimento da inclusão social e ressignificação dos sujeitos. O fato corrobora com Lussi, Matsukura e Hahn (2011), que afirmam ser imprescindível uma reflexão sobre o sentido do trabalho no processo reabilitativo, compreendendo o trabalho como promotor de articulação do campo de interesses, das necessidades e dos desejos.

Os estudos ainda contextualizam o processo histórico e cultural da saúde mental centrado no alienismo da loucura, pautados pela visão manicomial como irracionalidade, doença incapacitante que justificavam a exclusão das pessoas com transtornos mentais, para passar historicamente para a constituição de um sujeito em sofrimento psíquico, na visão antimanicomial e como resultado do processo da reforma psiquiátrica. Permitem ainda reflexões acerca da loucura e do trabalho e suas relações com o capitalismo, o Estado, a história, a ciência e o sentido e impacto do trabalho na vida dos sujeitos (ANDRADE et al., 2013). O que pode ser acrescentado ao que se afirmam Rodrigues, Marinho e Amorim (2010), em que o trabalho é compreendido como um recurso distinto na proteção às recaídas e às crises em saúde mental, possível a partir da ocupação significativa para a vida.

Em relação à perspectiva em que se é pautado este estudo, a Economia Solidária foi considerada por diversos autores como meio de (re) inserção social e um novo modelo de viver o trabalho (LUSSI; SHIRAMIZO, 2013; ANDRADE et al., 2013; CAMPOS et al., 2015; BARFKNECHT; MERLO; NARDI, 2006; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; FERNÁNDEZ; GAVIGLIO; ADUR, 2012). Os conceitos se confirmam com o que se infere em Ministério da Saúde (2005), em que a Economia Solidária, como movimento contrário à exclusão social e econômica, aquece discussões a respeito da exclusão de pessoas portadoras de transtornos mentais do mercado de trabalho.

O trabalho de Campos et al. (2015), apresenta o engajamento de portadores de sofrimento mental nos projetos de Economia Solidária, contribui para a superação da subordinação e fragilidades destes sujeitos, assim como a aquisição de novos significados de vida, que permite possibilidades de participação social autônoma, com a singularidade que cada sujeito atribui ao trabalho. Neste sentido, Silva, Oliveira e Bertani (2007) permitem uma discussão interessante ao afirmar que a conquista da cidadania desta população, garante que estes sujeitos se (re) transformem em trabalhadores, garantindo apoio no âmbito social e comunitário, assim como para suas decisões e na gestão de suas próprias vidas.

A falta de adesão dos sujeitos apontada nas pesquisas é importante fator de limitação para a efetiva concretização da coleta de dados dos estudos, o que está de acordo com Lussi¹ (2018), em seu depoimento de especialista, ao afirmar que o comportamento cíclico, marcado por constantes recaídas no uso problemático de álcool e outras drogas e o abandono e retorno constantes aos serviços de saúde mental, são características comuns desta população (informação verbal).

Entretanto, os estudos também mostraram que alguns fatores presentes nos serviços e profissionais de saúde mental impõem limites importantes para a constituição e iniciativas em Economia Solidária, a saber: a dificuldade de capacitação dos profissionais da área da saúde mental nos conceitos do trabalho auto gestor, cooperativismo e Economia Solidária; a dificuldade de se encontrar profissionais que, de fato, compreendem o trabalho como meio de (re) inserção social e (re) significação dos sujeitos; a pouca disponibilidade destes profissionais em se engajarem nos projetos solidários, juntamente com a falta de dedicação exclusiva (SÃO PAULO, 2015b; BARRETO; LOPES; PAULA, 2013). Esses são fatores que necessitam emergencialmente serem abordados para a reestruturação destes profissionais, além de formar novos multiplicadores desta temática.

A falta de infraestrutura adequada para os EES, apontadas em algumas pesquisas (SÃO PAULO, 2015a, 2015b; LUSSI¹, 2018), prova o desinteresse das esferas públicas com esses empreendimentos, o que, por exemplo, culminou no

fechamento de uma iniciativa, como traz o depoimento da especialista Lussi¹ (2018), (informação verbal).

1.6.2 A Economia Solidária como caminho possível à inclusão social pelo trabalho

Segundo Fernández, Gaviglio e Adur (2012), as experiências em EES podem ser um item na agenda das políticas públicas, a fim de maximizar essas iniciativas e alcançar provimento com o compromisso e apoio do Estado. Para Santiago e Yasui (2015), são necessárias políticas públicas que construam mecanismos e instrumentos favoráveis com o reconhecimento e fomento da intersectorialidade da saúde mental e Economia Solidária.

Além do mais, Andrade et al. (2013), afirmam que é essencial promover a comunicação entre as Secretarias de Assistência Social, de Saúde e de Educação e de Trabalho, nas esferas federal, estadual e municipal, na consolidação de associações de usuários, familiares e trabalhadores, na assistência das incubadoras de cooperativas populares das Universidades, na concretização de equipamentos de finanças solidárias, na construção de políticas públicas, na concretização de práticas de formação, constituição de Fóruns e Feiras de Economia Solidária.

Diante do exposto, fica claro que a Economia Solidária, concepção econômica composta por trabalhadores que defendem as formas de trabalho alternativas ao modelo próprio ao capitalismo (SINGER, 2003), tem seu destaque no incentivo ao provimento de políticas públicas a fim de permitir o fortalecimento, a consolidação e a difusão dos empreendimentos baseados na perspectiva da Economia Solidária, valorizando-se os sujeitos neles envolvidos, como cidadãos dotados de direitos e deveres.

A difusão da Economia Solidária esbarra na hegemonia do capitalismo, cujo modelo de organização do trabalho não permite que as populações mais vulneráveis, como a população em sofrimento pelo uso/abuso de álcool ou outras drogas, consigam acesso a uma colocação empregatícia formal, excluindo-os para atividades laborais extremamente precárias. Assim no mundo do trabalho na

---

¹ Informação fornecida por Lussi, UFSCAR, São Carlos – SP, em 04 de junho de 2018.

hegemonia do capital, as populações em vulnerabilidade são marginalizadas por uma elite que detém os meios de produção e exploram as forças de trabalho ao deter o poder econômico, excluindo aquelas que não conseguem explorar.

Sendo assim, a solidariedade na economia é uma alternativa à segregação de classes e ao acúmulo de capital e poder, com evidentes desigualdades sociais e geração de riqueza nas mãos de uma minoria burguesa, com produção de pobreza para uma vasta população vulnerável socioeconomicamente. Portanto, faz-se necessário a difusão dessa forma alternativa de produzir e desenvolver atividade econômica, a qual centra-se na valorização dos sujeitos e do trabalho, como forma de sua recolocação na sociedade e no mercado, com respeito às diferenças e diversidades. Torna-se imprescindível o fomento de pesquisas sobre a Economia Solidária e a difusão do tema no meio acadêmico e político.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos utilizados neste estudo se basearam nos princípios da Reabilitação Psicossocial e da Economia Solidária, uma vez que a reabilitação psicossocial objetiva a inclusão social pelo trabalho e sendo a Economia Solidária uma forma de garanti-la.

2.1 A Reabilitação Psicossocial

A Reabilitação Psicossocial (RP) pode ser interpretada como um conjunto de ações e estratégias capazes de ampliar as possibilidades de um indivíduo, através do desenvolvimento de práticas focadas na pessoa, na família e na comunidade, que tem a função principal de incluir a pessoa em sofrimento psíquico e/ou em desvantagem social na sociedade, recuperando sua cidadania, resgatando seus direitos políticos, civis e sociais (OMS, 2001). Como prática terapêutica em saúde mental também atua minimizando os danos provocados pela cronificação da doença (OMS, 2001). A RP permite a ressignificação da singularidade e produção da subjetividade do indivíduo, já que promove a integração das diferenças e da multidimensionalidade em contextos diversos (OLIVEIRA; SILVA, 2000).

A RP tem por objetivo facilitar o cotidiano de pessoas portadoras de problemas mentais severos e persistentes. (PITTA, 1996). É um processo que envolve o rompimento de barreiras, as quais impedem a integração social de um sujeito em desvantagem social ao território ao qual pertence e consolide o exercício pleno de seus direitos e cidadania (BERTOLOTE, 1996).

Fiorati e Saeki (2011), definem a RP como duas concepções indissociáveis: o conceito de reabilitar e o conceito de tratar. No entanto para as autoras, o conceito de tratar não se limita à simples remissão de sintomas, mas abrange entendimento do processo ampliado de saúde dos indivíduos.

Fiorati (2010) traz uma reflexão a respeito da concepção tradicional de reabilitação. A autora faz uma crítica a esse modelo tradicional, no qual (re) capacitar um indivíduo que, seja qual for o motivo, perdeu sua capacidade frente a condições sociais indispensáveis à reprodução material da vida ou então, frente a condições de sobrevivência, as ações reabilitadoras reduzem-se a uma intervenção que induz o sujeito tratado a seguir um caminho que reproduza o padrão das condutas socialmente dadas, sejam físicas ou mentais.

De acordo com Soares (2007), no século XX foram criadas a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para a Educação e Cultura (UNESCO), órgãos responsáveis pela cientificização das práticas profissionais reabilitativas, que favoreceram a criação do Movimento Internacional de Reabilitação responsável pela emergência das profissões de Medicina Física, Fisiatria e de Reabilitação, o fortalecimento dos cursos centrados na prática reabilitativa para diversos países, além de permitir a consolidação de inúmeros centros de reabilitação para acidentados ou incapacitados decorrente o trabalho. A autora aponta ainda que, neste mesmo período, as primeiras experiências de reabilitação no Brasil foram marcadas por uma pressão política exercida através do Movimento Internacional de Reabilitação.

Segundo Fiorati (2010), os moldes da Reforma Psiquiátrica propõem novas formas de prestar o cuidado em saúde mental, com valorização dos espaços comunitários, cultivo de trocas e intercâmbios e estreitamento de vínculos afetivos. A autora complementa ainda que estratégias de RP devem ocorrer nos campos intersetorial, interinstitucional e intersubjetivo, uma vez que possui caráter interdisciplinar ao envolver diversas áreas do conhecimento comprometidas com a inclusão social e, também intersetorial envolvendo vários setores tais como: profissionais da área da saúde, administração, jurídica, entre outras.

As iniciativas de se romper com o modelo hospitalocêntrico/manicomial de tratamento dos transtornos mentais inspiram-se na concepção da criação dos serviços substitutivos: os serviços extra hospitalares. Esta nova concepção, compartilhada pela RP, incentiva a desvinculação da loucura dos conceitos de enfermidade, sugere a ampliação do conceito para novos territórios e novos modos de olhar para a subjetivação da existência humana (FIORATI, 2010).

Torna-se indispensável desconstruir o manicômio, estabelecer alternativas de serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico. Assim, a RP é encarada como meio de solucionar, temporariamente, a dicotomia entre o indivíduo e seu contexto e entre especialistas e tratamentos, pensando-se em estruturar serviços de saúde mental efetivos na inclusão do sujeito portador de transtornos mentais na sua complexidade social, política e civil. (SARACENO, 1999).

Os eixos da Reabilitação Psicossocial

Nesse sentido, a RP representa um exercício de cidadania e contratualidade garantida por três eixos complementares: o trabalho com valor social, habitação e moradia e a rede social de suporte (SARACENO, 1996).

I - Eixo trabalho

O trabalho praticado nos modelos dos velhos manicômios era totalmente alienado, destituía os portadores de sofrimento mental de qualquer subjetividade, de sentido, o fazer era contínuo e mecânico e objetivava a mera ocupação do ócio (MANGIA; NICACIO, 2000). Para os autores, o trabalho dentro dos manicômios não acompanhava as mudanças do mundo de fora dele e, de acordo com os princípios da RP, o exercício do trabalho é uma das primeiras coisas que necessitam mudar, a partir de uma nova concepção que é a inserção social pelo trabalho. Assim, surge o trabalho com valor social como um dos princípios da RP. O arcaico meio de trabalho terapêutico, vigente no modelo manicomial, perde espaço para o trabalho com fins de exercício dos direitos, social e humano (MANGIA; NICACIO, 2000).

Entre os séculos XIX e XX no Brasil, eram desenvolvidos nos manicômios oficinas de trabalho, artesanato, manufaturas e atividades rurais (SOARES, 2007). Segundo o autor, o trabalho não era remunerado, era considerado forma de tratamento e forma de retribuição dos internos ao tratamento recebido de forma gratuita (SOARES, 2007).

O trabalho na RP não deve ser confundido com trabalho terapêutico e alienado reproduzido por longas datas pelas instituições psiquiátricas. Assim, a RP propõe que a desinstitucionalização abra caminhos para a restituição da subjetividade, para a recuperação da contratualidade e para a posse de recursos para trocas sociais, conseqüentemente, para a cidadania. Na Itália, após o movimento de desinstitucionalização, foram criadas as cooperativas, que atuavam como espaços de serviço e de produção (tratamento e mercado) (SARACENO, 1999). Essa era a lógica do trabalho anti-institucional preconizado pela Psiquiatria Democrática Italiana que, dentre outros fatores, propôs a eliminação da ergoterapia e permitiu o acesso a rendimentos econômicos que possibilitassem a participação social e comunitária, através de uma atividade produtiva como meio para se alcançar este objetivo (ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014).

Foi a partir dos anos 1970 que o Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira surgiu e, posteriormente, foi se desenvolvendo a concepção da desinstitucionalização e a inserção laboral como forma de restituição de direitos e inclusão social, organizados através de cooperativas de trabalho. O trabalho institucionalizado, alienado, concebido como ferramenta terapêutica, praticado por tanto tempo nos manicômios é transformado em trabalho dotado de direitos humano, social, político e meio de intercâmbio social. A quebra dos muros dos manicômios se deu principalmente pelo movimento de desinstitucionalização italiano, o qual foi diretamente influenciado pela Reforma Psiquiátrica, pela criação dos Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) que futuramente originaram os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), vigentes até os dias atuais (AMARANTE, 1995), nos quais se passou a se realizar várias iniciativas de inclusão social através do trabalho, socialmente valorizado.

Como experiências concretas destes avanços, tem-se o estudo de Aranha e Silva (2012), com um empreendimento formado por usuários de serviços de saúde mental, baseado na perspectiva da Economia Solidária, na capital paulista. O empreendimento teve sua fundação no ano de 2006 e se organizou como um projeto de geração de trabalho e renda, atrelado às políticas públicas de saúde mental do SUS. O EES, nomeado “O Bar Bibitantã”, sempre objetivou a inserção social pelo trabalho de usuários de serviços de saúde mental. O processo de concepção e construção da organização d’O Bar Bibitantã ressaltou a potência do projeto para gerar protagonismo, autonomia e empoderamento da população envolvida.

A finalidade dos processos de trabalho é atender às necessidades reais dos sujeitos, que devem ser compartilhadas entre a gestão, serviços, universidades, trabalhadores, usuários dos serviços de saúde mental, familiares e redes de apoio (ARANHA e SILVA, 2012).

II- Eixo habitação e moradia

Enquanto os hospitais psiquiátricos e asilos se colocaram como modelo central de tratamento, os portadores de sofrimento mental foram impedidos de exercer o direito à moradia e destituídos de um habitat. Para muitos, o único modelo de habitação que conheciam era o espaço institucionalizado. Assim, a Reforma Psiquiátrica, dentre todas as suas experiências, manifesta sua preocupação com a

criação de espaços para moradia e habitação de portadores de sofrimento mental, egressos ou não de hospitalizações de longa permanência, o que constitui-se um dos pilares básicos da Reabilitação Psicossocial (SARACENO, 2001).

No Brasil, aconteceram na década de 1990, estratégias de implementação dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) para reestruturação da saúde mental no país. Os egressos dos hospitais psiquiátricos destituídos de suporte familiar ou de qualquer natureza puderam ser inseridos na comunidade através deste serviço. O SRT ou simplesmente moradia, são casas localizadas no espaço urbano, preparadas para atender as necessidades de moradia de portadores de transtornos mentais graves, institucionalizados ou não. As primeiras experiências de sucesso aconteceram nas cidades de Campinas – SP, Ribeirão Preto – SP, Santos – SP, Rio de Janeiro – RJ e Porto Alegre – RS, as quais geraram subsídios para a introdução dos SRTs no âmbito do Sistema Único de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Para a RP, moradia e habitat complementam-se no que diz respeito a suas definições. Moradia pode ser compreendida como um espaço destinado à habitação de pessoas, ou seja, é um espaço no qual o sujeito, ao articular na qualidade de habitante daquele espaço, se constrói e interage. O habitat representa um espaço simbólico de construção de identidades e subjetividades entre a realidade exterior e a realidade do mundo subjetivo das individualidades, daquilo que é privativo ao sujeito. Tem-se aqui uma apropriação simbólica e material dos espaços garantida através dos conceitos de conforto, privacidade, segurança e poder contratual no espaço da moradia (SARACENO, 1999, 2001).

Assim sendo, estes dois espaços se interagem e ocorrem concomitantemente. Essas experiências atribuídas aos significados de moradia e habitat são para a RP experiência fundamental de inclusão social (SARACENO, 1999).

III – Eixo rede social de suporte

A RP com o objetivo de ampliar a rede de sociabilidade dos indivíduos, coloca-se como foco principal dos serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico e, de certa forma, exige o engajamento dos profissionais de saúde e dos diversos atores sociais envolvidos no processo (SARACENO, 2001).

Para Castro et al. (2001), a RP em saúde mental é dinâmica, à medida que, partindo-se do fio condutor da história construída no vínculo terapêutico entre profissional e usuário, expande-se para a constituição de uma qualidade de vida que envolve as condições de trabalho, organização coletiva, redes de relacionamentos, ressignificações de projetos de vida, etc.

As práticas da RP objetivam a inclusão de portadores de sofrimento mental nas redes sociais de produção e reprodução da vida. Não acumulam conhecimentos tecnocientíficos e universais para se legitimarem, entretanto, atuam diretamente com os contextos socioculturais, destinados a responderem a problemáticas pontuais da vida cotidiana dos sujeitos e seus familiares (FIORATI; SAEKI, 2011).

Lussi e Shiramizo (2013), afirmam que as trocas nas redes sociais e o papel da família são pontos importantes do eixo rede social e complementam que a família deve estar envolvida no projeto de RP. Costa e Dell'Aglio (2009) compartilham ao afirmar que a rede social representa um contíguo das relações próximas e significativas que representam o apoio recebido e percebido pelos sujeitos originários de recursos pessoais, institucionais e profissionais ao longo da vida.

Portugal (2011), colabora com o contexto ao afirmar que o papel das redes sociais no acesso aos recursos de bem-estar é determinante, principalmente o papel das famílias, pois elas ofertam apoio instrumental e emocional, o que não se encontra em outros tipos de relações.

Por outro lado, Saraceno (2011), completa que o eixo rede social de suporte considera a falta de habilidades do indivíduo como também empobrecimento de sua rede social, a qual será por meio dela que o portador de sofrimento mental garantirá sua ressignificação na sociedade. A rede de apoio social é fator de proteção para a vida humana e pode ser composta por membros familiares, colegas de trabalho, da escola, universidade, por pares e pela comunidade. Essa rede deve proporcionar apoio para o enfrentamento das adversidades e proporcionar ambientes adequados ao seu desenvolvimento. É a soma de todas as relações percebidas como significativas ou diferenciadas da sociedade. A rede social de apoio representa um círculo social elaborado por traços de afinidade, constituído por uma teia com o objetivo de unir pessoas (COSTA; DELL'AGLIO, 2009; MOLINA et al., 2009).

De acordo com Soares et al., (2011) espera-se que a companhia e o apoio sejam desempenhados pela rede de apoio social e que sejam fonte de recursos materiais e de serviços. É na relação com demais indivíduos, representados por membros familiares, amigos ou colegas de trabalho que também se constrói a identidade de um sujeito.

Implica-se às redes de apoio social as estruturas ou instituições relacionadas aos sujeitos ou aos seus familiares, onde possam ocorrer trocas interpessoais significativas para os membros da família, assim, se estabelecem cuidados de saúde em momentos de estresse e auxílio no enfrentamento dos acontecimentos (SANDOR et al., 2014; POLITA; TACLA, 2014; DANTAS, 2012).

Portanto, as redes sociais são inerentes à vida humana e apresentam-se a partir das diversas relações sociais, com compartilhamento de objetivos e interesses, que se articulam ou se interagem de acordo com anseios individuais ou coletivos. A criação, a potencialização e o fortalecimento das redes sociais dos portadores de sofrimento mental, são eixo central dos programas de RP. É crucial que os profissionais envolvidos na área realizem intervenções em rede dos sujeitos atendidos nestes serviços.

Entretanto, torna-se necessário que esses mesmos profissionais compreendam que para se colocar em prática todos os eixos da RP é preciso atravessar os muros dos serviços de saúde mental, buscando vínculos que articulem os recursos do território com a comunidade, que sejam promotores da inclusão, da autonomia e do poder contratual.

Assim, a RP pode ser representada como um conjunto de estratégias focalizadas no aumento das possibilidades de trocas, na valorização das subjetividades e na promoção da contratualidade e solidariedade. É um instrumento de aquisição ou recuperação de capacidades inerentes à inserção social (PEREIRA, 2007; SAÚDE, 2001).

Em 2011, o Ministério da Saúde avançou na consolidação da RP com a Portaria n. 3.088 de 23 de dezembro de 2011, a qual instaura a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do SUS (BRASIL, 2011c). Importante destacar que a Economia Solidária, presente na política da RAPS está prevista dentro da RP e o

trabalho com valor social, sendo um de seus pilares, torna este referencial teórico coerente com a pesquisa.

2.2 A Economia Solidária

O modelo capitalista, maior modo de produção econômica ainda vigente, não impede a formação de outros modelos, por ser incapaz de absorver para si toda a população economicamente ativa. Com a precarização do trabalho nas sociedades contemporâneas, o que se vê é a busca por diferentes modos de sobrevivência econômica, como as formas associativas e cooperativas que são encontradas nos modelos da Economia Solidária. Nesse contexto, este modelo alternativo da economia ganha espaço em razão das crescentes crises sociais originadas do perverso modelo capitalista (SINGER, 2002b; SANTOS; CARNEIRO, 2008).

Empreendimentos em diferentes áreas, caracterizados pela autogestão e socialização dos meios de produção, começam a ganhar força. O trabalho assalariado dos modelos capitalistas passa a ser substituído pelo trabalho associado. Assim, experiências coletivas de trabalho e produção, organizadas nas formas de associações, cooperativas, redes de cooperação, clubes de troca, que produzem atividades de produção de bens, finanças solidárias, trocas, prestação de serviços, consumo solidário e comércio justo, começam a se expandir (SANTOS; CARNEIRO, 2008).

Nesse sentido, a Economia Solidária pode ser interpretada como meio de resistência dos setores populares à crise no mundo do trabalho e ao quadro de exclusão social, como também forma alternativa ao trabalho alienado, à individualização e submissão do trabalhador e à exploração dos meios de trabalho (CUNHA, 2003; SANTOS; CARNEIRO, 2008). Pitaguari, Santos e Camara (2012), contribuem dizendo que a Economia Solidária valoriza o ser humano e suas relações democrática e participativa, em detrimento do modelo hierárquico verticalizado de poder pelo modelo horizontal das relações. O ser humano é peça fundamental da economia e o trabalho é sua base. O mundo do trabalho no bem viver é parte fundamental da Economia Solidária (CORAGGIO, 2011).

Os EES não dissociam trabalho, posse dos meios de produção e capital, uma vez que todos os sujeitos trabalham e são proprietários do empreendimento. O

capital pertence a todos, e somente, aos empreendedores. A propriedade do empreendimento é dividida igualmente entre todos e isso permite poder de decisão igual para todos seus membros. A finalidade dos EES é potencializar quantidade e qualidade do trabalho e nunca, o lucro. As sobras – excedente anual – tem seu destino decidido pelos empreendedores (SINGER, 2002a).

Em todo o mundo vem surgindo iniciativas de Economia Solidária. As origens de seu modelo teórico remontam ao século XIX, mas permaneceram adormecidas durante grande parte do século XX, ressurgindo devido ao crescimento das desigualdades sociais e da exclusão (PITAGUARI; SANTOS; CAMARA, 2012).

Uma forma encontrada pelos trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia, bem como utilizar as novas forças produtivas, foi a criação das cooperativas, as quais eram pautadas nos valores básicos da igualdade e democracia. A primeira cooperativa de produção aconteceu na Grã-Bretanha, com a expansão dos sindicatos e a luta pelo sufrágio universal (SINGER, 2002a).

O surpreendente crescimento da Economia Solidária em muitos países mostra a necessidade da sociedade civil em se adaptar, através de mecanismos de justiça econômica, aos instrumentos políticos e econômicos formais quando esses não funcionam. Os EES têm pontos comuns e lhes conferem uma importante dimensão política: a autogestão, a criação de rendimento e trabalho, a divisão equitativa dos resultados e a perspectiva não capitalista (HESPANHA; SANTOS, 2012).

As décadas de 1980 e 1990 no Brasil foram marcadas pela crise econômica, com a consequente destituição dos postos de trabalho assalariado decorrente da reestruturação produtiva das empresas brasileiras. A crise levou o país a uma crescente precarização do emprego, ao aumento do número de empregos informais, à dificuldade na geração de postos de trabalhos e maior vulnerabilidade de grupos sociais como os negros, menos instruídos, etc. (AMORIM; ARAÚJO, 2004).

A Economia Solidária foi significativa para os movimentos sindicais, os quais enfrentavam processos de recuperação de fábricas através de trabalhadores; movimentos da Igreja, com os programas de ação social que atuavam em projetos comunitários; reforma agrária, quando os trabalhadores rurais começaram a produzir

através das redes de cooperativas e para as universidades, através do desenvolvimento da extensão universitária via incubadoras de cooperativas populares (IGLESIAS, 2013).

Os princípios da Economia Solidária são: autonomia do grupo, emancipação social, autogestão, solidariedade, cooperação, empoderamento, horizontalidade e democracia na gestão. A autogestão caracteriza-se como forma de gestão coletiva e compartilhada do empreendimento, sendo que todos os mecanismos de poder sejam igualitariamente distribuídos por todo o grupo e com a abolição de qualquer espécie de chefia. A forma autogestionária permite que os empreendedores assumam responsabilidades e sintam-se valorizados, o que contribui diretamente para sua autoestima. Os empreendedores passam a refletir mais sobre suas posições na comunidade e a dispor da cidadania. E, à medida que sofrem transformações, refletem essas mudanças no coletivo. O princípio da autonomia permite aos empreendedores a tomada de decisões pertinentes à manutenção e desenvolvimento de seus grupos sem a contaminação das decisões coercitivas dos setores dominantes exteriores ao empreendimento, tais como patronatos ou chefias, ou outras organizações (REBEHY, 2015).

A solidariedade pode ser definida com fundamento ético que guia a formação de redes com o objetivo da inclusão social pelo trabalho (REBEHY, 2015). Para Cunha (2003), o conceito de solidariedade está atrelado às relações de ajuda mútua que são estabelecidas entre as pessoas (na maioria, familiares e amigos) e necessita-se de estabelecer um paralelo com os conceitos de caridade ou filantropia, para que se obtenha clareza nestes termos. Entre os agentes que assistem populações carentes, associar o termo caridade à solidariedade é ação bastante frequente (principalmente alguns empresários, religiosos, políticos e ativistas de ONGs), o que pode levar a uma deterioração da ideia de direitos conquistados através de lutas sociais. Enfatiza-se uma concepção política de solidariedade, onde o conceito de Economia Solidária busca resgatar princípios cooperativistas e autogestionários.

Hespanha e Santos (2012), contextualizam que a solidariedade nos preceitos da Economia Solidária é uma solidariedade entre iguais, entre pessoas e grupos que partilham os mesmos problemas e desejos e não deve ser confundida com a

solidariedade fundada no modelo religioso ou laico, baseado nos valores da caridade, do altruísmo ou da filantropia. No entanto, ambas possuem um papel importante a desempenhar, porém sua gênese, filosofia e trajetória são bastante distintas e em certa medida, concorrentes. A ideia de solidariedade dentro de uma concepção política, própria a Economia Solidária, tem a ver com as relações humanas que se estabelecem, nesses empreendimentos, em total contraponto a ideia ou práticas de concorrência e competitividade. Enquanto em empreendimentos econômicos, caracterizados pelo modelo do capital e do mercado, as relações entre os funcionários, ou relações entre empresas são totalmente condicionadas pela competitividade, na Economia Solidária as relações entre empreendedores e entre empreendimentos são pautadas pela cooperação e colaboração. E é isso, afinal, que caracteriza uma economia que seja solidária (HESPANHA; SANTOS, 2012).

O movimento de Economia Solidária envolve diferentes atores das mais diversas áreas de atuação. A seguir, serão elencado os principais momentos políticos e sociais que contribuíram para a implementação e fortalecimento deste movimento no Brasil.

Em 2001, aconteceu o I Fórum Social Mundial (FSM), com o lema: “Uma outra economia é possível”, que permitiu a validação do Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional). O tema debatido no I FSM, em uma oficina presenciada por mais de setecentas pessoas, foi a Economia Popular Solidária. Contatou-se que políticas públicas começavam a surgir para apoiar as demandas sociais. O GT Nacional constitui-se de doze organizações e redes de apoio à Economia Solidária. O grupo promoveu debates nas esferas regionais e estaduais a fim de comprometer todos os atores envolvidos. Esse processo de debates originou as Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES) (SANTOS; CARNEIRO, 2008; AMORIM; ARAÚJO, 2004).

No ano de 2002, aconteceu o II Fórum Social Mundial, onde foi realizada uma Conferência de Economia Solidária. O II FSM permitiu a estruturação de uma equipe responsável por deliberar estratégias de estruturação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária, cujas diretrizes seriam a participação dos grupos de fomento e de assessoria, dos setores produtivos e dos gestores municipais. Assim, no intuito de criar um Fórum Brasileiro de Economia Solidária mais participativo e democrático,

foi lançado um documento: “Princípios da Economia Solidária”, o qual objetivava levar orientações aos diversos estados brasileiros (AMORIM; ARAÚJO, 2004).

A I PNES aconteceu na cidade de São Paulo, também no ano de 2002 e contou com duzentos participantes. A II PNES, na capital Porto Alegre, em 2003, contou com a participação de 800 pessoas. Na ocasião do III FSM em 2003, dentre as discussões das plenárias, estavam os encaminhamentos ao governo Lula de fomento de políticas públicas para a Economia Solidária. Assim, foi formada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), estruturada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que criou o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. Como secretário nacional de Economia Solidária foi empossado o economista Paul Singer. As discussões deram origem à III PNES, que aconteceu em Brasília e então foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (SANTOS; CARNEIRO, 2008; AMORIM; ARAÚJO, 2004).

O movimento também contou com o I Encontro de Empreendedores, ocorrido no ano de 2004, com o lema: “Uma outra economia acontece”, o qual permitiu um olhar mais abrangente do FBES. O fórum não era apenas um aparelho formado por apoiadores da Economia Solidária, mas um aparelho que permite a somatória dos setores populares, dos poderes públicos e entidades da sociedade civil. No ano de 2005, já era possível afirmar a existência de FBES em todos os estados do país (SANTOS; CARNEIRO, 2008).

Em 2006, a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), com a presença de um mil e setenta e três delegados oriundos de todo o país, aqueceu as discussões sobre as diretrizes para a política de Economia Solidária. A Conferência culminou na criação do Conselho Nacional de Economia Solidária. Por fim, foi realizada a IV PNES no Brasil, no ano de 2008 (SANTOS; CARNEIRO, 2008).

Para os autores, o movimento atravessou um amadurecimento no que diz respeito à legitimação de seus princípios, à valorização de suas conquistas e fortalecimento da confiança dos diferentes atores envolvidos no movimento (SANTOS; CARNEIRO, 2008).

Dessa forma, a Economia Solidária como o segundo referencial desse estudo mostra-se extremamente próximo ao primeiro referencial, a RP, pois, além de

estarem interseccionados pelo eixo trabalho com valor social, a Economia Solidária é o eixo principal do tópico Reabilitação Psicossocial na RAPS (c, 2011).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- Analisar as potencialidades e dificuldades vivenciadas por uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária, desenvolvido por usuários de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas, incubado pelo Co-Labora ITES.

3.2 Objetivos específicos

- Caracterizar os participantes da iniciativa de inclusão social pelo trabalho, de acordo com indicadores sociais, econômicos e de escolaridade;
- Analisar o índice de vulnerabilidade social dos participantes da iniciativa de inclusão social pelo trabalho segundo os critérios de inclusão em redes sociais de suporte e inclusão no trabalho;
- Identificar apoio de redes e grupos sociais de suporte recebido pelos participantes da iniciativa de inclusão social pelo trabalho;
- Descrever e analisar o processo de desenvolvimento e consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho, de acordo com os princípios da Economia Solidária;
- Analisar as dificuldades e potencialidades encontradas no processo de desenvolvimento e consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho e a inclusão social pelo trabalho pelos participantes de tal grupo.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Delineamento do estudo

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso de abordagem qualitativa e tem como instrumentos e técnicas de coleta de dados: um questionário socioeconômico para caracterização da iniciativa de inclusão social pelo trabalho, de acordo com indicadores sociais, econômicos e de escolaridade; observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas. O estudo de caso tem como objeto o estudo de uma unidade (situação, fenômeno, pessoa, ou um grupo social) que se analisa profundamente; o exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular. O propósito fundamental do estudo de caso é analisar intensivamente uma dada unidade social, e tem se tornado a estratégia preferida de estudos que visam responder questões “como” e “porquê” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais. As técnicas de coleta de dados fundamentais utilizadas no estudo de caso são a observação e a entrevista (GODOY, 1995a).

A pesquisa qualitativa parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo na medida em que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos da situação em estudo (GODOY, 1995b).

Assim, a unidade social estudada foi um grupo de inclusão social pelo trabalho baseado na perspectiva da Economia Solidária, que atua como iniciativa de inclusão social pelo trabalho na unidade do CAPS-ad II de Ribeirão Preto. A iniciativa é formada por usuários do serviço de ambos os sexos e por uma profissional coordenadora. A presença da pesquisadora nos encontros da iniciativa permitiu responder questões sobre “como” os fenômenos pesquisados ocorrem e “porquê” acontecem.

Portanto, a escolha do estudo de caso como metodologia se justifica, pois o objeto de análise desta pesquisa foi um grupo específico de pessoas (os membros da iniciativa de inclusão social), em uma trajetória determinada (suas reuniões para atividades produtivas, comerciais e assembleias) que se dá em um ambiente

particular (na unidade do CAPS-ad II). Além disso, o estudo de caso permite uma análise aprofundada desta situação específica e está vinculado à abordagem qualitativa, com a análise da dimensão mais simbólica das experiências humanas.

4.2 Cenário e local do estudo

A pesquisa aconteceu na sede do Centro de Atenção Psicossocial, CAPS-ad II, situado na cidade de Ribeirão Preto, na região Nordeste do Estado de São Paulo. O CAPS-ad II, é ferramenta de extrema importância para a rede de serviços de saúde mental do município de Ribeirão Preto e, tem como um dos seus preceitos principais, o atendimento aos usuários problemáticos de álcool e outras drogas (CAPS-ad II, 2015) que apresentem comprometimento de sua saúde física e/ou mental, prejuízo nas relações familiares, profissionais e/ou sociais. Bem como, o atendimento daqueles que tenham passado por outras formas de tratamento anteriores, porém, sem sucesso.

O regime de atendimento no CAPS-ad II é ambulatorial ou de semi-internação (CAPS-AD II, 2015). O Programa Terapêutico de semi-internação é composto por atividades diversas orientadas por profissionais de vários saberes. A equipe multiprofissional do CAPS-ad II visa o oferecimento de atividades voltadas para as iniciativas de inclusão social pelo trabalho baseadas na perspectiva da Economia Solidária (CAPS-AD II, 2015).

A Co-Labora ITES, com base na política pública de saúde mental, com objetivo de incubar o EES, selou uma parceria com o CAPS-ad II de Ribeirão Preto, no que diz respeito às suas iniciativas de inclusão social pelo trabalho, baseadas nos preceitos da Economia Solidária. Essas iniciativas são desenvolvidas por um grupo de usuários do CAPS-ad II, o qual se encontra regularmente para suas atividades produtivas e assembleias. As iniciativas de inclusão social não têm por objetivo a produção e comercialização de produtos por si só, mas, perpassam os limites da concretização de um produto viável para venda. Seus membros podem desenvolver nessas iniciativas o relacionamento interpessoal, a tomada de decisões, a autogestão, a criatividade, o manejo das diferenças e frustrações, pensamento estratégico e reflexivo, planejamento, habilidades para comercialização de produtos e controle do dinheiro (ZANIM; SOARES; FIORATI, 2018).

O CAPS-ad II atualmente conta duas iniciativas distintas de inclusão social pelo trabalho, baseadas na perspectiva da Economia Solidária: cultivo de horta e produção de sabonetes (CAPS-AD II, 2015). A oficina de produção de sabonetes, sapoaria, foi a iniciativa de inclusão social pelo trabalho que orientou esta pesquisa, a qual teve seu processo de desenvolvimento no espaço em que os membros se reúnem para suas atividades produtivas e assembleias.

O grupo se encontra semanalmente, todas as sextas-feiras das 9h às 11:40h para suas atividades produtivas, reuniões e assembleias e contam com uma sala do CAPS-ad II, destinada exclusivamente para estes fins. As atividades comerciais dividem-se entre os bazares semanais, que acontecem todas as segundas-feiras nas instalações do CAPS-ad II, das 9h às 11:40h, onde dois participantes da iniciativa, previamente selecionados pelo próprio grupo, responsabilizam-se por suas atividades. Também as Feiras de Economia Solidária, importante conquista do Movimento de Economia Solidária da cidade, que acontece uma vez ao mês, aos sábados, das 8h às 18h. Nas férias, esse empreendimento é representado por dois participantes da iniciativa, também previamente selecionados pelo próprio grupo, com a presença de estagiários do curso de Terapia Ocupacional da FMRP-USP, cuja docente responsável é integrante fundadora da Co-Labora ITES e com a presença parcial da coordenadora da iniciativa de inclusão social em Economia Solidária.

4.3 Participantes do estudo

Os participantes dessa pesquisa foram divididos em três subgrupos para melhor reconhecimento deles e delineamento da pesquisa, são eles os participantes associados da iniciativa de inclusão social pelo trabalho do CAPS-ad II de Ribeirão Preto que totalizam o número de 08 (oito) integrantes, 01 (uma) profissional do serviço, terapeuta ocupacional, que atua como participante coordenadora da iniciativa e os participantes membros da Co-Labora ITES, os quais somam 04 (quatro) membros.

Critérios de inclusão:

- ser participante do CAPS-ad II, independente de gênero ou faixa etária;

- participar da iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária selecionada para o estudo;
- ser membro da Co-Labora ITES desde sua fundação e ter participado desde o início da incubação do grupo estudado.

No entanto, 2 participantes da iniciativa de inclusão social pelo trabalho foram excluídos deste estudo por falecimento e abandono do serviço. Importante destacar que um participante potencial que atendia aos critérios de membro da Co-Labora ITES foi excluído por se tratar da professora orientadora desta pesquisa. No total 11 pessoas formaram os grupos deste estudo.

4.4 Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados de acordo com cada subgrupo da pesquisa. Para os participantes da iniciativa de inclusão social, a coleta de dados aconteceu através de observação participante, diário de campo, questionário de caracterização socioeconômico e entrevistas semiestruturadas. Para a participante coordenadora da iniciativa, a coleta abrangeu a observação participante, o diário de campo e as entrevistas semiestruturadas. Já para os participantes membros da Co-Labora ITES somente com as entrevistas semiestruturadas.

A observação participante pode ser definida como uma técnica em que se mantém a presença do observador em uma dada situação social e ele se coloca como parte do contexto de observação (MINAYO, 2008) e se orientou pelo roteiro de observação que se encontra em Apêndice A. O diário de campo trata-se de um registro pessoal de eventos durante um período de tempo e é contemporâneo ao momento em que os acontecimentos ocorrem (ZACCARELLI; GODOY, 2010).

Foi aplicado o questionário de caracterização socioeconômico em forma adaptada do modelo elaborado e validado por Mesquita (2012), (APÊNDICE B), a partir do referencial teórico de Robert Castel e sua descrição das zonas de vulnerabilidade social (2005). O questionário foi aplicado à partir de um mês de iniciada a observação participante. E nos dois meses consecutivos, manteve-se a observação participante. O questionário socioeconômico foi aplicado em horário

externo ao da iniciativa de inclusão social, sendo a data e local escolhidos pelo participante.

As entrevistas semiestruturadas são compostas por eixos temáticos ou perguntas abertas na qual o informante tem a possibilidade de discorrer livremente sobre o tema proposto (BONI; QUARESMA, 2005). Elas foram aplicadas com os participantes da pesquisa ao mesmo tempo em que se desenvolvia a observação participante, porém em local e horário não coincidentes com a realização da iniciativa e com agendamento prévio, a critério dos sujeitos do estudo. O roteiro se encontra no Apêndice C. As entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos participantes e registradas em um banco de dados. Para resguardar o sigilo de suas identidades, os participantes da pesquisa foram identificados por nomes de aves.

4.5 Etapas do estudo

Foi realizada uma etapa de coleta de dados piloto nas dependências do CAPS-ad II, com participantes do serviço que não preenchiam os critérios de inclusão para este estudo. O projeto piloto permitiu à pesquisadora estimar o tempo gasto nas entrevistas, a melhor organização delas, adequação de termos no roteiro da observação participante e nas entrevistas semiestruturadas que se apresentaram como difícil compreensão pelos participantes, bem como se familiarizar com o instrumento em mãos. Foram entrevistados quatro usuários que aceitaram participar da etapa piloto da pesquisa voluntariamente.

Após aplicação da etapa piloto, seguiu-se com a observação participante, desenvolvida através da participação direta da pesquisadora nas reuniões do grupo, assembleias, atividades produtivas e comerciais. Isso permitiu a pesquisadora buscar conhecer o produto de comercialização, as etapas de sua atividade de produção, o relacionamento interpessoal dos participantes da iniciativa de inclusão social pelo trabalho e com a coordenadora do grupo. Observando como acontece essa coordenação e quais são as habilidades específicas de cada indivíduo.

Sendo assim, a observação participante seguida dos registros em diário de campo aconteceu por um período de três meses. Vale destacar que a pesquisadora realizou observação participante em dois momentos distintos: nas reuniões do grupo

e em suas atividades comerciais, como a Feira de Economia Solidária, que acontece mensalmente em uma praça pública do município de Ribeirão Preto.

Após cada observação participante, a pesquisadora utilizou o diário de campo que se deu a partir dos registros da observação. O diário de campo foi constituído de registros contemporâneos a respeito da maneira com que cada indivíduo se colocava na iniciativa de inclusão social, suas habilidades, seu relacionamento interpessoal, suas dificuldades expressadas, o relacionamento da profissional coordenadora com os integrantes, a maneira como se posicionava perante o grupo, enfim, registros dos acontecimentos do dia a dia dos associados em suas atividades produtivas. O diário de campo também foi constituído de registros contemporâneos referentes às atividades comerciais da iniciativa, da maneira como os associados se posicionavam em espaços extra CAPS, seu relacionamento com demais pessoas diferentes da iniciativa, a forma como apresentavam seus produtos, a organização da Feira, entre outros. Seguindo-se aos registros da observação participante, foi aplicado o questionário e as entrevistas em local e horário previamente acordado pelos participantes.

4.6 Análise dos dados

A análise dos dados do questionário de caracterização socioeconômico foi realizada através de análise estatística com base na frequência simples devido ao número reduzido de participantes. A análise permitiu uma caracterização dos sujeitos e análise de vulnerabilidade social dos participantes da iniciativa de inclusão social pelo trabalho. Foi utilizado uma adaptação do modelo elaborado e validado por Souza e Fiorati (2015), com a permissão das autoras. O modelo foi construído segundo o referencial teórico de Castel (2005), que envolve uma análise relacionada às quatro zonas de vulnerabilidade em que o sujeito pode se encontrar de acordo com as dimensões de inclusão socioeconômica com base nas relações de trabalho. Bem como, sua inserção em redes de suporte social, podendo inserir-se nas zonas de integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação. A versão adaptada que foi elaborada para este estudo teve como ênfase a análise dos indicadores sociais, econômicos e de escolaridade.

Para as entrevistas foi empregada a técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977) definida como um conjunto de práticas de análise das comunicações que, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, garante indicadores que possibilitem a inferência de conhecimentos referentes às condições de produção e recepção de tais mensagens. A análise de conteúdo é marcada por um instrumento caracterizado por grande diversidade de formas e é adaptável a um campo de aplicação bastante vasto: as comunicações. Tal análise trabalha a fala, ou seja, a prática da língua realizada por emissores identificáveis (BARDIN, 1977, 2012). A autora categoriza as diferentes fases da análise de conteúdo em três polos cronológicos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação, os quais serão descritos a seguir.

Inicialmente, foi realizada uma leitura exaustiva de todo material coletado nas entrevistas com os membros participantes da iniciativa de inclusão social, com a participante coordenadora e com os membros da Co-Labora ITES. Este primeiro momento permitiu o primeiro contato da pesquisadora com o material e possibilitou as primeiras impressões a respeito dos entrevistados. Segundo Bardin (1977, 2012), esta fase inicial denomina-se pré-análise, em que o material é organizado e analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização literal do material.

Em um segundo momento, tendo em mãos os dados qualitativos extraídos dos membros empreendedores (participantes membros da iniciativa de inclusão social pelo trabalho e profissional coordenadora) e os dados dos membros da Co-Labora, foram elaboradas categorias e subcategorias analíticas através da codificação e classificação dos temas emergentes nas narrativas. As categorias foram organizadas em dois quadros: Quadro 1 (categorias dos membros empreendedores) e Quadro 2 (categorias dos membros da Co-Labora ITES). A exploração do material para Bardin (1977, 2012), consiste na definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos. Esta é uma fase de descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* do material submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Assim, a codificação, a classificação e a categorização são fundamentais nesta fase.

E por fim, foi realizado o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta é a terceira fase, destinada ao tratamento dos resultados onde ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais. É o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica. A técnica permite uma leitura profunda das falas e visa uma compreensão do conteúdo dos discursos com os aspectos exteriores, permitindo assim, uma maior interpretação dos dados (BARDIN, 1977, 2012). Neste terceiro momento de análise dos dados, foi realizada uma articulação dos referenciais teóricos da Economia Solidária e RP, atendendo-se aos objetivos propostos que embasaram a construção das categorias analíticas das narrativas extraídas.

Após a análise de conteúdo das entrevistas foi realizada uma triangulação com os dados dos registros da observação participante e do diário de campo. A partir daí os dados das entrevistas foram analisados comparativamente, buscando-se os eixos de sentido que emergiam, se se apresentavam coincidentes, se se repetiam formulando um determinado padrão ou quando surgiam dados dissonantes, discordantes do padrão observado e dos eixos principais captados pela leitura e análise e organização do material.

4.7 Procedimentos éticos

Respeitando-se os processos legais e éticos de pesquisas que envolvem seres humanos, o projeto de pesquisa foi subjugado para análise Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP USP). Foi aprovado e designado ao número de parecer: 2.696.715, CAAE: 70007617.7.0000.5393, de 06/06/2018, prescrito pela resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

5 RESULTADOS

Para melhor compreensão dos resultados, serão apresentados em cinco momentos distintos, a saber:

- a) Caracterização e apresentação dos dados do questionário socioeconômico;
- b) Apresentação dos dados da observação participante e diário de campo;
- c) Apresentação dos dados das entrevistas semiestruturadas dos participantes associados da iniciativa de inclusão social pelo trabalho;
- d) Apresentação dos dados da entrevista semiestruturada da participante coordenadora da iniciativa de inclusão social e,
- e) Apresentação das entrevistas semiestruturadas dos participantes membros da Co-Labora.

A fim de se preservar a identidade de cada sujeito da pesquisa, cada um deles foi referenciado por um nome fictício. Foram escolhidos nomes de aves, uma vez que estas são espécies animais que se relacionam sempre em grupo e raramente, vivem solitárias e, tratando - se dos sujeitos desta pesquisa que possuem uma importante relação de grupo a ser analisada, a escolha por tais nomes fictícios se justifica.

Os participantes associados da iniciativa de inclusão social pelo trabalho foram referenciados por: “Tuim”, “Canário”, “Sabiá”, “Quero-quero”, “Bem-te-vi” e “Andorinha”, sendo estes os membros associados do empreendimento. A participante coordenadora foi referenciada por “Beija-flor”. Os participantes membros da Co-Labora ITES foram identificados por: “Albatroz”, “João-de-barro” e “Arara”. A orientadora deste estudo foi excluída da pesquisa, no entanto por compor o grupo da incubadora ela foi mencionada em trechos transcritos das falas dos respondentes sendo então referenciada como “Gaivota”.

Todos os dados do questionário de caracterização socioeconômico dizem respeito apenas aos participantes associados da iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária do CAPS-ad II(N=6).

5.1 Caracterização e apresentação dos dados do questionário socioeconômico

Tabela 1 – Caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (N=6). Ribeirão Preto, 2019

Identificação	F	%
Sexo		
Feminino	1	16,6
Masculino	5	83,3
Idade		
30 – 39 anos	3	50
40 – 49 anos	1	16,6
50 – 59 anos	2	33,3
Etnia		
Branca	4	66,6
Preta	1	16,6
Parda	1	16,6
Cidade de Origem		
Ribeirão Preto - SP	2	33,3
Pedregulho – SP	1	16,6
Salvador – BA	1	16,6
Votuporanga – SP	1	16,6
Serrana – SP	1	16,6
Bairro		
Salgado Filho	2	33,3
Alto do Ipiranga	1	16,6
Parque São Sebastião	1	16,6
Campos Elíseos	1	16,6
Residencial Leo Gomes de Moraes	1	16,6
Estado Civil		
Solteiro (a)	5	83,3
União estável	1	16,6

Legenda: F: Frequência; %: Porcentagem.

Na Tabela 1 é possível observar a prevalência do sexo masculino na população estudada (83,3%). Três respondentes (50%) com idade entre 30-39 anos, 2 respondentes (33,3%) com idade entre 50-59 anos e 1 respondente (16,6%) entre 40-49 anos. Quanto à etnia autodeclarada, 4 respondentes (66,6%) consideraram-se pertencer à raça branca, 1 respondente (16,6%) à raça preta e 1 respondente (16,6%) à raça parda. Dois respondentes são de origem da cidade de Ribeirão Preto

(33,3%), sendo os demais de origem das cidades de Pedregulho (16,6%), Votuporanga (16,6%) e Serrana (16,6%), todas cidades do estado de São Paulo e apenas 1 (16,6%) respondente é de origem baiana, da capital Salvador. Dois usuários responderam residir no bairro Salgado Filho (33,3), 1 respondente referiu residir no bairro Alto do Ipiranga (16,6%), 1 respondente no bairro Parque São Sebastião (16,6%), 1 respondente no bairro Campos Elíseos (16,6%) e 1 (16,6%) no Residencial Leo Gomes de Moraes.

Tabela 2 – Situação atual no mercado de trabalho - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019

Mercado de trabalho	F	%
Situação atual de trabalho:		
Desempregado	6	100
Renda pessoal: *		
Sem renda	2	33,3
Até ½ salário mínimo (R\$477,00)	2	33,3
Mais de ½ salário até 1 salário mínimo (R\$477,00 a R\$954,00)	2	33,3
Horas diárias de trabalho:		
Não trabalha	6	100
Tempo gasto da residência até o local de trabalho:		
Não trabalha	6	100
Em caso de desemprego do que o usuário e sua família vivem:		
Auxílios do governo	2	33,3
Empréstimos financeiros	1	16,6
Trabalho informal	1	16,6
Renda do(a) companheiro(a)	1	16,6
Não informou	1	16,6

Legenda: F: Frequência; %: Porcentagem.

*Salário mínimo no valor de \$954,00, vigente para o ano de 2018, de acordo com a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, decreto nº 9.255, de 29 de dezembro de 2017.

De acordo com a Tabela 2, verifica-se que toda a população estudada, (100%), não se encontrava incluída no mercado formal de trabalho, portanto, sem acesso à seguridade social no momento da pesquisa. Apesar de estarem todos inseridos na iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária, esta ainda não pode garantir uma renda estável. Dos que relataram possuir alguma

renda, esta se referia aos programas assistenciais do governo como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Auxílio Doença e Bolsa Família. A maior renda relatada, por 2 entrevistados (33,3%), foi de até 1 salário mínimo, 2 entrevistados, (33,3%), afirmaram ter renda de até ½ salário, e 2 respondentes, (33,3%), relataram não possuir qualquer fonte de renda. Nas situações de desemprego formal, os respondentes apontaram os programas governamentais como ajuda financeira (33,3%), a renda do companheiro(a) (16,6%), os empréstimos financeiros (16,6%) ou mesmo o trabalho informal (16,6%).

Tabela 3 – Nível de escolaridade - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019

Educação	F	%
Grau de instrução pessoal:		
Primeiro grau incompleto (ensino fundamental)	2	33,3
Segundo grau incompleto (ensino médio)	1	16,6
Segundo grau completo (ensino médio)	2	33,3
Superior incompleto (faculdade)	1	16,6

Legenda: F: Frequência; %: Porcentagem.

A Tabela 3 traz o nível de escolaridade da população estudada. Para primeiro grau incompleto tem-se 33,3%, o que corresponde a 2 dos entrevistados. Para segundo grau incompleto, 16,6%, o que corresponde a 1 entrevistado. Para segundo grau completo, tem-se 33,3%, 2 dos entrevistados e, para ensino superior incompleto, tem-se 16,6%, o que corresponde a 1 entrevistado.

Tabela 4 – Rede familiar - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019

Família	F	%
Renda familiar: *		
Até ½ salário mínimo (R\$477,00)	2	33,3
Mais de ½ salário até 1 salário mínimo (R\$477,00 a R\$954,00)	2	33,3
De 2 salários até 3 salários (R\$1908,00 a R\$2862,00)	1	16,6
Acima de 5 salários (R\$4770,00 ou mais)	1	16,6
Nº de membros familiares:		
Mora sozinho	3	50

Família	F	%
1 membro	1	16,6
2 membros	1	16,6
10 membros	1	16,6

Legenda: F: Frequência; %: Porcentagem.

*Salário mínimo no valor de \$954,00, vigente para o ano de 2018, de acordo com a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, decreto nº 9.255, de 29 de dezembro de 2017.

Ao observar a Tabela 4, verifica-se que as redes familiares de 2 dos respondentes (33,3%), possui uma renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Dois respondentes, (33,3%), relataram possuir redes familiares com renda de $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo, sendo que para 1 respondente (16,6%) a renda familiar é de mais de 5 salários mínimos. Três respondentes (50%), afirmaram morar sozinhos. Os que residem com alguém, o número de membros familiares variou de 1 a 10: 16,6% vivem com apenas 1 membro familiar (1 entrevistado), 16,6% residem com 2 membros (1 entrevistado), e 16,6% vivem com 10 membros familiares (1 entrevistado).

Tabela 5 – Rede domiciliar - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019

Domicílio	F	%
Condição de domicílio:		
Casa própria	3	50
Outros	3	50
Sujeito mora em:		
Cetrem	2	33,3
Pensão	1	16,6
Outros	3	50
Situação da moradia		
Recursos disponíveis: *		
Escoamento de esgoto sanitário	6	100
Água canalizada	6	100
Coleta de lixo	6	100
Energia elétrica	6	100
Telefone fixo	5	83,3
Televisão	6	100
Geladeira	5	83,3
Fogão	6	100
Filtro de água	5	83,3
Rádio	5	83,3

Domicílio	F	%
Televisão à cores	6	100
Automóvel	1	16,6
Máquina de lavar roupa	4	66,6
Computador	2	33,3
Acesso à internet	2	33,3
Celular	5	83,3

Legenda: F: Frequência; %: Porcentagem.

*Percentual calculado com base o total de participantes para cada variável

A Tabela 5 caracteriza a rede domiciliar dos sujeitos da pesquisa. Três respondentes (50%), residem em casa própria e apenas 1 sujeito (16,6%), vive em pensão. No entanto, 2 sujeitos (33,3%) foram acolhidos pela Central de Triagem e Encaminhamento ao Migrante, Itinerante e Morador de Rua da cidade de Ribeirão Preto (Cetrem). O serviço tem por objetivo “garantir a proteção integral e acolhimento provisório a indivíduos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de auto sustento.” (RIBEIRÃO PRETO [homepage]). Em relação aos recursos disponíveis na moradia, mesmo para aqueles respondentes que relataram viver na Cetrem, verificou-se que os recursos básicos como escoamento de esgoto, água canalizada, coleta de lixo e energia elétrica foram garantidos para todos os respondentes (100%). Recursos como televisão à cores e fogão também foram relatados como parte da moradia de 100% dos sujeitos entrevistados. Computador e acesso à internet foram verificados para 2 entrevistados (33,3%) e apenas 1 (16,6%) relatou possuir automóvel.

Tabela 6 – Sistema de proteção social - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019

Estrutura física do bairro em que vive	F	%
O bairro possui: *		
Escolas	4	66,6
Serviços de saúde	2	33,3
Locais de lazer (esportes, praças, clubes, outros)	5	83,3
Locais de cultura (cinema, teatro, música e outros)	1	16,6
Ambiente seguro	3	50
Aspectos positivos? *		

Estrutura física do bairro em que vive	F	%
Nenhum	2	33,3
Arborização	2	33,3
Lan House	1	16,6
Pouco fluxo de carros	1	16,6
Ambiente tranquilo	1	16,6
Ambiente silencioso	1	16,6
Aspectos negativos? *		
Nenhum	1	16,6
Falta de áreas de lazer	1	16,6
Favelas	1	16,6
Drogas ilícitas, bebidas alcoólicas	3	50
Prostituição	1	16,6
Armas brancas, criminalidade	1	16,6
Funcionários da Cetrem e Centro POP (mau tratamento / tratamento rígido)	2	33,3
Mobilidade urbana precária	2	33,3
Comida ruim (oferecida na Cetrem)	1	16,6
Falta de mercados	1	16,6
Falta de USFs	1	16,6
O que precisa melhorar? *		
Nada	1	16,6
Áreas de lazer	1	16,6
Padarias	1	16,6
Escolas	1	16,6
Postos de saúde	2	33,3
Cinema	1	16,6
Água potável nas praças	1	16,6
Mobilidade urbana	2	33,3
Incentivo ao esporte	1	16,6
Retirar as crianças expostas às drogas ilícitas	1	16,6

Legenda: F: Frequência; %: Porcentagem.

*Percentual calculado com base o total de participantes para cada variável

De acordo com a Tabela 6, verifica-se a presença de locais de lazer no bairro de 5 respondentes (83,3%) e escolas nos bairros de 4 respondentes (66,6%). Apenas 1 respondente (16,6%) referiu possuir em seu bairro locais de cultura, como cinema, teatro ou música. Três respondentes (50%), consideraram seu bairro como um ambiente seguro. A arborização dos bairros foi um dos pontos positivos levantados por 2 respondentes (33,3%). Entretanto, 2 julgaram não haver qualquer ponto positivo no bairro em que residem (33,3%). Destaca-se o uso indiscriminado de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas nos bairros de 3 respondentes (50%), bem como a queixa da precária mobilidade urbana e o mau tratamento recebido por

funcionários da Cetrem e demais espaços populares como os Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) para 3 respondentes (50%).

Tabela 7 – Geração de renda e gastos familiares - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019

Geração de renda e gastos familiares	F	%
Trabalho X cuidado com os filhos		
Não possui filhos	5	83,3
Filhos adultos e independentes	1	16,6
Trabalho X cuidados da casa		
Limpa o quarto 2 vezes na semana	1	16,6
Horas vagas/folgas/finais de semana	4	66,6
O(a) companheiro(a) ajuda pois possui problemas de saúde	1	16,6
Renda familiar é suficiente? Por quê?		
Sim	2	33,3
Não. Altos gastos com medicações e transporte	1	16,6
Não. Altos gastos com medicação e empréstimos financeiros	1	16,6
Não. Altos gastos com roupas e a família não ajuda.	1	16,6
Não. (Não justificou).	1	16,6
Quando o dinheiro não dá *		
Pede ajuda pra família	2	33,3
Faz economias	1	16,6
Não compra roupas	1	16,6
Divide (parcela) as despesas	1	16,6
Isso não acontece, o pai ajuda quando precisa	1	16,6
Paga os gastos mais urgentes (financiamento da casa, por ex.) e deixa os outros acumularem	1	16,6
Principais gastos familiares *		
Alimentação	1	16,6
Luz	3	50
Água	2	33,3
Vestuário	1	16,6
Telefone/celular	2	33,3
Internet	2	33,3
Medicações	1	16,6
Transporte	1	16,6

Legenda: F: Frequência; %: Porcentagem.

*Percentual calculado com base o total de participantes para cada variável

Com a Tabela 7 é possível verificar que a maioria dos entrevistados não possui filhos (83,3%), sendo que apenas 1 (16,6%) possui porém, são adultos e independentes dos pais. Quatro entrevistados (66,6%) dedicam-se às atividades domésticas nas suas horas de folga e finais de semana, sendo que 1 respondente (16,6%) relatou necessitar da ajuda do(a) companheiro(a) para as atividades domésticas por possuir problemas de saúde. Quanto à questão sobre a renda familiar, 4 respondentes (66,6%) disseram não ser suficiente e as justificativas variaram de altos gastos com medicações, transporte, roupas e empréstimos financeiros. Apenas 33,3%, ou seja, 2 entrevistados, relataram recorrer à família quando o dinheiro não é suficiente, sendo que os demais fazem economias (16,6%), não compram roupas (16,6%) ou parcelam suas despesas (16,6%). Apenas 1 respondente (16,6%) afirmou não passar por situações em que o dinheiro não é suficiente, pois o pai sempre o auxilia quando necessita de ajuda para estes fins. Luz (50%), água (33,3%), telefone (33,3%) e internet (33,3%) foram os principais gastos referidos pelos sujeitos.

Tabela 8 – Organização familiar - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019

Organização familiar	F	%
Quem considera como membro familiar *		
Irmão/irmã (s)	6	100
Pai/mãe	3	50
Primo/prima (s)	1	16,6
Amigo/amiga (s)	1	16,6
Filhos (as)	1	16,6
Netos (as)	1	16,6
Companheiro (a)	1	16,6
Rotina diária familiar		
Casa, CAPS	4	66,6
Casa, CAPS, Lan House	1	16,6
Casa, atividades físicas, estudos, espaços sociais	1	16,6
Quem fica com os filhos quando se ausenta		
Não possui filhos	5	83,3
Filhos adultos e independentes	1	16,6

Legenda: F: Frequência; %: Porcentagem.

*Percentual calculado com base o total de participantes para cada variável

A organização familiar pode ser verificada na Tabela 8, onde 100% dos respondentes disseram considerar serem os irmãos(as) integrantes de suas famílias, mantendo frequência relevante (50%) para aqueles que consideram também como integrantes familiares seus pais ou somente o pai ou a mãe. Observa-se uma rotina diária restrita entre as atividades do CAPS-ad II e as atividades domésticas para 4 dos respondentes (66,6%), o que corrobora as relações sociais fragmentadas ou mesmo isoladas características desta população. Apenas 1 respondente (16,6%) afirmou dividir suas atividades diárias entre a rotina do CAPS-ad II, espaços sociais, atividades físicas e estudos.

Tabela 9 – Acesso aos mecanismos de proteção social públicos ou privados - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019

Acesso aos mecanismos de proteção social – F %		
públicos ou privados		
Quando em algum problema/dificuldade de saúde, a quem/onde recorre *		
Unidade de Saúde da Família	5	83,3
Medicina popular	1	16,6
UPA	1	16,6
Quando em algum problema/dificuldade financeira, a quem/onde recorre *		
Tenta resolver sozinho(a)	3	50
Amigos	1	16,6
Família	1	16,6
Trabalho informal	2	33,3

Legenda: F: Frequência; %: Porcentagem.

*Percentual calculado com base o total de participantes para cada variável

A Tabela 9 descreve o acesso aos mecanismos de proteção social públicos ou privados e mostra significativa frequência de entrevistados, 5 participantes (83,3%) que recorrem à Unidade Básica de Saúde (UBS) para solucionar questões de saúde. Quanto aos problemas ou dificuldades financeiras, 3 entrevistados responderam buscar resolver tais questões sozinhos (50%) ou através do trabalho informal (33,3%).

Tabela 10 – Políticas sociais – serviços e benefícios utilizados - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019

Políticas sociais – serviços e benefícios sociais	F	%
Locais que conhece e mais utiliza no bairro *		
Fica no domicílio, não frequenta os espaços do bairro.	2	33,3
Academia ao ar livre	1	16,6
Espaços sociais	1	16,6
Praças	1	16,6
Igreja	1	16,6
Clube	1	16,6
Utiliza algum programa assistencial do governo?		
Não		33,3
Sim		66,6
Qual programa (n=4)		
Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS		50
Auxílio doença		25
Bolsa Família		25
Valor em reais (n=4)		
50 a 100		25
900 a 1000		75
Como conheceu o programa (n=4)		
CAPS-ad II		50
INSS		25
Centro POP		25
Como o programa o ajuda (n=4) *		
Aluguel		25
Medicamentos		25
Pagamento de dívidas		25
Alimentação		25
Gastos pessoais		75
Vestuário		25

Legenda: F: Frequência; %: Porcentagem.

*Percentual calculado com base o total de participantes para cada variável

Na Tabela 10 é possível observar que 2 respondentes (33,3%) não frequentam os espaços sociais dos seus bairros, restringindo-se aos espaços dos seus domicílios. Dos que relataram frequentar algum espaço, mencionaram academia ao ar livre (16,6%), espaços sociais (16,6%), praças (16,6%), igreja (16,6%) e clubes (16,6%). Dois dos respondentes (33,3%) não utilizam qualquer

programa assistencial do governo. Os outros 4 respondentes (66,6%) afirmaram utilizar algum programa assistencial do governo, 50% utilizam a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), 25% o Auxílio Doença e 25% utilizam o Bolsa Família. Dos que utilizam tais programas, a renda da maioria (75%) variou de R\$900,00 (novecentos Reais) a R\$ 1.000,00 (mil Reais), sendo que para 25% dos respondentes, a renda variou de R\$ 50,00 (cinquenta Reais) a R\$ 100,00 (cem Reais). Os entrevistados tiveram conhecimento de tais programas assistenciais através do CAPS-ad II (50%), do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, (25%) ou do Centro POP (25%). Gastos pessoais foi o principal ponto destacado pelos entrevistados (75%) ao se referirem em que o programa os ajuda, bem como os gastos com o aluguel (25%), medicamentos (25%), pagamento de dívidas (25%), alimentação (25%) e vestuário (25%).

Tabela 11 – Redes sociais - caracterização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS-ad II (n=6). Ribeirão Preto, 2019

Redes sociais	F	%
Em caso de necessidade, quem oferece mais apoio *		
Irmão/ irmã (s)	2	33,3
Mãe	1	16,6
CAPS	2	33,3
Coordenadora da oficina de geração de renda do CAPS-ad II	1	16,6
Companheiro (a)	1	16,6
Tipo de apoio *		
Geral	3	50
Terapêutico	1	16,6
Financeiro	1	16,6
Conversas/ escuta/ diálogo/ orientações	2	33,3

Legenda: F: Frequência; %: Porcentagem .

*Percentual calculado com base o total de participantes para cada variável

Na Tabela 11 é possível verificar que, de acordo com as redes sociais dos entrevistados, os irmãos(as) (33,3%) e o CAPS-ad II (33,3%) são aqueles que mais oferecem apoio em caso de alguma necessidade. Essa ajuda é obtida através de apoio de uma forma geral (50%), bem como através de conversas, escutas, diálogo e orientações (33,3%).

5.2 Apresentação dos dados das entrevistas semiestruturadas dos sujeitos da pesquisa

Após leitura exaustiva das entrevistas semiestruturadas, foram delimitados os dados analisados e registrados os temas dos discursos dos sujeitos de pesquisa. Em seguida, foi analisada a frequência com que apareciam tais discursos. As entrevistas serão apresentadas em dois momentos distintos: primeiramente serão apresentados os relatos dos empreendedores, os quais são compostos pelas falas dos membros associados e do membro coordenador da iniciativa de inclusão social pelo trabalho e depois, serão apresentados os relatos dos membros da Co-Labora ITES.

Assim, extraiu-se das falas dos sujeitos empreendedores desta pesquisa 5 categorias analíticas, destas, decorreram-se 15 categorias empíricas e 4 subcategorias empíricas. Dos membros da incubadora Co-Labora ITES foram extraídas 4 categorias analíticas, que permitiram a extração de 18 categorias empíricas das falas dos sujeitos e 4 subcategorias empíricas.

As categorias analíticas foram construídas pela pesquisadora por corresponderem aos pressupostos e objetivos desta pesquisa e constituídas por conteúdos que a pesquisadora buscou coletar de acordo com os objetivos norteadores deste estudo. Já as categorias empíricas, correspondem ao conteúdo emergente extraído dos relatos dos sujeitos com base nas questões lançadas pela pesquisadora.

As categorias dos membros empreendedores serão apresentadas a seguir, de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias dos membros empreendedores identificadas no estudo

Categorias Analíticas	Categorias Empíricas	Subcategorias empíricas
5.2.1 Processo de implementação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária	5.2.1.1 Continuidade do projeto de implementação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho 5.2.1.2 Processo de formação da iniciativa marcada por parceria entre a	

Categorias Analíticas	Categorias Empíricas	Subcategorias empíricas
	Co-Labora e o CAPS-ad II 5.2.1.3 O convite aos participantes do CAPS-ad II para a experimentação de uma nova atividade 5.2.1.4 O objeto de produção	
5.2.2 A contextualização da Economia Solidária sob a ótica do associado	5.2.2.1 O conhecimento em Economia Solidária, a prática cotidiana e o saber dos associados	5.2.2.1.1 Valores éticos que se compatibilizam com a Economia Solidária
5.2.3 Dificuldades com o processo de implementação e atuação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho	5.2.3.1 Rotatividade de membros associados no empreendimento 5.2.3.2 Diferentes perfis dos membros associados 5.2.3.3 Recaídas no tratamento 5.2.3.4 Dificuldades expressadas pelos membros associados	5.2.3.2.1 Distanciamento dos espaços públicos de discussão sobre Economia Solidária
5.2.4 Potencialidades da iniciativa	5.2.4.1 Estratégias de fortalecimento encontradas pela iniciativa de inclusão social pelo trabalho 5.2.4.2 Formação de lideranças 5.2.4.3 Investimento pessoal na iniciativa de inclusão social pelo trabalho 5.2.4.4 Ocupação como meio de resignificação do trabalho	5.2.4.2.1 Construção de identidades e representatividades dos membros associados
5.2.5 Redes de apoio do empreendimento	5.2.5.1 Conquista da Lei Municipal, das feiras, do Fórum e das assembleias de Economia Solidária 5.2.5.2 A coordenação	

Categorias Analíticas	Categorias Empíricas	Subcategorias empíricas
	profissional técnica do serviço como suporte 5.2.5.3 A significação do empreendimento solidário como apoio ao tratamento de saúde mental	

Fonte: elaborado pela autora

O processo de categorização atendeu aos critérios de relevância dos elementos presentes nas falas dos sujeitos. Desse modo, a seguir serão descritas as categorias detalhadas com trechos dos discursos encontrados.

5.2.1 Processo de implementação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária

Os entrevistados iniciaram suas falas contribuindo com informações sobre o processo de implementação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho do CAPS-ad II. Esta categoria gerou as seguintes categorias empíricas:

5.2.1.1 Continuidade do projeto de implementação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho

Foi possível inferir através das falas dos entrevistados que em meados do ano de 2014 a Co-Labora ITES propôs o início de um projeto de incubação em Economia Solidária no CAPS-ad II que contou com a colaboração de estagiários do curso de Terapia Ocupacional e bolsistas da Universidade de São Paulo. Nesse primeiro ano, percebeu-se que fazer a incubação somente a partir de estagiários e bolsistas não solidificava o projeto, assim, a incubadora avaliou a necessidade da formação de um profissional do próprio CAPS-ad II em Economia Solidária para que fosse tido como referência neste empreendimento. Este profissional, coordenaria o projeto, com a assessoria da incubadora através dos estagiários e bolsistas, garantindo que o processo de implementação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária, tivesse continuidade; e a partir de 2015 iniciou-se essa nova configuração como mostra a fala abaixo:

“Eu vou falar um pouco da implementação mesmo. Eu iniciei no início de 2015 e aí foi a proposta do pessoal da Co-Labora que trouxe o projeto pro CAPS. Já tinha tido uma tentativa anteriormente e eles perceberam na avaliação de que quando o projeto era executado apenas pela Universidade, tinha dificuldade de continuidade do projeto. Não tinha nenhum profissional técnico do serviço pra acompanhar. Então os alunos vinham, faziam o trabalho com os usuários e aí ficava difícil essa continuidade mesmo, por não ter um profissional no serviço pra fazer essa continuidade”. (BEIJA-FLOR)

Nesse sentido, a respondente traz detalhes a respeito da dificuldade em se manter uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho, baseada na perspectiva da Economia Solidária, sem a atuação de um profissional coordenador do serviço que seja fixo na iniciativa. Ainda, traz detalhes como a dificuldade quando, na existência deste profissional, há a necessidade de ausentar-se das reuniões da iniciativa.

“Olha, pelo que eu me lembro, na verdade eu não vou me lembrar exatamente das nossas [participante coordenadora e membros da Co-Labora] conversas mas, era num sentido de continuidade, porque igual, os alunos, eles não conseguiam fazer períodos de férias ... então tinham vários rompantes, muito longos. Então: ‘ah, dezembro todo ficar sem vir!’ Não tinha uma continuidade no trabalho. E isso pra Economia Solidária é um grande problema. Então essa continuidade mesmo do trabalho no serviço que eu senti que foi um peso maior, pra não ter essa perda. Tanto é que quando eu comecei com a Economia Solidária, as nossas férias eram de 30 dias e esse período de férias que eu fiquei fora eu senti a diferença, que já era um período que a Co-Labora não estava tão ativa, pelo menos através do estagiários, do projeto de extensão. E aí eu senti isso, eu falei: ‘Nossa, faz todo o sentido mesmo, tem que ser alguém que tenha uma continuidade maior’. Porque foi muito significativo, 1 mês que eu fiquei de férias, quando eu voltei parecia que eu tinha que retomar o trabalho praticamente do zero. Porque se perdeu muito, eles não lembravam mais como é que fazia as coisas, como é que funcionava, a gente teve [que] retomar.” (BEIJA-FLOR)

Pensando-se em buscar estratégias para solucionar a questão e não permitir que a iniciativa tivesse prejuízos com a ausência da participante coordenadora em seu período de férias, a entrevistada traz os desdobramentos encontrados:

“Aí eles ficavam de férias também, porque não tinha nenhum outro profissional que fizesse. Então nossas coberturas, às vezes a gente faz cobertura: ‘Ah, tem certa atividade que dá pra eu cobrir fazendo outra atividade, tem outras que não’. Que exige do profissional por causa dessa questão da formação. E aí eu achei muito significativo isso, foi algo bem concreto isso da continuidade mesmo. Então eu entendo que seja por isso.” (BEIJA-FLOR)

5.2.1.2 Processo de formação da iniciativa marcada por parceria entre a Co-Labora ITES e o CAPS-ad II

A entrevistada relatou que a oportunidade de troca de conhecimentos e vivências sobre a Economia Solidária entre os profissionais do CAPS-ad II e a Co-Labora ITES, em um processo contínuo de formação, marcou a implementação do empreendimento. Esta parceria foi crucial para a sua consolidação, como mostra a fala abaixo:

“E aí quando eu entrei, eu achei a proposta super legal, até pela aproximação com o tema que eu tenho, que eu gosto bastante, vejo muito sentido, e aí eu fiquei como referência no projeto pra acompanhar o pessoal da Co-Labora, né, pra fazer a incubação. Então, aí foi essa parceria no início, o tempo todo, até essa questão de formação mesmo em Economia Solidária. Eu tinha um conhecimento muito vago do que era, então foi através deles que eu fui me formando também e continuo. (...) É foi tudo muito junto, mas pro CAPS, a gente construiu em conjunto, então a gente trocava textos, via os vídeos antes de trazer pra oficina, porque tinha uma troca anterior pra na hora da oficina estar alinhado, então foi uma formação nesse sentido. Não que eles vieram e fizeram a formação comigo, foi bem uma troca.” (BEIJA-FLOR)

5.2.1.3 O convite aos participantes do CAPS-ad II para a experimentação de uma nova atividade

Segundo a fala da entrevistada coordenadora da iniciativa, os participantes do CAPS-ad II foram convidados a experimentar a nova iniciativa que dava seus primeiros passos. Os conhecimentos prévios sobre a temática foram valorizados e os novos integrantes tiveram a oportunidade de conhecer uma atividade, até então inovadora.

“Então a gente foi formando o grupo, um grupo bem livre, trazendo os conceitos baseados no que eles sabiam do que era Economia Solidária. A princípio o grupo foi bem aberto, a gente convidou todos os usuários da permanência dia, então aquelas pessoas que ficam aqui o dia todo e quem aceitou participar foi experimentando né, vendo se era o perfil, o que entendia disso e se fazia sentido.” (BEIJA-FLOR)

O convite aos participantes do CAPS-ad II a experimentar a nova iniciativa de inclusão social pelo trabalho, que estava em seu processo de formação, se estendeu a todos os participantes do serviço. No entanto, a chegada de alguns participantes foi intermediada pela própria profissional coordenadora da iniciativa ou demais profissionais do serviço.

“Ah, eu entrei quando a ‘Beija-flor’ veio chamar. Ela veio chamar o rapaz ali e eu peguei e falei que queria ir também, aí eu entrei no meio (...) E eu demonstrei interesse.” (QUERO-QUERO)

“Foi indicado pela ‘Beija-flor’. Esse grupo foi assim, eu estava fazendo outra atividade, aí ela [coordenadora da iniciativa] perguntou se eu queria entrar na Economia Solidária de sabonete. Aí eu aceitei. Vi como funcionava, ela falou assim: ‘vou fazer um teste com você, se você achar ruim, você sai da Economia Solidária, agora se você quiser, você pode ficar na Economia Solidária’. Aí eu fiquei. Aí já faz mais de 2 anos e uns quebrados que eu estou nessa oficina. Estou desde 2015 no grupo de Economia Solidária. Acho que eu sou o mais velho da turma.” (TUIM)

“Bom, primeiro foi em uma conversa com minha profissional de referência, ela sugeriu que eu participasse, né, que eu conversasse com a ‘Beija-flor’, tal, e assim eu fiz, e a ‘Beija-flor’ me falou, que teria uma seleção, seria era aberto pra todos e que se eu tivesse interesse era pra eu participar. Participei da seleção, fui selecionado e estou aqui nessa oficina.” (ANDORINHA)

O desejo pela experimentação da nova iniciativa ocorreu para metade dos sujeitos entrevistados de forma espontânea, ou seja, o próprio participante do CAPS-ad II procurou pela iniciativa.

“(...) Aí foi quando surgiu pra fazer sabonete, sabão, essas coisas, aí eu fui, interessei e peguei prazer pela Economia Solidária.” (BEM-TE-VI)

“Foi espontaneamente. (...) Logo que eu entrei aqui. (...) Eu entrei foi em fevereiro de 2017... na primeira semana eu já participei da Economia Solidária que era 12 pessoas. Eles conseguiram colocar 12 pessoas lá. Só que agora eles reduziram... reduziram pra 6 e eu continuei lá.” (CANÁRIO)

“Eu entrei porque eu estava interessada a aprender a fazer sabonete pra mim [sic] vender em casa.” (SABIÁ)

5.2.1.4 O objeto de produção

O processo de incubação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária envolveu membros da Universidade de São Paulo, da Co-Labora ITES, profissionais do CAPS-ad II, juntamente com os membros associados do empreendimento. A partir do momento que a iniciativa percebeu que a formação teórica já tinha alcançado seus objetivos, a necessidade da criação de um objeto de produção surgiu, a fim de retirá-la deste cenário unicamente teórico de formação em Economia Solidária, porém não menos significativo, para um cenário mais dinâmico, concreto e produtivo. Segundo as falas dos entrevistados, estratégias foram criadas para que a iniciativa construísse em conjunto a ideia de qual seria seu objeto de produção. Essa fase contou com vivências e experimentações que seus membros associados já vivenciaram.

“E aí, a gente foi criando estratégias de pensar em um objeto mesmo, porque foi ficando essa coisa cansativa né, só da formação, só do conceito, só da teoria e a gente falou: ‘ah, vamos ver essa coisa do objeto pra ver se a coisa começa a andar na prática, né?’ Pra ver se o grupo se forma de uma forma que tenha esse interesse pelo fazer, porque já era uma característica das outras oficinas. Então quando chega uma oficina muito teórica, então a gente estava percebendo que estava tendo muito cansaço pra dar continuidade. E a gente pensou em um objeto, foi construído com eles, veem [sic] aí o que vocês querem fazer, o que vocês pensam em trabalhar com o quê, né?” (BEIJA-FLOR)

O primeiro objeto de produção elegido pelos membros associados esbarrou em diversos entraves em seu caminho. O tempo moroso para concretização e elaboração do produto, a baixíssima aceitação do mercado e a falta da formação de uma associação burocraticamente instalada foram destacados pela participante coordenadora. A primeira experimentação foi falida e a iniciativa precisou repensar em um novo objeto de produção, como mostra o relato a seguir:

“E tinha uma experiência no grupo com panfletagem, então eles pensaram a princípio em um jornal, em fazer um jornalzinho pra venda. E a gente foi experimentando isso, construiu o jornal, só que a gente teve várias questões do jornal, por que... demorou quatro meses para fazer o jornal, pra conseguir ter todos os temas, né? Construir os conteúdos e tudo mais e quando saiu o jornal a gente também teve essa questão de onde vender, a quanto vender esse jornal: ‘será que é viável? As pessoas compram?’ Então foi essa experimentação. E aí aconteceu do jornal não ter conseguido sair pra venda, não tinha interesse né? Dessa venda e eles queriam vender na praça, nos lugares públicos (...). E a gente foi refletindo através disso e pensando: ‘ah... qual outro objeto a gente pode pensar pra produção? Então vamos pensar uma outra coisa que possa ser mais viável.’” (BEIJA-FLOR)

Através de uma chuva de ideias a respeito de qual seria o novo objeto de produção, a iniciativa que ainda estava dando os seus primeiros passos em direção à formação de seu empreendimento associativo, elegeu a produção de sabonetes artesanais; a qual foi uma experiência vivenciada anteriormente em oficinas terapêuticas do CAPS-ad II. A produção iniciou de forma independente da instituição financiadora do CAPS e a iniciativa de inclusão social assumiu todas as responsabilidades com o início da produção.

“E eles tinham tido uma experiência com oficina de sabonetes que eles tinham gostado muito: ‘ah... a gente gostou muito de sabonete, a gente podia fazer sabonete’. E aí então a gente começou no sabonete. E aí, a princípio pra custear essa oficina, eu achei muito legal isso da oficina que foi muito independente. Então em momento nenhum a gente pediu, por exemplo, os materiais pro sanatório, que é pra quem o CAPS responde. Então a gente conseguiu fazer de forma independente o tempo todo. Mesmo aos trancos e barrancos e isso eu achei muito legal, porque essa conversa com o sanatório a princípio tiveram algumas questões. (...) Então foi tudo andando tudo muito junto essa construção. Então a gente faz o macro, né? Pra viabilizar isso dentro do serviço, que era uma coisa nova e pro próprio grupo que também estava entrando em contato com essa questão com geração de renda naquele momento.” (BEIJA-FLOR)

5.2.2 A contextualização da Economia Solidária sob a ótica do associado

A análise das falas dos respondentes sobre a contextualização da Economia Solidária, sob a ótica dos membros associados, permitiu a construção das seguintes categorias empíricas:

5.2.2.1 O conhecimento em Economia Solidária, a prática cotidiana e o saber dos associados

Ao ser questionada inicialmente sobre seu conhecimento teórico sobre Economia Solidária, a maior parte dos entrevistados membros associados, em número de quatro, referiram ter pouco conhecimento teórico sobre a temática:

“Ah... eu sei bem pouco, viu.” (QUERO-QUERO)

“Economia Solidária é o seguinte, a pessoa... o que eu conheço um pouco (...) é o que eu conheço um pouco (...) Acho que é só isso, que eu entendo um pouco.” (TUIM)

“O meu conhecimento ainda é pouco (...).” (BEM-TE-VI)

“Então, eu ainda estou bem cruzinha ainda, não tenho assim... é firmeza na Economia Solidária (...).” (SABIÁ)

Verificando trechos das falas, viu-se que os respondentes possuíam conhecimento teórico escasso sobre Economia Solidária. No entanto, ao longo das entrevistas, foi possível identificar em cada sujeito, uma bagagem cultural sobre a temática permitindo que estes entrevistados, através de suas verbalizações, terminologias ou elementos contextuais, manifestassem o sentimento de pertencimento à iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária. O uso frequente do pronome pessoal “nós”, pronome possessivo “nosso(a)”, as palavras “gente”, “pessoas” ou “grupo” foi bastante evidente.

–“(...) são os produtos que a gente faz e vende (...) Carteira, sabonete, sabão a gente faz... é... coisa das mães também, nós fazemos um sabonete pro dia das mães, então... isso é da Economia Solidária (...) Economia Solidária é um grupo, a gente vem de grupo, cheio de gente pra conversar e se pergunta o que é Economia Solidária (...) E também tem o evento que é a feira, que a gente conversa sobre o que vai acontecer na feira daqui pra frente. Acho que é só isso que eu lembro.” (TUIM)

“(...) falando mais especificamente aqui da nossa... nossa... nosso projeto aqui e também a ideia de trazer uma consciência colaborativa, sustentável e tudo isso envolvendo pessoas dos mais diversos tipos, né? E acho que é isso que eu sei.” (ANDORINHA)

Ainda no contexto das verbalizações, terminologias ou elementos contextuais que sinalizam o sentimento de pertencimento à iniciativa de inclusão social, elementos do contexto da Economia Solidária foram verificados nos relatos dos respondentes. Os princípios de Economia Solidária como cooperativa, autogestão, geração de renda e a ajuda mútua estão presentes no conhecimento dos membros associados, os quais manifestam com expressões presentes no contexto cultural que estão inseridos.

*“(...) é você, você juntar com um monte de pessoas, né? E montar tipo uma cooperativa?”
(SABIÁ)*

“Bom, eu sei que Economia Solidária é um movimento que vem ganhando corpo, assim, de uns tempos pra cá, pelo que eu sei e que no meu entendimento, muito interessante, porque ele trabalha com os princípios que são... que são... são caros, né? Mais horizontalidade, nas relações, a questão da autogestão (...)” (ANDORINHA)

“É geração de renda em comum (...)” (CANÁRIO)

“Um ajudando o outro tal, e assim vai.” (QUERO-QUERO)

Há um participante associado que mostra um conhecimento razoável sobre Economia Solidária e afirma que, através destas atividades, se pratica a autogestão, a cooperação e a divisão igualitária dos recursos gerados. Também menciona que está inserido em um empreendimento que abole as relações verticalizadas de trabalho e poder centralizado, como pode ser identificado de acordo com a fala abaixo:

“(...) mas eu sei que na Economia Solidária nós não temos patrão, nós somos tudo em cooperativa, um cooperando com o outro, nós faz uma autogestão nós mesmos, de gasto, preço, caixa e tem que ter assim (...)” (BEM-TE-VI)

A relação entre Economia Solidária e a comercialização de um objeto de produção é bastante clara, como pode ser analisada nas falas de muitos entrevistados. Sobremaneira, a iniciativa estudada possui uma história de solidificação em que a comercialização de algum objeto/produto sempre esteve presente. O contexto da Economia Solidária, ao qual os membros associados estão inseridos, também promove a compreensão da existência de uma divisão dos

recursos provenientes da comercialização, divisão esta que é realizada de maneira igualitária entre todos os membros associados, que recebe o nome de rateio.

“(...) é montar, fazer o negócio vender. Fazer o lucro ali e dividir. É o que eu entendo.” (SABIÁ)

“(...) onde a gente produz as coisas, vende e reparte em quantidades iguais... isso daí.” (CANÁRIO)

“(...) quando chegar no final, nós divide o dinheiro, faz o rateio.” (BEM-TE-VI)

“(...) são os produtos que a gente faz e vende (...) eu vou falar sobre o plano que vai existir na Economia Solidária pra vender sabonete, os produtos e outros inventos que vai ter na Economia Solidária, como... barraquinha da equipe, outra barraquinha e a barraquinha de cada pessoa que está na Economia Solidária, cada um vende seu produto na Economia Solidária (...).” (TUIM)

As experiências anteriores com formas tradicionais de trabalho e a inserção atual em um novo modelo ocupacional e econômico, permitiu aos associados refletir sobre a Economia Solidária e almejar novos desafios, como pode ser observado na fala abaixo:

“Pra mim a Economia Solidária ela é melhor do que trabalhar na firma, só que nosso negócio é pequeno ainda mas eu penso que pode expandir ele.” (BEM-TE-VI)

5.2.2.2 Valores éticos que se compatibilizam com a Economia Solidária

A expressão de valores éticos que se compatibilizam com a Economia Solidária pode ser verificada nas falas de quatro dos respondentes:

“(...) Acho que é união né? A gente tem que ter união, não briga na Economia Solidária e a participação de todo mundo, como faz no evento e como faz no... de sexta-feira, como nós fazemos aqui no CAPS.” (TUIM)

“Seria a união, né? Cada um fazer sua parte, cada um fazer um pouquinho de cada, todo mundo vender e escolher só mesmo pessoas que sejam disponíveis a isso.” (CANÁRIO)

“(...) a gente aprende a trabalhar em grupo e aprende a resolver os problemas e a resolver, fazer os negócios pra vender.” (SABIÁ)

“A comunhão de várias pessoas, né? Uma disciplina, um respeita o outro, é legal isso aí.” (QUERO-QUERO)

5.2.3 Dificuldades com o processo de implementação e atuação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho

Questionados sobre as dificuldades que a iniciativa de inclusão social pelo trabalho baseada na perspectiva da Economia Solidária teve desde seu processo de implementação até o momento da entrevista, somente a participante coordenadora apontou a rotatividade como principal fator dificultador. Os participantes associados, na sua maioria, relataram dificuldades de ordem pessoal, como pode ser observado de acordo com as categorias empíricas seguintes:

5.2.3.1 Rotatividade de membros associados no empreendimento

Através das falas da participante coordenadora, foi possível identificar que a rotatividade foi o principal fator dificultador para a iniciativa. A rotatividade inviabilizava a programação e o andamento das atividades do empreendimento.

“Eu acho que foi essa questão da rotatividade, foi o mais difícil, a princípio. Porque a gente programava uma coisa que era uma continuidade do que a gente tinha feito na semana passada e aí você chega e o grupo já não está mais ali, né (risos)? Então isso foi a maior dificuldade. (...) E aí conforme foi passando a gente foi percebendo a dificuldade nisso, porque não tinha como a gente ir programando as atividades e aí parecia que a coisa não saía do lugar. A gente tinha que ficar retomando o tempo todo (...).” (BEIJA-FLOR)

5.2.3.2 Diferentes perfis dos membros associados

A iniciativa de inclusão social contou com diferentes perfis de seus membros associados, como os diferentes momentos do tratamento para o uso problemático de álcool e outras drogas: alguns membros associados estavam iniciando seu tratamento no CAPS-ad II, enquanto outros já estavam em atendimento no serviço há mais tempo. O fato gerou dificuldade com a compreensão do sentido da Economia Solidária.

“E como era um grupo muito aberto, a gente tinha usuários de vários perfis. Então o usuário [que] estava entrando no serviço naquele momento, usuários que já estavam há bastante tempo. Então, eram perfis de tratamento muito diferentes uns dos outros; e isso a gente também percebeu que existiam algumas dificuldades nesse processo, pra compreender, pra fazer sentido naquele momento, de estar em espaços de discussão, Fóruns, em busca de coisas mais macro mesmo, pra viabilizar aquilo.” (BEIJA-FLOR)

5.2.3.2.1 Distanciamento dos espaços públicos de discussão sobre Economia Solidária

Os diferentes momentos do tratamento dos membros associados representaram para a iniciativa uma dificuldade de se colocarem em espaços de discussão sobre Economia Solidária, como os Fóruns. O perfil dos membros associados voltado para a produção e execução das tarefas dificultou a compreensão do processo da Economia Solidária como um todo.

“Então a maioria no início era o perfil da execução mesmo: ‘ah, vamos fazer uma oficina e vamos produzir sabonete’. Então a gente também teve esse desafio, como chamar pra eles entenderem a importância do todo. Porque foi uma proposta muito nova, comparado ao que eles tinham de contato com as outras oficinas. As outras oficinas são atividades práticas mesmo, e aí é o que o profissional propõe. Eles não têm muita participação na construção disso. Eu vejo que é uma oficina muito diferenciada nesse sentido para eles entenderem essa lógica, deles serem mais ativos, da autogestão mesmo. O tempo do tratamento interfere muito, pra compreensão disso até.” (BEIJA-FLOR)

5.2.3.3 *Recaídas no tratamento*

As recaídas no tratamento para o uso problemático de álcool e outras drogas foi também uma dificuldade no processo de formação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho apontada de acordo com a fala da respondente profissional coordenadora. As recaídas dificultaram o processo de vendas do objeto de produção da iniciativa.

“E aí foi o que foi acontecendo com o grupo. O grupo foi se fechando pelas dificuldades que foram encontrando com essas questões: ‘ah, então quem está chegando no tratamento tinha essa dificuldade de lidar, por exemplo, com a venda.’ Então a gente teve algumas questões disso, das pessoas levarem pra vender, [e] o produto não voltar, a pessoa ter uma recaída, ela mesma não voltar, então a gente foi tendo várias questões nesse sentido.” (BEIJA-FLOR)

5.2.3.4 *Dificuldades expressadas pelos membros associados*

Questionados sobre as dificuldades em participar da iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária, apenas dois participantes associados negaram as possuir. Os demais respondentes (quatro) que apontaram algum elemento dificultador, relataram dificuldades manuais com a produção, memória, dificuldade em encontrar endereços, dificuldades com as vendas, com o deslocamento até as Feiras e com o relacionamento com o grupo.

“Dificuldade? Dificuldade eu tenho um pouquinho de memória que eu não gravo direito a pessoa. Pra achar um endereço, achar um bairro... então eu tenho uma dificuldade de encaixar na Economia Solidária. Mas eu estou entendendo um pouco o que é Economia Solidária. (...) De aprender algumas coisinhas... alguma... não fazer as coisas, as coisas eu até consigo fazer. Dificuldade é assim de colocar o produto, pingar gota pra fazer o sabonete, pingar gota certa, se não dá errado o sabão... então é essa a dificuldade que eu tenho. (...) Achar endereço também. Se precisar ir pra um lugar diferente, já fica meio complicado.” (TUIM)

“Eu tenho dificuldade de vender... eu não vendo... eu não vendo, assim, é... os produtos... geralmente é os outros. Tenho dificuldade de ir nas feiras... eu não tenho condução... e... e também não vendo na frente da... da... do CAPS, porque eu chego muito tarde, chego nove horas... chego muito em cima da hora... e eles tem que armar os negócio oito e meia... minha dificuldade é vender.” (CANÁRIO)

“Teve, tem as feiras, tal, que eles vão. Eu não vou não, mas os outros, o ‘Bem-te-vi, os outros vão. (...) Pra mim tem dificuldade, não tem como eu ir.” (QUERO-QUERO)

“A dificuldade, tem a ‘distensão’ né? Cada um tem um pensamento, um jeito de ser. Eu aprendi que nada é à força, tudo tem um jeito, mas com ordem de decência, né? Agora, tem pessoas que entram e já... tá com aquela caloria e assim.” (BEM-TE-VI)

Tratando-se das dificuldades relacionadas ao processo de implementação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária, três participantes associados pontuaram algumas questões, uma vez que estes fazem parte da iniciativa desde sua fundação. As dificuldades relatadas referiam-se às etapas do processo de produção e disponibilidade de participantes associados para realizarem a comercialização. No entanto, um participante associado afirma não ter tido dificuldade neste processo de implementação. Os outros dois participantes associados não souberam informar.

“No começo teve. Dificuldade assim de entender algumas coisas que vai funcionar a Economia Solidária, como são feitos os produtos... teve uma dificuldade, um pouquinho, na hora de ligar o fogão, quem ia passar álcool pra não deixar espuma no canto... então é uma dificuldade meio complicada um pouquinho pra aprender sabonete. Depois... pegou a prática, vai embora.” (TUIM)

“Teve sim... pessoas disponíveis pra fazer as vendas... algumas vendas não foram realizadas porque não tinha ninguém pra vender.” (CANÁRIO)

De acordo com trecho da fala de um respondente, houve dificuldade na recepção das informações sobre a formação em Economia Solidária feita pela Co-Labora ITES. A dificuldade se deu na transmissão das informações da Co-Labora para os membros associados que não conseguiram obter compreensão satisfatória, como traz o relato abaixo:

“Ah... eu acho que... eu participei no início quando o pessoal trouxe a ideia pra cá, né? Um economista, um estudante, na verdade eu acho que ele era economista já, da USP, acho que lá da Co-Labora, né? Então foi assim, a dificuldade que eu vi é que como que essa ideia estava chegando, assim, não por parte deles, na... não estava havendo uma... uma dificuldade na transmissão na parte

deles, mas estava havendo uma dificuldade na recepção das ideias. Até porque uma coisa que foge muito do contexto da maioria das pessoas, né? Que é mais o contexto de operário mesmo, de trabalho, então foi uma coisa que demorou. Eu senti assim que, não sei se demorou, acho que foi no tempo certo, porque tem que ser trabalhado mesmo. Mas eu acho que foi o movimento de trazer pra cá e foi um pouco difícil assim de absorver as ideias, pelas pessoas, pelos usuários mesmo sabe? Mas enfim, no final acho que foi tudo encaminhado, tanto pelo pessoal da USP, do CAPS e se constituiu aí essa cooperativa, né?” (ANDORINHA)

5.2.4 Potencialidades da iniciativa

Os entrevistados foram abordados quanto às potencialidades da iniciativa de inclusão social pelo trabalho baseada na perspectiva da Economia Solidária. Elementos fortalecedores para a iniciativa estão descritos a seguir, através das categorias empíricas fundamentadas nos relatos dos respondentes.

5.2.4.1 Estratégias de fortalecimento encontradas pela iniciativa de inclusão social pelo trabalho

Com o andamento da iniciativa de inclusão social pelo trabalho, os membros associados juntamente com a participante coordenadora compreenderam que convidar participantes do CAPS-ad II recém-admitidos no serviço dificultava o processo de formação, uma vez que eles estavam em um processo clínico diferente daqueles que já participavam da iniciativa há mais tempo. Assim, os membros do empreendimento começaram a levantar estratégias a fim de se evitar a rotatividade de participantes, garantir o processo de continuidade da formação em Economia Solidária e a constituição do sentido de compromisso e confiança da iniciativa. Sanada a dificuldade com a constante entrada de novos participantes, os associados puderam realizar seus planejamentos em longo prazo.

“Então a gente começou a pensar nessas estratégias, que aí eu acho que surgiu a ideia de colocar um outro perfil de usuários. Então, não os usuários que estão chegando agora, que a gente colocava todo mundo que estava ali no pátio[permitia sua entrada na oficina de inclusão social pelo trabalho], bem aberto, bastava ter interesse. (...) e aí eu acho que a estratégia de fechar o grupo foi o que facilitou pra gente conseguir construir essa noção de continuidade e até da formação com esses próprios usuários que estavam ali, de compromisso e aí eu achei que isso facilitou, a constituição da confiança do grupo.” (BEIJA-FLOR)

“E aí (...) a gente foi tentando arrumar uma estratégia: ‘ah, vamos fazer uma comissão de boas-vindas pros novos que era o pessoal que fazia formação.’ Ah, então 3 pessoas do grupo que já estão aqui há mais tempo vão conversar com os que estão chegando agora e o restante do grupo vai dar continuidade ao que a gente estava fazendo.’ A gente foi tentando várias estratégias, mas aí a gente foi percebendo que mesmo que fazia essa formação, esses novos não ficavam pela entrada no serviço recente, por estar em outro processo clínico, terapêutico e aí a gente foi criando essa estratégia de colocar pessoas que já estavam um pouquinho mais de tempo no tratamento. E aí eu

achei que fluiu melhor, essa dificuldade a gente conseguiu superar. Então dava pra fazer planejamentos a longo prazo.” (BEIJA-FLOR)

O andamento do empreendimento permitiu aos seus membros experimentar vivências e experiências de grupo. Concluiu-se que o grupo aberto, ou seja, livre para a entrada de qualquer participante do serviço que estivesse interessado em conhecer o trabalho da iniciativa de inclusão social pelo trabalho, não era interessante para a constituição e continuidade de um empreendimento sólido. Assim, os próprios membros da iniciativa identificaram a necessidade de mudanças quanto a entrada de novos participantes e os horários das reuniões.

“E aí o próprio grupo foi entendendo: ‘Olha, acho que a gente precisa fechar, por um mínimo de pessoas.’ A gente começou com 12 e era uma sala pequena, com pouco material, então foi pela vivência mesmo, a construção. E aí eles foram pontuando: ‘Olha, acho que é importante ir fechando, 8 pessoas, ter horário’. Foi se estabelecendo o regulamento a partir da vivência.” (BEIJA-FLOR)

Mediante a rotatividade dos associados e as dificuldades com a continuidade das atividades, bem como a necessidade em se retomar o trabalho constantemente, criou-se estratégias dinâmicas a fim de solucionar a questão e evitar que o trabalho se tornasse cansativo.

“E como o serviço é muito rotativo, a gente teve que ir mudando muito as estratégias de como fazer essa formação desse grupo, né? Porque tem uma rotatividade muito grande mesmo. Então às vezes um grupo que vinha uma semana, de repente quando vê tinha 3 ou 2 do grupo anterior. Então a gente tinha que refazer a formação toda. Então teve que ser muito dinâmico, essa construção. (...) Porque quando era muito aberto, tinham essas questões: ‘ah, ele está chegando agora, a gente já está aqui há um tempo e a gente está tendo que ouvir tudo de novo, por quê?’ Foi ficando muito cansativo.” (BEIJA-FLOR)

5.2.4.2 Formação de lideranças

A respondente afirma que apesar de algumas dificuldades enfrentadas pela iniciativa de inclusão social pelo trabalho, como a rotatividade, por exemplo, lideranças entre os membros associados sempre foram formadas.

“Foi bem interessante isso porque, por mais que foi rotativo, sempre teve momentos que tinha uma certa liderança, porque entrava pessoa com perfil de liderança, por mais que eu sempre fiquei nesse papel de coordenação o grupo conseguia eleger um líder ali pra conseguir ... se destacar e fazer essa participação e era uma característica que eu acho que é bem comum, todos os grupos que passaram. Por mais que os grupos mudaram muito, a constituição, o perfil se mantém nessa questão de ter um líder.” (BEIJA-FLOR)

5.2.4.2.1 Construção de identidades e representatividades dos membros associados

Em seu relato, foi possível identificar que a participante coordenadora da iniciativa aponta a formação de lideranças como elemento potencializador. Como no próprio trecho da fala transcrita abaixo, por mais que existam participantes associados com perfil com menos autonomia, as lideranças que se formam na iniciativa ajudam na construção de suas identidades e sua representatividade. A compreensão da relação de pertencimento a um espaço de constante construção é uma importante potencialidade para a iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária.

“Há alguns elementos bem importantes no sentido pro grupo, eu acredito que sejam essas lideranças que formam, eles entenderem esse lugar de construção. Quando eles compreendem que eles estão em um lugar de construção, que são agentes do fazer acontecer ali, eu acho que cria uma força muito grande. E é muito bonito, ver que eles se sentem fazendo parte do grupo. Já tem o nome: ‘ah, o grupo de Economia Solidária’, aquela questão da identidade mesmo, de criar uma identidade pro grupo. Eu acho que isso é uma potência gigantesca. Eu acho que essa sensação de pertencimento, é eles serem ativos na construção. Partir deles as propostas, por mais que tem muitos que são mais passivos, não são tão ativos nas ideias mas eles se colocam de alguma forma ali como participantes e se sentem fazendo parte e representados pelo outro, não pelo coordenador que é uma pessoa que é muito distante da realidade. Eu acho que é importante nesse processo de construção desse grupo que tem que ser auto gestor (...) Eu acho que potente é quando eles entendem essa lógica de que eles estão como construtores daquele espaço, é um espaço deles, essa apropriação mesmo. Eu acho que essa é a maior potência do grupo pra Economia Solidária.” (BEIJA-FLOR)

5.2.4.3 *Investimento pessoal na iniciativa de inclusão social pelo trabalho*

O interesse pelas atividades em Economia Solidária é uma potencialidade para a existência da iniciativa. Os participantes associados acreditam que o interesse, o investimento pessoal de cada membro e o que cada um contribui para com a iniciativa, são elementos fortalecedores para o empreendimento.

“(...) eu acho que o que permite mesmo o grupo existir é que tem usuários que fazem acontecer, né?” (ANDORINHA)

“Ah, é a força de vontade. A força de vontade de fazer alguma coisa.” (QUERO-QUERO)

“É as pessoas se interessarem, né? Tem um monte de gente aí, ó. Se eles se interessarem, eu acho que vai pra frente.” (SABIÁ)

As relações solidárias e o cooperativismo foram destacados como fatores potenciais para a existência da iniciativa de inclusão social pelo trabalho na economia em questão, como pode ser analisado no trecho da fala que se segue:

“A paciência. Paciência com cada um, nos que são capazes e no que não são capazes. E...e repartir nos valores do grupo, conforme nossa presença, que é justa. Porque, apesar de alguns não participar das vendas, recebe menos porque não foi computado participação nas vendas. Então é justo a repartição da renda entre os membros.” (CANÁRIO)

A vivência nas Feiras de Economia Solidária permitiu que os participantes associados fiquem face a face com a experiência real da Economia Solidária e compreendam a causa das atividades econômicas solidárias.

“Primeiramente, quando eu entrei eu pensei visando lucro, aí depois eu aprendi que a Economia Solidária, que eu vou nas feiras de Economia Solidária, você visita seu vizinho: ‘ah, como que está?’ Se tiver que comprar alguma coisa num mercado comum, você vai e compra da feira aí ela vem e compra alguma coisa sua. Então é uma mão de via dupla, muito bom.” (BEM-TE-VI)

A iniciativa estudada passa a ser o sentido da vida e guiar um sentimento de pertencimento a um lugar específico, como o empreendimento em Economia Solidária.

“Mudou que eu estou mais feliz, mais alegre quando eu vou nesse de sexta-feira. Pra mim o mais importante é o de sexta-feira. De sexta-feira é o preferido meu. Me deixa mais feliz, mais alegre. (...)” (TUIM)

5.2.4.4 Ocupação como meio de ressignificação do trabalho

Dois participantes associados pontuaram a iniciativa de inclusão social pelo trabalho como meio de ocupação e disciplina, além de compreenderem o potencial diferencial que o grupo tem das demais oficinas existentes no serviço do CAPS-ad II. Importante destacar que um dos entrevistados usou o termo “passatempo” para se referir ao empreendimento, o que levanta questões sobre se esse termo está desvalorizando o empreendimento, mas denota-se que ele apresenta uma compreensão de preenchimento de um tempo vazio com algo que lhe dá sentimento de organização e utilidade.

“Ah, é passatempo, né? Pego uma coisa pra fazer e tal... dá disciplina pra gente também, por causa que eu cumpro os horários, tudo certinho. (...) Ao invés de ficar parado aí o dia inteiro, aí sem fazer nada... tem que arrumar alguma coisa pra fazer. Pra mim é bom isso aí... (QUERO-QUERO)

“Então, eu acho que tem muita potencialidade (...) mas por outro lado eu vejo que as pessoas que participam da Economia Solidária (...) a gente coloca eles como uma coisa bem importante, porque é diferenciado das outras atividades sabe, não só pela questão de geração de renda, mas pelo fato da gente estar se ocupando e a gente de certa forma tá trabalhando e, enfim, né?” (ANDORINHA)

5.2.5 Redes de apoio do empreendimento

Identificar quais redes de apoio a iniciativa de inclusão social pelo trabalho recebe, torna-se imprescindível para que se possa apontar o que de fato fortalece a existência desta e como esse processo ocorre. Os elementos identificados na rede de apoio pelos respondentes foram a conquista da Lei Municipal de Economia Solidária, das Feiras, dos Fóruns, das assembleias; a atuação da coordenadora e; o próprio EES como apoio ao tratamento de saúde mental.

5.2.5.1 Conquista da Lei Municipal, das Feiras, do Fórum e das assembleias de Economia Solidária

Foram várias as conquistas no âmbito das políticas públicas para a Economia Solidária no município de Ribeirão Preto, como a Lei Municipal de fomento à Economia Solidária e Programas Municipais de Economia Solidária (Lei n. 13.959/2017,); a Lei que dispõe sobre a realização das Feiras de Economia Solidária (Lei n. 14.060/ 2017), dos Fóruns e das assembleias (RIBEIRÃO PRETO, 2017a; 2017b). Essas conquistas, somadas ao apoio da Co-Labora ITES, foram consideradas como importantes redes de apoio pela participante coordenadora. O fato permitiu uma visão mais ampla do processo de construção do trabalho como geração de renda em Economia Solidária, solidificando a construção do processo no sentido do macro para o micro.

“As redes que a gente tem são os fóruns de Economia Solidária, que tem as reuniões e as feiras agora, que está criando uma rede de apoio aos empreendimentos mesmo. E eu acho que isso deu outro sentido pro grupo, foi quando a gente viu o processo acontecer. A gente vem de uma formação de um grupo que também a cidade não estava acompanhando nesses tempos todos e; eu achei bem legal conseguir olhar o macro e o micro, está muito junto, porque foi muito paralelo a construção. A Co-Labora que também foi participando da associação, participando dos fóruns. Então foi uma construção coletiva com a Co-Labora também essa questão no município. Então, a busca pela Lei de Economia Solidária na cidade, de conquista da feira, então foi um paralelo que foi conversando também com a constituição do grupo no micro. E aí é muito legal quando eles vão pra esses espaços que são mais amplos e você consegue expandir o sentido do que é a Economia Solidária, que é uma coisa muito maior do que um grupo pequeno, dentro do CAPS, que tem todos os seus limites. Tanto é que pra gente conquistar um bazar dentro do serviço, foi uma luta, foram anos e hoje existe e foram conquistas pelo macro. Então a gente conseguiu pautar: ó, agora tem uma Lei, a gente tem respaldo, então foi uma construção bem paralela, foi muito importante.” (BEIJA-FLOR)

O engajamento em um EES pela população estudada, representa algo que extrapola os limites da geração de renda. A produção das mercadorias, as vendas e

a divisão igualitária da renda pode ser um pressuposto para que o associado tenha poder de voz em espaços antes nunca ocupados.

“(...) O fato de ser geração de renda, pra mim não muda em nada. Não estou fazendo porque gera renda tal, mas acho que a oportunidade de ampliar, o meu... minha, minha participação. Minha participação não, meu meio de socializar, né? Porque, por exemplo, participar das feiras, participar das feiras pra mim é muito interessante. Eu participei de uma e também do Fórum de Economia Solidária. Há uma coisa que eu tenho o meu envolvimento, sempre assim, sempre teve essa... esse lado de engajamento mais político, mais nesse sentido assim. Então o fato de eu estar na iniciativa me dá um lugar de fala pra me colocar nesses espaços.” (ANDORINHA)

5.2.5.2 A coordenação profissional técnica do serviço como suporte

A atuação da coordenadora da iniciativa foi pontuada como elemento da rede de apoio para os associados. As respostas das entrevistas puderam mostrar quais tipos de apoio os participantes associados recebem para participar da iniciativa. Três dos respondentes referiram receber apoio da participante coordenadora e questões como tolerância e carisma, partindo dela foram mencionadas. A atuação desta profissional também significou o apoio nos primeiros passos para a iniciativa de inclusão social. Entretanto, dois associados referiram não receber qualquer tipo de apoio.

“Apoio eu recebo da coordenadora, né? A coordenadora se conforma em eu não poder fazer as vendas, seria muito difícil. Então, a tolerância da coordenadora em eu não poder fazer as vendas já é um apoio interessante.” (CANÁRIO)

“Olha, a coordenadora é muito boazinha. Ela apoia a gente em tudo, ajuda e ela é muito carismática, ela é muito boa. Então ela dá um apoio total pra gente.” (SABIÁ)

“O apoio que eu recebo é que no começo, quem me apoiava muito era a coordenadora. Agora eu comecei a entender que nós mesmos tinha que ter a autogestão porque ela ensinou nós o caminho, depois é com nós mesmo.” (BEM-TE-VI)

5.2.5.3 A significação do empreendimento solidário como apoio ao processo de re-contextualização de vida

O pertencimento à iniciativa de inclusão social pelo trabalho permite aos participantes associados reconfigurarem suas redes de relacionamentos interpessoais. Ao ser questionado se recebia algum tipo de apoio para participar do empreendimento, os participantes associados abaixo não só afirmam, como

também, dizem como o empreendimento os apoia no enfrentamento de suas doenças.

“Recebo! Recebo apoio sim! Apoio pra não ficar na rua, pensando em besteira e pensar mais no bagulho do sabonete. Ali você distrai sua cabeça, pensa positivo, pensa não em nenhuma besteira pra ficar bebendo pinga, essas coisas. Então, ali você tá pensando em coisa boa ali, você pega um dinheirinho, você vai na Lan House, usa o dinheiro. Então você está sempre tendo apoio de uma pessoa (...).” (TUIM)

“Mudou o sentido pelo que eu tenho. Tenho comportamento antissocial, sou difícil de lidar com as pessoas. Não que eu seja arrogante, mas eu sempre fico com o pé atrás. Assim... é... aqui eu acho que o que acertou é isso aí, de eu não ficar mais com aquela ansiedade de ficar assim, louco. (...) Mas hoje eu sei encarar minha doença que eu tenho e sei como posso fazer pra não me por em xeque.” (BEM-TEVI)

A seguir, serão apresentadas as categorias elaboradas através da análise das falas dos membros da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – Co-Labora ITES, de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias dos membros da Co-Labora ITES identificadas no estudo

Categorias Analíticas	Categorias Empíricas	Subcategorias empíricas
5.2.6 O processo de formação da Co-Labora ITES	5.2.6.1 O surgimento do primeiro edital	5.2.6.5.1 Período desafiador da incubadora
	5.2.6.2 O envolvimento de novos professores, bolsistas e estagiários à incubadora	5.2.6.6.1 O apoio no âmbito coletivo em detrimento das ações individuais
	5.2.6.3 O processo de estruturação da Co-Labora ITES	
	5.2.6.4 Capacitação em Economia Solidária	
	5.2.6.5 O fomento de políticas públicas sobre Economia Solidária com o apoio da Co-Labora ITES	
	5.2.6.6 A criação da Associação Pólvora	
	5.2.6.7 O surgimento do segundo edital	
5.2.7 Análise do EES através	5.2.7.1 O relacionamento da Economia Solidária com o	

Categorias Analíticas	Categorias Empíricas	Subcategorias empíricas
dos membros da Co-Labora	sistema de economia formal 5.2.7.2 A importante afirmação do trabalho como direito e não meio terapêutico	
5.2.8 Dificuldades e desafios	5.2.8.1 Rotatividade dos membros participantes da iniciativa de inclusão social pelo trabalho 5.2.8.2 Dificuldades com habilidades e cognição dos membros participantes 5.2.8.3 Limitações com recursos e transporte dos membros participantes 5.2.8.4 O EES dentro dos serviços de saúde mental 5.2.8.5 O uso do dinheiro pelos participantes membros do EES 5.2.8.6 O não envolvimento de um membro da Co-Labora com a iniciativa de inclusão social	5.2.8.4.1 O questionamento sobre o tempo dedicado às atividades produtivas econômicas solidárias 5.2.8.4.2 O espaço produtivo próprio como garantia da autonomia e a desvinculação das atividades de saúde assistenciais 5.2.8.4.3 A presença do coordenador da iniciativa no EES
5.2.9 Potencialidades da iniciativa de inclusão social pelo trabalho	5.2.9.1 A bagagem técnica sobre Economia Solidária dos membros da Co-Labora 5.2.9.2 O apoio da Co-Labora na consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho 5.2.9.3 É possível a formação de um empreendimento engajador	

Fonte: elaborado pela autora

O processo de categorização atendeu aos critérios de relevância dos elementos presentes nas falas dos sujeitos. Desse modo, a seguir serão descritas as categorias detalhadas com trechos dos discursos encontrados.

5.2.6 O processo de formação da Co-Labora ITES

O processo de formação da Co-Labora ITES contou com esforços de várias pessoas. Foi um processo dinâmico que avançou na medida em que as necessidades surgiam. Em sua primeira fase, a incubadora se constituiu à partir do lançamento de um edital, no ano de 2013 (Chamada n. 89/2013 MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq) e a seleção de pessoas indispensáveis para a constituição deste grupo foi fundamental (BRASIL, 2013). Nesta fase, as incubações aconteceram com enfoque maior nos grupos e o fomento de políticas públicas em Economia Solidária permitiu a legitimação da incubação e o alcance de importantes conquistas. Em um segundo momento, cinco anos depois, o núcleo de formação da Co-Labora ITES foi mantido e a incubação foi realizada de forma mais abrangente, com olhar para a incubação em redes com a segunda contemplação de edital CNPq (CNPq 3800074/2018-4).

5.2.6.1 O surgimento do primeiro edital

Em meados de 2013, pessoas isoladas distantes geograficamente, que trabalhavam com assuntos semelhantes, se encontraram devido à abertura de um edital da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e do Emprego, viabilizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, (Chamada n. 89/2013 MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq), que previa recursos para o fomento, criação ou consolidação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs no município de Ribeirão Preto. A professora ‘João-de-barro’, por já estar engajada em trabalhos com empreendedorismo solidário, foi quem primeiramente tomou conhecimento da abertura do edital. Ao apropriar-se dele, a professora verificou que seria necessário o apoio de outra ITCP para concretização da criação de uma nova incubadora no município. Assim, ‘João-de-barro’ tomou conhecimento da professora ‘Albatroz’, que possuía bagagem com trabalhos sobre Economia Solidária, participação na fundação de outras ITCPs de municípios vizinhos e formação com o próprio

professor Paul Singer, autor referenciado em diversos momentos no corpo deste estudo. Por sua vez, o nome da professora 'Gaivota' foi destacado para integrar o grupo, devido suas experiências e vivências com a temática. Por fim, 'Arara' entra para completar o time que iniciaria o projeto para a criação de uma incubadora de empreendimentos econômicos em economia solidária em Ribeirão Preto, a partir de diferentes unidades da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, seguindo a tradição histórica das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares Universitárias brasileiras.

“Eu me envolvi com empreendedorismo e empreendedorismo solidário, 2012 mais ou menos, tá... (...) Aí depois disso eu conheci várias pessoas, né? Desse meio da Economia Solidária (...). E aí uma pessoa da UNESP de Assis me mandou um e-mail falando: ‘ó ‘João-de-barro’, tem um edital aberto do CNPQ falando pra fundarem a abertura de novas Cooperativas Tecnológicas de Cooperativas Populares, que é exatamente o trabalho que você faz aí’ (...) e se encaixa como trabalho de incubação. Aí fui ler o edital e a gente tinha que ter uma incubadora madrinha. Aí eu liguei e falei: ‘ah, como a ITCP mais próxima a nós era de São Carlos’, aí eu liguei lá e falei: ‘você tem interesse em ser nossa incubadora madrinha?’ Eles já sabiam do edital. Aí falaram: ‘ah, por que você não conversa com professora ‘Albatroz’ que ela foi uma das fundadoras da ITCP aqui de São Carlos.’ E ela teve um contato próximo com o Singer, né? Fez formação com ele e isso seria interessante (...) e aí nós convidamos a professora ‘Albatroz’ que também por consequência convidou a professora ‘Gaivota’. Aí nós criamos o edital, mandamos, fomos aprovados e fundamos a Incubadora então em 2013.”
(JOÃO-DE BARRO)

“Em 2013, no segundo semestre a professora ‘João-de-barro’ verificou que existia um edital aberto do CNPq, ele vinha da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e do Emprego, viabilizado por meio do CNPq e aí ela, chegou a ela essa informação desse edital e ela conhecia já as professoras ‘Albatroz’ e a ‘Gaivota’ (...). A ‘João-de-barro’ tomou contato com esse edital e mandou um e-mail pra ‘Albatroz’ e aí já envolveu a ‘Gaivota’, uma foi puxando a outra e a ‘João-de-barro’ me copiou nesse e-mail e ela falou: ‘Óh, ‘Arara’ tem a Economia Solidária, um edital’ e na verdade a ‘João-de-barro’ não sabia o que era Economia Solidária eu também não conhecia a fundo e quem tinha experiência mesmo era a ‘Albatroz’. E a ‘Gaivota’ também, acho que já tinha um pouquinho mais de experiência mas a ‘Albatroz’ ela tem uma história (ênfase) na Economia Solidária (...). E aí quando a ‘João-de-barro’ chamou, ela falou: ‘Bom, é a hora de montar uma Incubadora em Ribeirão’. E aí a gente montou. Escrevemos um projeto, aprovamos, ele liberou um recurso acho que no começo de 2014 e aí o projeto era de dois anos, 2014-2015.” (ARARA)

“Tem um edital que a gente concorreu, que a gente conseguiu recurso mas, eu acho que antes disso, pessoas que isoladamente, cada um no seu canto, a gente nem se conhecia, trabalhavam com coisas semelhantes e que daí a gente acabou compondo mesmo um grupo pra concorrer ao edital do CNPQ, (...) que era de fomento a criação ou a consolidação de incubadora de Economia Solidária (...). Então eu compreendo que tinha iniciativas isoladas e depois a gente conseguiu compor um grupo na ideia de somar mesmo, os conhecimentos, somar forças para conseguir consolidar uma atuação um pouco mais efetiva no caso de alguns grupos.” (ALBATROZ)

5.2.6.2 O envolvimento de novos professores, bolsistas e estagiários à incubadora

A formação inicial da Co-Labora ITES contou com um grupo multidisciplinar de: 1 docente e alunos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP), 2 docentes do curso de Terapia Ocupacional da

FMRP-USP, alguns docentes da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (os quais se desligariam da incubadora tempos depois). Porém, o núcleo da Co-Labora foi formado por 4 membros, os quais participaram ativamente do processo de implantação dela, sendo eles: professoras ‘Albatroz’, ‘Gaivota’ e ‘João-de-barro’ (docentes do curso de Terapia Ocupacional da FMRP-USP e docente do curso de Economia da FEA-RP, respectivamente) e ‘Arara’ (discente de pós-graduação da FEA-USP). O projeto aprovado pelo edital do CNPq previa não somente a incubação de um empreendimento em Economia Solidária no CAPS-ad II, mas também em outras localidades do município. Assim, a equipe precisava crescer para difundir seu trabalho. Novos professores, bolsistas e estagiários somaram à constituição da Co-Labora ITES. Adiante, alguns nomes serão citados, porém não integram os sujeitos desta pesquisa, por não fazerem parte dos membros da Co-Labora desde sua fundação.

“Aí tinha uma professora de psicologia da UNESP envolvida, ela vinha participava das reuniões, uma pessoa super bacana. Tinha um professor do Direito envolvido, que era o professor ‘Falcão’ ele também participou ativamente no começo. O professor ‘Cisne’, que também participou ativamente no começo. Mas o núcleo duro sempre foi a ‘João-de-barro’, eu, a ‘Albatroz’ e a ‘Gaivota’ (...). E aí a gente começou a fazer muitas reuniões toda semana, ou senão quinzenal pra discutir como que a gente ia implementar, né? Porque a gente aprovou um projeto pra desenvolver uma metodologia de incubação e já incubar empreendimentos, pelo menos quatro.” (ARARA)

“E aí nós estávamos nesse momento com dois professores da FEA, eu e mais um, dois professores do Direito (...). Aí de 2013 a 2015 nós fizemos incubações de poucos grupos, é cinco grupos se não me engano? (...) quatro grupos (...)!” (JOÃO-DE-BARRO)

“(...) então a ‘Gaivota’ e eu tínhamos a ideia de estar trabalhando com essas questões, a professora ‘João-de-barro’ na FEA, tinha algumas pessoas da Faculdade de Direito e tinha uma outra pessoa que era de Jaboticabal, vinculada à UNESP que também participou desse início.” (ALBATROZ)

“Aí a gente foi montar a equipe, porque no começo só tinha eu de bolsista, aí a gente foi contratar mais uma bolsista, selecionar, aí veio a ‘Flamingo’ que era da TO, aí depois a gente pegou outros estagiários (...). A gente chegou a ter até seis-oito estagiários em determinado momento da incubadora.” (ARARA)

5.2.6.3 O processo de estruturação da Co-Labora ITES

Para a criação da própria metodologia de incubação, a Co-Labora ITES se fundamentou nas experiências de outras incubadoras espalhadas pelo país. Seus membros estudaram e visitaram o trabalho de outros empreendimentos, principalmente o NUMI-EcoSol de São Carlos, cuja sede está localizada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Assim, os integrantes da Co-Labora

realizaram diagnósticos, aproximações e o método surgiu baseado no aprendizado e construção do conhecimento que o grupo conquistou.

“E aí a gente começou a reunir e discutir qual que seria nossa metodologia de incubação, estudamos um pouco os métodos de outras Incubadoras pelo país, principalmente o NUMI, a USP São Paulo, estudamos alguns métodos. Chegamos a esboçar uma primeira versão do nosso e enquanto a gente ia fazendo, a gente já começou a visitar os empreendimentos, os grupos, a fazer alguns diagnósticos com eles, algumas dinâmicas pra se conhecer, pra criar uma aproximação enquanto a gente ia desenvolvendo o método. Então foi muito apreendendo e fazendo ao mesmo tempo assim. E aí foi isso. E aí a incubadora começou.” (ARARA)

“Então a partir daí a gente foi se fundamentar nas experiências de outras incubadoras. Então a gente usou muito o referencial do NUMI de São Carlos que também é de onde eu tinha experiência e também da UNICAMP, então alguns materiais que produzimos, experiências relatadas que a gente foi usar e no caso também a gente fez uma visita ao NUMI, pra conhecer um pouquinho mais de perto lá. Então acho que a partir desses conhecimentos é que a gente foi organizando algumas coisas e no começo a nossa ideia estava muito centrada em ter pessoas que seriam responsáveis pela incubação, pelo processo de incubação, vamos chamar assim, com esses grupos.” (ALBATROZ)

A primeira fase de da incubadora foi marcada pela estruturação da equipe, inicialmente composta pelos seus membros fixos, os quais são sujeitos desta pesquisa, somada à futura agregação de estagiários e bolsistas. Esta fase inicial também contou com a estruturação do método de incubação e com o contato direto com os grupos a serem incubados. Além do mais, a incubadora foi muito atuante com as capacitações em Economia Solidária nesta primeira fase de incubação dos grupos de empreendimentos solidários. O que pode ser analisado no trecho da fala de um dos respondentes:

“Mas no começo foi isso, foi montar equipe, foi estruturar o método e foi visitar os grupos. E aí foi indo, a gente fazia reuniões de coordenação com as professoras e eu representando a equipe executiva, a ‘Flamingo’ também, fazia reuniões quinzenais, depois foi pra mensais e aí foi, fomos tocando, mas começou assim: com um edital no CNPq e uma Política Pública que construiu a gente, né? (...) Então no começo era uma ideia de incubação seguindo etapas: aproximação com os grupos, depois estruturação dos grupos, depois consolidação e depois desencubação e cada grupo específico tendo isso trabalhado.” (ARARA)

Com o andamento do processo metodológico, a equipe Co-Labora ITES compreendeu que era o momento de avaliar os empreendimentos incubados de uma forma mais abrangente. O empreendimento deixava de ser um ponto específico da metodologia para integrar uma rede de processos. Fazia-se necessário compreender que o empreendimento do CAPS-ad II fazia parte de uma rede de Políticas Públicas de Saúde Mental e analisar este empreendimento em Economia Solidária dentro desta rede. Assim, a visão do micro perde espaço para o macro.

“Depois a gente mudou um pouco a visão, saímos do escopo só do grupo, fomos pra uma visão micro e macro que a gente falava. Então tinha essa visão do grupo, mas tinha uma visão de redes, de trabalhar o setor daquele grupo. Então é Saúde Mental, então vamos trabalhar as Políticas de Saúde Mental ligadas a Economia Solidária, não vamos ficar só aqui no grupo. Então é uma ideia de visão de micro e macro, que faz parte da Economia Solidária, essa rede de cooperação (...).” (ARARA)

“E aí, nesse meio do caminho a gente tentou outras coisas, como por exemplo, pensar em uma rede de comercialização (...) pensar como é que isso se coloca, como que a gente pode fortalecer a cooperativa, mas pensando na consolidação de uma rede, nessa cooperativa dentro de uma rede, né? (...) (ALBATROZ)

5.2.6.4 Capacitação em Economia Solidária

O início da incubação foi marcado por intensas capacitações em Economia Solidária que ocorreram com estagiários, bolsistas, pessoas ligadas aos CAPS de Ribeirão Preto e também de outras iniciativas. As capacitações eram promovidas pelos membros da Co-Labora ITES e por diversas pessoas ligadas às experiências semelhantes e aproximadas a Economia Solidária.

“ (...) a gente tinha no começo muita capacitação. Teve uma época que toda quinta-feira a gente se reunia pra capacitar as estagiárias. Cada dia uma pessoa coordenava a capacitação, a ‘Albatroz’ e a ‘Gaivota’ coordenaram, trouxemos gente de fora, de São Carlos, de São Paulo, da UNISOL, que é a maior entidade ligada a Economia Solidária. Então no começo, no primeiro ano, foi muito ativo com presença de todo mundo, capacitações (...).” (ARARA)

“Então a gente começou a fazer um grupo aberto de capacitação. Então a gente colocou, era um horário que a gente criou pra também trabalhar com os alunos que começaram a se envolver tanto como estagiários ou como bolsistas, mas de pessoas da comunidade, pessoas de outros CAPS, de outras iniciativas, que começaram a vir e a trocar com a gente nessa ideia mesmo de aprender, de trabalhar com algumas questões e de trazer também experiências. Então eu acho que foi um pouco nessa direção de pensar os grupos, depois alguma coisa mais vinculada a formação e a políticas municipais, né? (ALBATROZ)

5.2.6.5 O fomento de políticas públicas sobre Economia Solidária com o apoio da Co-Labora ITES

Com o avançar das atividades de capacitação da incubadora, outras necessidades surgiram, sobretudo, o fomento de políticas públicas sobre Economia Solidária no município. Uma importante conquista da incubadora foi o Fórum Municipal de Economia Solidária, que por sua vez, permitiu o fomento de leis, como a aprovação da Lei 13.959, de 14 março de 2017, que institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária (RIBEIRÃO PRETO, 2017a).

“(...) a gente começou a ver que tinham outras coisas que eram necessárias então, por exemplo, formação de novas pessoas, uma discussão de Políticas Públicas no município, identificar outras iniciativas, identificar apoiadores. Então a gente foi fazendo todo um outro trabalho que não era só a incubação em si, que aí foi que gerou o Fórum Municipal de Economia Solidária, que tem hoje (...).”
(ALBATROZ)

“(...) trabalhamos muito ligados ao Fórum de Economia Solidária, principalmente a partir do segundo ano. Fundamos o Fórum, fomentamos lei em Ribeirão Preto.” (ARARA)

“(...) nós tínhamos várias conquistas, né, entre elas a aprovação da Lei da Economia Solidária em Ribeirão Preto. O fomento, né? Os investimentos econômicos solidários.” (JOÃO-DE-BARRO)

Assim, tendo a formação e a estruturação da incubadora consolidada, ela deixa de atuar diretamente com os grupos para avançar em espaços de fomento de políticas públicas.

“E agora com a questão da feira, acho que agora com a criação do Fórum, já com isso consolidado, depois a Lei Municipal da Economia Solidária e aí agora o local, que é a feira. Então isso a gente viu que na verdade a nossa atuação não está tanto com os grupos mas com essa formação, com essa discussão, com esse espaço pra fomento mesmo de Políticas Públicas (...).” (ALBATROZ)

5.2.6.5.1 Período desafiador da incubadora

A primeira fase de incubação contou com um período desafiador onde recursos públicos foram inviabilizados, afetando diretamente o projeto da Co-Labora ITES.

“(...) aí passou esses 2 anos, a gente ficou 2014-2015 trabalhando neste edital, concluímos. 2016 pra 2017 não tivemos mais recurso, bolsa, teve toda aquela época conturbada de mudança do PT pelo PMDB, tudo mais, deu uma bloqueada em recursos e isso tirou nossas bolsas e a equipe [deu] uma desmontada. Então, foi um período desafiador pra gente dar continuidade aos trabalhos. Teve um período de quebra assim e aí eu, por exemplo, participei mais ligado ao fórum, às reuniões do fórum pensando no município, políticas públicas, já os grupos eu não tive condições de estar neles, então foi basicamente isto neste período.” (ARARA)

“Então isso também inviabiliza algumas coisas, né? Tipo, alguns bolsistas como ‘Arara’, aí eles colaboram, mas já não dá pra contar tanto com ele, com uma carga horária maior e uma atuação mais efetiva.” (ALBATROZ)

5.2.6.6 A criação da Associação Pólvora

As capacitações em Economia Solidária realizadas pela Co-Labora ITES permitiram a seus membros identificarem a necessidade da criação de uma associação que oferecesse respaldo jurídico para as comercializações dos produtos

dos EES cujos produtores eram pessoas provenientes de serviços de saúde mental e assistência social.

“(...) na verdade a criação do Pólvora se deu a partir das nossas capacitações do Co-Labora. A gente entendeu que precisaria ter uma instância e aí a gente vê, porque assim, esse grupo, pra ele estar na Feira, ele precisa de um registro, de um cadastro (...). O Pólvora enquanto associação ela é uma forma de desenvolver um projeto onde esse grupo estaria atrelado, mas vinculado ao Pólvora e o Pólvora pode comercializar como um projeto de capacitação, de formação (...). Então legalmente a gente conseguiria fazer isso a partir do Pólvora. Então a Associação Pólvora foi criada a partir desse grupo que foi se capacitando, foi vendo que formas teria de lidar com essa situação e aí as pessoas que estavam nessa capacitação que acabaram criando o Pólvora (...) E aí nesse próprio grupo que estava trabalhando tanto a nossa própria capacitação, as questões de Economia Solidária, geração de renda, empreendimento, que a gente criou essa associação, então a gente correu atrás pra formalizá-la juridicamente pra poder dar esse apoio a esses grupos.” (ALBATROZ).

Assim, a partir dos Fóruns de Economia Solidária, a Associação Pólvora se consolidou e trouxe o respaldo jurídico que os EES necessitavam naquele momento.

“A Associação Pólvora surgiu a partir dos Fóruns de Economia Solidária que a gente estava envolvido na cidade, e essas pessoas, pessoas de alguns serviços que tinham interesse em comum e a Universidade, o pessoal da Co-Labora (...) e pessoas que tinham interesse na temática e que fazia sentido por conta da necessidade em se criar uma associação que pudesse respaldar essas instituições que não podem fazer venda devido a suas configurações, seja porque é instituição pública, que não pode fazer venda, seja por outros motivos. E aí a gente pensou nessa associação pra ser um respaldo pra gente. Nós enquanto instituições sermos respaldados por essa associação para poder fazer as vendas.” (BEIJA-FLOR)

“Então a ideia inicial da gente pensar na criação dessa associação foi pensando na questão mais jurídica. Então como que juridicamente a gente poderia ter um espaço onde as pessoas que estavam desenvolvendo algum trabalho pra gerar renda, como é que ele poderia comercializar o que ele estava fazendo, pensando aí mais especificamente no pessoal do CAPS-ad e sendo que ainda era uma produção inicial (...) Então, desse grupo que estava trabalhando com essas questões, a gente entendeu que a gente precisaria criar uma entidade jurídica e aí começamos a trabalhar nesse sentido de pensar estatuto, de pensar como é que isso se formalizaria.” (ALBATROZ)

O respaldo legal fazia-se necessário não somente para garantir juridicamente a comercialização dos produtos mas também para que aqueles associados que estivessem auxiliados por algum programa assistencial do governo, pudessem manter a viabilidade de seus benefícios, uma vez que tratando-se de uma fase inicial dos EES, a renda obtida ainda não atendia às suas necessidades básicas. Assim, em sua caminhada, a Associação Pólvora encontrou estratégias de se desvencilhar de situações que poderiam representar algum prejuízo para seus associados.

“Eles não conseguem fazer, porque eles também recebem benefícios, não abrem mão, ou alguns ainda não tem nem condição, ou alguns até está em situação que nem poderiam abrir legalmente etc. (...) então ainda não caracterizava uma renda que pudesse ser o sustento dessas pessoas e ao

mesmo tempo viabilizar com que ele conseguisse permanecer ainda recebendo o benefício da prestação continuada porque a gente entende que ainda não supriria essas necessidades.” (ALBATROZ).

“(…) porque não pode considerar trabalho dos usuários, ou eles perdem benefícios que tem, aposentadoria ou então os benefícios de assistência. Então com isso a gente precisaria desse respaldo, deles estarem associados e com isso então a gente conseguiu criar a associação. Mas a associação tem o objetivo de viabilizar, que a gente possa gerar renda dentro do CAPS, seria praticamente isso. Então hoje eles trabalham com o termo de voluntários, a gente criou esse termo, pra segurar em relação aos benefícios, pra não caracterizar trabalho e a gente foi criando algumas estratégias. Então a gente participa só de eventos da prefeitura, tenta não fazer vendas fora, pra não ter uma visibilidade maior pra que a gente possa não ter tantos problemas. Então fazemos alguns bazares pequenos internos e assim a gente vai tocando até que a gente tenha tudo burocraticamente dentro dos conformes.” (BEIJA-FLOR)

5.2.6.6.1 O apoio no âmbito coletivo em detrimento das ações individuais

Os membros da Co-Labora ITES, sempre trabalhando de forma a articular o trabalho multiprofissional e respaldando-se em experiências de outros movimentos, encontraram na Associação Pólvora a possibilidade de uma estratégia que atuasse no modelo tipo “guarda-chuva”, como forma de apoio coletivo aos EES.

“E na conversa com outras associações, na conversa com Leonardo Pinho, pensando em outros movimentos, em outros grupos que também passavam pelas mesmas necessidades, então a gente teve essa informação de que via uma associação, tipo uma associação guarda-chuva, que oferecesse esse serviço de apoio a esses grupos e que seria como se fosse aí desenvolvendo habilidades desses grupos no sentido do empreendimento coletivo na questão da geração de renda, na gestão desse empreendimento, então que essa associação poderia ser esse guarda-chuva, oferecendo essa capacitação e ao mesmo tempo fosse a retaguarda jurídica pra ele desenvolver essas habilidades, pudesse começar a comercializar essa produção via associação. Então seria uma forma jurídica deles poderem desenvolver essas atividades e ao mesmo tempo a gente conseguir pensar nesse processo que esse grupo ainda teria pra que virasse empreendimento mais consolidado.” (ALBATROZ)

“Então essa associação funcionaria como um “guarda-chuva” pra cidade tanto para o serviço de saúde mental quanto o social que precisassem ter esse respaldo e aí a gente criou essa associação.” (BEIJA-FLOR)

Naquele momento, meados ano 2016, na cidade de Ribeirão Preto, o EES mais concreto era a iniciativa de inclusão social pelo trabalho baseada na perspectiva da Economia Solidária que atuava como oficina de geração de renda (Artesanato Lótus) do CAPS-ad II. Porém, outros empreendimentos também poderiam se beneficiar do apoio da Associação Pólvora no que diz respeito aos respaldos legais e burocráticos bem como na garantia de um espaço de

comercialização, uma vez que, a Associação Pólvora tem seu espaço garantido nas Feiras de Economia Solidária e os grupos econômicos solidários tem seu espaço dentro da Associação.

“Então a gente pensou inicialmente nesse grupo que já tinha do Lótus mas a gente entendeu que serviria pra qualquer empreendimento, sei lá, se fosse o CAPS III, se fosse um grupo comunitário, se fosse um grupo de pessoas com deficiência que recebesse o LOAS, então outros empreendimentos que também poderiam se valer, se beneficiar dessa associação, mas aí o que a gente tinha de mais concreto era o Lótus. Então vamos imaginar que ele tinha uma produção de sabonetes e que eles venham a comercializar na Feira de Economia Solidária. Então o papel seria que a Associação Pólvora teria esse espaço dentro dessa Feira e dentro do espaço da Pólvora tivesse esses grupos comercializando seus produtos, oferecendo seus produtos aí a venda e tal. Então seria essa forma jurídica e a gente dando apoio a esse período que esse empreendimento estaria se consolidando em termos de ter as pessoas mais definidas que querem participar, tanto no desenvolvimento de ter uma produção viável pra comercialização, na parte mesmo da gestão, do empreendimento, uma autonomia maior desses participantes pra que eles venham desenvolver uma autonomia pra gerenciamento de seu próprio empreendimento. Então tem uma caminhada longa aí e acho que seria o apoio que a gente daria ao Lótus mas não só ao Lótus, a ideia é que fosse realmente uma associação guarda-chuva.” (ALBATROZ)

Sendo assim, dois respondentes afirmam que a Associação Pólvora é uma estratégia de consolidar a iniciativa de inclusão social pelo trabalho baseada na perspectiva da Economia Solidária do CAPS-ad II.

“(...) e isso também é uma forma de colaborar pra consolidação do grupo, porque se ele não tem vias de comercialização, o que que vai gerar, então eu vejo esses desafios e esses fatores que vieram a colaborar pra essa consolidação.” (ALBATROZ)

“A própria Associação Pólvora facilitou depois, porque aí viram-se que (...) estavam formando uma rede de cooperação. ‘Então pera aí, então esse negócio é forte.’ E aí foram abrindo-se mais espaços pra essa questão.” (ARARA)

5.2.6.7 O surgimento do segundo edital

Em uma segunda fase, um novo edital foi lançado e aprovado (CNPq 3800074/2018-4), o que permitiu que a incubadora pudesse continuar seu trabalho com os EES. Um curso de formação em Economia Solidária foi realizado a fim de expandir a capacitação sobre a temática. O enfoque nos empreendimentos isolados já não era o objetivo da incubadora naquele momento, mas sim, sua abrangência e o fomento do ecossistema das políticas públicas em Economia Solidária e das cooperativas intersetoriais.

“Aí fim de 2017, (...) lançou um edital, a gente escreveu o projeto, aprovamos e começamos a trabalhar de novo esse ano. Nesse ano a gente mudou um pouco o enfoque, o enfoque ele está, ao invés de baixo pra cima, ele está ao contrário, ele está de cima pra baixo, num sentido mais

abrangente pra focar. Então a gente começou com as Políticas Públicas, fomentar o ecossistema de Políticas Públicas pra Economia Solidária e as cooperações intersetoriais e a gente vai para uma incubação em rede e a gente começou com um curso de formação em Economia Solidária no primeiro semestre (...) algumas pessoas de empreendimentos, outras de entidades de apoio e fomento e agora, na semana passada, começamos a fazer uma incubação em redes. (...) Então, primeiro a gente fez o curso de formação no primeiro semestre e agora a incubação em redes. (ARARA)

“E aí o ano passado [2018] teve abertura de um novo edital, que é esse que nós estamos agora (...). E aí nós propusemos uma metodologia que era no primeiro semestre, nós fizemos um curso de formação em Economia Solidária (...). Aí eu falei: ‘gente, agora que a Lei foi aprovada, tem um monte de gente que participa do Fórum, mas que não sabe o que é Economia Solidária de fato’. Então nós abrimos pra fazer um curso de formação em Economia Solidária, foi feito de fevereiro a junho (...). E aí depois dessa formação, qual foi nossa ideia? Então mais pessoas vão conhecer o que é Economia Solidária e aí elas conhecendo, então nós vamos fazer uma metodologia de incubação, incubação de apoio, né? As etapas, de organizar, pensar o produto que vende, é... se tem mercado, qual é o mercado, qual a margem de lucro, quanto custa, quais os benefícios sociais e ambientais e aí nós, ao invés de fazer dessa forma individualizada, nós resolvemos fazer um pouquinho mais amplo para atender mais pessoas.” (JOÃO-DE-BARRO)

A conquista do Fórum de Economia Solidária, foi de fato, muito significativa para a Incubadora e para a comunidade. A articulação com as políticas públicas respalda a ação dos EES e as Feiras garantem seu espaço na sociedade.

“Basicamente é isso, a atuação hoje, a gente tá atuando muito ligado nessa incubação e sempre mantendo a questão do Fórum, o apoio às feiras de Economia Solidária, a realização delas. Bastante coisas que a gente faz ligadas ao Fórum (...). Então tem esse braço de Políticas Públicas e a incubação em si mesmo assim. Estamos apostando muito nas feiras (...)” (ARARA)

5.2.7 Análise do EES estudado através dos membros da Co-Labora ITES

Questionados sobre qual sua análise a respeito da iniciativa de inclusão social pelo trabalho estudada, os participantes membros da Co-Labora ITES apontaram suas considerações a respeito do empreendimento e várias dificuldades e desafios. Entretanto, estes últimos serão apresentados na categoria analítica “5.2.8 Dificuldades e desafios” e nas demais categorias empíricas que se seguirão. Por ora, serão apresentadas na presente categoria as demais avaliações dos membros a respeito da iniciativa. Um dos entrevistados avalia a importância da dimensão associativa para os empreendimentos solidários, considerações a respeito do mercado, do espaço, do nome do empreendimento e a participação dos membros associados nas Feiras foram analisadas.

“(...) pra Economia Solidária é fundamental que também tenha o braço dimensão associativa, que é a união do grupo, as relações, a identidade, a conexão em rede, com outras redes, a participação em políticas públicas, o diálogo com a comunidade.” (ARARA)

5.2.7.1 O relacionamento da Economia Solidária com o sistema de economia formal

Uma respondente avaliou como importante uma pesquisa de mercado para os EES do CAPS-ad II. Faz-se necessário conciliar as habilidades individuais, o lado humano e relacional com a oferta do mercado e a viabilidade econômica do produto de um EES, o que o diferencia dos produtos do capitalismo. O consumo consciente e o valor de causa dos produtos destes empreendimentos devem ser explorados.

“Eu acho que pra trabalhar com esse público tem que ser profissional bem preparado que consiga mesclar esse lado humano, esse lado relacional com o lado também de empreendimento, viabilidade econômica. (...) agora, se quer gerar renda, quer promover autonomia, tudo... tem que ser produto que tem inserção, sabe, no mercado mesmo, vai competir com outros produtos do capitalismo e vai ganhar porque tem causa. A gente consegue embutir até esse lado social como diferencial, é consumo consciente. Então quem tá comprando, a gente sempre fala isso, quem tá comprando da Economia Solidária, sabe de quem tá comprando, sabe como é feito, então tem que explorar isso no marketing, então tem que ter gestão mas tem que misturar com esse lado humano.” (ARARA)

As atividades econômicas solidárias devem ser inclusivas e prazerosas, bem como, de acordo com o público estudado, respeitar suas habilidades e limitações. Somando-se a isso, é preciso preocupar-se com um produto de comercialização que tenha viabilidade econômica para comercialização constante para que seus membros associados sintam-se mais engajados com o empreendimento, para que questões como frustração não inviabilizem essas atividades ou tragam dificuldades de ordem individual.

“(...) é pensar numa atividade um pouco mais estável, e outra, uma atividade que tenha demanda né, de olhar e falar assim, qual a necessidade? (...). Então se vocês começam a fazer também um produto que seja desejado pelo mercado, talvez essas pessoas vão estar mais engajadas (...). Tipo assim, o produto que vai ser vendido ele tem que estar em consonância com as habilidades que o pessoal da saúde acha que é bom para o público. (...) Tem que ser habilidade prazerosa (...) tem que trabalhar com a questão de escolher uma atividade que seja inclusiva, que respeite as habilidades dessas pessoas e aí eles tem que começar a olhar um pouco o mercado, né. Então assim, ‘ah, esse produto, ele é viável? Por quê?’ Se você faz todo um empenho né, junta as pessoas e aí pensa o sabonete, vai pro mercado e aí ninguém compra o produto deles. Além dos problemas que eles tem, você começa a trazer outros, de frustração (...) Então, o que eu acho que a gente tinha que trabalhar, a gente tinha que pensar num negócio que tivesse um mercado constante, que seja vender pro governo, que seja participar de uma feira, que seja fornecer (...). Trabalhar algumas coisas com essas pessoas de acordo com as habilidades que precisam mas eu tenho um mercado que garante, entendeu? (...) então eu acho que tem que juntar esses 2 mundos aí né, o que o mercado quer pra dar uma certa estabilidade e incluir essas pessoas.” (JOÃO-DE-BARRO)

O trabalho informal e temporário na população usuária problemática de álcool e outras drogas é comum, são os chamados “bicos” e muitas vezes são uma forma de adquirir uma renda extra, contudo, sem estar em espaços de trabalho que garantam alguma proteção social. Já que, como apresentado nas tabelas de caracterização socioeconômica (Tabela 10), 66,6% dos participantes membros da iniciativa de inclusão social pelo trabalho recebem algum benefício assistencial do governo e se, se colocarem em espaços de trabalhos formais, poderiam ter o direito ao benefício cancelado. Um dos respondentes analisa o fato.

“Porque se a gente pensasse numa atividade que fosse economicamente viável e tivesse renda acima desses “bicos” que eles conseguem, porque não é possível que eles consigam “bicos” tão altos de valor. Então se tivesse mais estruturado a gente conseguiria até tá acompanhando melhor a inclusão pelo trabalho, né? Porque assim, a partir do momento que eles vão fazer “bicos” informais, né? Pra não conseguir perder o auxílio doença ou o auxílio que estiverem recebendo, esse trabalho deve ser um trabalho desqualificado, deve ser um trabalho temporário. Então pode ser que ele esteja piorando a situação dele, pode ser que ele chega e pode ser que o uso do álcool volte, se ele é maltratado ou se ele não tá gostando de receber ordem, então não é que era isso num ambiente muito mais tutoriado, né? Por isso que eu acho muito importante ter uma atividade econômica que seja sustentável.” (JOÃO-DE BARRO)

Um dos respondentes analisou a participação dos membros associados nas Feiras de Economia Solidária. A atuação da participante coordenadora da oficina nas Feiras e o nome ‘Lótus’ foram citados.

“Acho que em termos das participações nas feiras eles têm estado presente, então acho que isso de uma certa forma está sendo garantido porque nós conhecemos o Lótus, porque a ‘Beija-flor’ tá envolvida, mas ainda não é o grupo que tá se colocando, eu acho que é um passo pra adquirir isso, né?” (ALBATROZ)

5.2.7.2 A importante afirmação do trabalho como direito e não meio terapêutico

O processo participativo juntamente com a criação do nome “Lótus” permite aos membros da iniciativa uma referência com o empreendimento, uma apropriação e identificação com seu processo de trabalho. Esse momento de ter um nome, uma marca para o produto que criam, permite um desatrelamento desejável, pelos princípios da Economia Solidária, entre o participante de um serviço de saúde mental e o participante membro de um empreendimento de inclusão social pelo trabalho.

“Então, por exemplo, acho que a questão desse grupo ter um nome, eu acho que foi um processo importante porque inclusive o processo mesmo de criação, eles participando desse processo ativamente, isso eu acho que já revela um processo muito dentro do que a gente pensa da Economia Solidária, que é esse processo bem participativo mesmo (...). Então o Lótus ele não é o CAPS, assim nesse sentido, né? Então eu acho que dá uma outra referência. (...) eu acho que isso ajuda a consolidar como um empreendimento (...) eu acho que cria uma diferenciação entre o que sou eu como paciente de um serviço e o que sou eu como participante de um empreendimento de geração de renda.” (ALBATROZ)

5.2.8 Dificuldades e desafios

Elementos desafiadores durante o processo de desenvolvimento e consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho do CAPS-ad II foram apontados pelos respondentes. A rotatividade de pessoas nos grupos foi o principal elemento dificultador, assim como, elementos como habilidades e cognição, recursos e transporte, o fato da iniciativa atuar dentro de um serviço de saúde mental e o manejo do dinheiro também foram explorados. Um dos entrevistados acredita que esses grupos são os mais desafiadores para a incubadora.

“Eu acho que é assim também, tem algumas pessoas que veem como uma sessão terapêutica, então é uma sessão que faz parte do tratamento. Alguns outros, eu não sei especificar quanto, se é 50%, eu não sei quanto é, mas alguns outros veem sim como uma oportunidade de inclusão por meio do trabalho, né? O que eu comentei com a ‘Flamingo’, eu acho que a gente tem... esses grupos são muito mais desafiadores do que os outros que a gente incuba.” (JOÃO-DE-BARRO)

5.2.8.1 Rotatividade dos membros participantes da iniciativa de inclusão social pelo trabalho

A rotatividade dos membros participantes da iniciativa estudada, característica marcante dos serviços de saúde mental para usuários problemáticos de álcool e outras drogas foi apontada como um dos principais desafios pelos membros da incubadora. É importante a formação de um núcleo consistente de membros dos EES. De acordo com os respondentes, a rotatividade de pessoas na iniciativa de inclusão social pelo trabalho do CAPS-ad II foi muito constante.

“Ele representa pra nós um grande desafio porque pra você ter um empreendimento, é necessário que você tenha um núcleo durável. Lá o rodízio é muito grande das pessoas, acho que esse é o maior desafio. A gente começou há 4 anos atrás lá com um grupo completamente diferente do que está hoje. Acho que não tem nenhuma pessoa hoje lá que começou com a gente.” (ARARA)

As recaídas e o abandono do serviço são frequentes na população estudada e interferem negativamente no trabalho realizado pela incubadora.

“A maior dificuldade pra mim foi esse rodízio, você estava trabalhando com uma pessoa uma semana na outra ela ter uma recaída e foi embora, ou chegaram pessoas novas e já quiseram entrar igual aos outros (...).” (ARARA)

“É, e não é um grupo permanente, eles se alternam, é rotativo. Então alguns estão em tratamento, aí tem os que ficam bons, saem e tem aqueles que estão em tratamento, mas mesmo no meio do tratamento eles abandonam, né? As oficinas.” (JOÃO-DE-BARRO)

A implementação da iniciativa contou com entradas e saídas de pessoas sem uma prévia avaliação de seus perfis. O grupo, que se utiliza das instalações do CAPS-ad II, era aberto a qualquer membro e contava apenas com o despertar de seu interesse em conhecer o trabalho ou a indicação de algum profissional do CAPS. Assim, sem um regimento interno e sem critérios para entradas e saídas de pessoas, a iniciativa não se diferenciava das demais atividades terapêuticas oferecidas pelo CAPS em seu processo de implementação. Segundo o respondente, entradas e saídas de pessoas a iniciativa de inclusão social pelo trabalho, baseada na perspectiva da Economia Solidária, não devem acontecer.

“Ele era como se fosse uma atividade num grupo oferecido pelo CAPS. Então, às vezes chegavam pessoas que eram encaminhadas pro grupo e não necessariamente era o momento dele estar ali, na minha visão, né? Então se fosse só uma oficina de experimentação de sabonetes, por exemplo, acho que poderia estar dentro, né? Mas se você pensa como um grupo que ele vai se consolidar e aí vai precisar dele se estabelecer com uma relação de vínculo, de confiança, de compromisso entre eles, é difícil vir gente chegando porque começou a participar do CAPS agora e agora nesse horário ele vai participar lá e não foi uma coisa conversada com o grupo, em que momento que tá, se pode pegar um novo, por exemplo, que isso faria parte da discussão de um entendimento de Economia Solidária. Então entradas e saídas de pessoas é uma questão discutida pelo grupo e aprovada ou não aprovada, mas uma questão discutida pelo grupo. Então o fato dessa oficina estar dentro desse sistema, desse serviço, às vezes era uma entrada pra novos pacientes e que às vezes nem se identificavam com a questão da geração de renda e estava na sua primeira semana, eu não sei se isso mudou mas isso é um desafio da gente conseguir estabelecer mesmo qual a finalidade do grupo e não é um grupo que tá no calendário, no cronograma, né? e aí qualquer um pode entrar.” (ALBATROZ)

“(...) estão sempre entrando pessoas novas e pessoas que de certa forma não vieram buscando aquilo, né? Foi proposto a elas pelo serviço, né? De certa forma elas chegam até as reuniões do grupo pelas próprias pernas? Mais ou menos, né? Elas estão ali no CAPS, é falado pra elas que tem oficina de geração de renda... ela vai! E às vezes vai por estar ali, não é uma coisa assim: ‘eu quero viver disso, eu quero fazer uma renda, eu preciso e eu quero’, enfim. Então eu acho que é outro desafio grande assim. E isso falando do associativo, né? Essa rotatividade de pessoas, uma baixa conexão com a causa, né? Eu pelo menos percebo isso. Não senti nenhuma necessidade de ajuda de estar ali, de gerar renda, que é o que muitas vezes une, né? Numa dimensão associativa. É intangível com a experiência do empreendimento.” (ARARA)

Por fim, a incubadora identificou que as entradas e saídas de pessoas precisavam ser criteriosas, caso contrário, dificultaria a consolidação do empreendimento, uma vez que o grupo é formado por sujeitos que enfrentam questões relacionadas com o uso problemático de álcool e outras drogas e o fato já carrega em si suas dificuldades. Para que se obtenha um empreendimento sólido, é necessário a elaboração de um regimento interno, critérios para entradas e saídas de novos participantes e acordos definidos.

“(...) então como que esse grupo consegue ter sua própria identidade, suas próprias regras, suas próprias... seus próprios objetivos ou seus objetivos definidos de forma que avance na direção de um empreendimento e não só como um horário de grupo aberto como uma atividade oferecida pelo CAPS? Então acho que isso dificulta a consolidação (...) Tem um próprio processo deles, né? Em que eles estão nesse processo de cuidar das questões do uso abusivo de álcool e outras drogas então ele ainda pode ter esse potencial de produzir mas muitas vezes ele vai faltar. Está lá, mas não está em condição às vezes de conseguir produzir ou de sei lá de articular alguma coisa legal com os outros colegas (...).” (ALBATROZ)

“(...) você precisaria ter um regimento interno, de quem que vai entrar, quem não vai. Não é uma oficina terapêutica, não pode vir entrando as pessoas, numa semana tá na outra não tá. Tem que ter um regimento, o que que faz parte, quais os acordos para poder participar. Então a gente tinha dificuldades de estabelecer isso lá dentro do CAPS, né? E até pela condição do usuário mesmo, o cara não voltava. Então numa semana ele tá empolgado, na outra ele não volta. Eu acho que isso é o maior desafio.” (ARARA)

5.2.8.2 Dificuldades com habilidades e cognição dos membros participantes

Os respondentes apontaram as dificuldades com as habilidades manuais e cognição dos membros participantes. As limitações, causadas pelos efeitos adversos causados pelo uso problemático de álcool e outras drogas e pelas próprias medicações prescritas para o tratamento, afetam as habilidades dos participantes membros do empreendimento. Assim como, a dificuldade com a cognição muitas vezes está prejudicada e, associada à baixa escolaridade e à escassez nos conhecimentos sobre gestão, tais características desafiaram a incubadora em seus treinamentos.

“(...) por causa do uso da droga, do remédio, às vezes é assim, tem remédios que eles usam que deixa eles meio “sonados”, mexe com a habilidade. Estou esquecendo o nome... os tremores, a concentração, motricidade! A motricidade reduzida (...).” (JOÃO-DE-BARRO)

“(...) são pessoas que não tem uma educação formal grande, poucos sabem sobre gestão. Eu fui dar lá oficina acho que ano retrasado, sobre como precificar os sabonetes deles, como por preço e senti uma dificuldade imensa pra passar isso pra eles, porque o lado cognitivo de muitos deles muitas vezes está um pouco prejudicado, né? Assim, é um pouco lento, é desafiador pra quem vai passar, conseguir passar e ao mesmo tempo realmente eles não têm muitas condições de aplicar isso, né?” (ARARA)

5.2.8.3 Limitações com recursos e transporte dos membros participantes

A limitação com os recursos sejam eles financeiros, humanos ou com o transporte, é um fator dificultador para a iniciativa de inclusão social pesquisada. Os recursos financeiros limitam a iniciativa de várias formas, como na aquisição e diversificação de materiais e ferramentas do processo produtivo e na instalação de equipamentos de produção seguros para seu manuseio, por exemplo. A limitação com os recursos de transporte muitas vezes inviabiliza o movimento dos membros participantes até as Feiras de Economia Solidária. E a limitação com os recursos humanos impede a estruturação de uma iniciativa de inclusão social baseada na perspectiva da Economia Solidária que dispense mais dias para suas atividades produtivas.

“Recurso, né? Financeiro até. Pra, por exemplo, a aquisição de materiais, desde insumos pra produção de sabonetes (...). Mas acho que é uma questão assim, pra gente pensar, a qualidade, a diversificação, a produção, até a segurança deles de fazerem lá as coisas. Então ter as ferramentas apropriadas, o fogão apropriado, a panela apropriada, tudo. Então tem essa questão mesmo que pode ser um limite, né? Em alguns momentos, às vezes até a questão de ter transporte pra eles irem pra feira, por exemplo, que daí depende de ter motorista, de ter o carro a disposição, né? Que às vezes é uma questão disputadíssima. Então recursos de forma geral (...).” (ALBATROZ)

“Eles tem ido de carona, pra feira mesmo. Muitas vezes não consegue a Kombi lá do serviço, então muitas vezes eles tem que se virar (...).” (ARARA)

“(...) inclusive recursos humanos, se a gente for imaginar ter uma oficina que tenha mais dias, eu teria que ter uma estrutura que pode ser de pessoas também, né? Não precisa ser talvez 100% da carga horária da pessoa, também nessa ideia da autonomia, mas teria que ter uma carga horária de um profissional, uma carga horária maior pra acompanhar, uma carga horária, encontros, oficinas, que fossem coisas diárias mesmo, que fossem em um período do dia mas que fosse diário (...).” (ALBATROZ)

A desvinculação da contaminação terapêutica causada pelas demais atividades do serviço do CAPS-ad II é de extrema relevância para que um EES possa, de fato, se consolidar.

“Então eu acho que a gente tem esse desafio mesmo de estrutura, de financiamento, pra ter equipe, pra ter espaço, pra ter recurso, pra fazer um trabalho com essas pessoas que tem maiores dificuldades e desafios, um trabalho estruturado mesmo, um trabalho sério, né? (...) É um processo, é árduo, acho que demora mesmo. Ali principalmente acho que demora mesmo muito tempo, mas precisa ter um caráter diferenciado. Assim, precisa ter profissional bom pra trabalhar. A ‘Beija-flor’ eu acho que ela é ótima, mas eu não sei o quanto ela tem esse olhar mais empreendedor, de gestão, de ferramentas mesmo pra tornar viável um empreendimento. Mas eu sei que ela sempre busca, ela vai atrás, então eu acho que ela é boa, mas eu acho que falta mesmo, um pouco mais de estrutura, um espaço diferenciado, mais horas de trabalho, porque ir lá e fazer uma-duas vezes por semana... então não é um empreendimento, né? É uma oficina. Então não sei com o que é isso pro CAPS, encaixar na agenda deles mais horas. Então tem tudo isso.” (ARARA)

Torna-se necessário profissionais qualificados para trabalhar diretamente com esta população. Um dos membros da Co-Labora avalia a atuação restrita aos estagiários no processo de implementação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho.

“Não é qualquer pessoa que você vai mandar lá da FEA que vai conseguir trabalhar com eles. E a gente teve uma época que a gente punha bolsistas lá e bolsista é uma pessoa que tá começando. É um dos grupos mais desafiadores que tem. Então por estagiário lá, vai ter muita (ênfase) dificuldade.” (ARARA)

5.2.8.4 O EES dentro dos serviços de saúde mental

Um EES atuante dentro de uma instituição de serviço de saúde mental levanta questões bastante instigantes e promove reflexões. Os respondentes refletiram a respeito deste empreendimento estar no serviço do CAPS-ad II, o que permite uma interessante análise.

“Então acho que o fato de ter esse grupo lá, ele... acho que... demonstra uma possibilidade da gente trabalhar com a questão da geração de renda com essa população (...). Acho que por outro lado, ele também revela um desafio pra gente, essa questão mesmo de estar no serviço: isso é bom ou isso é ruim? Até que medida é bom? Ou então qual é a transição possível? Porque ainda tem umas coisas que eu acho que a gente vê como uma necessidade de estar dentro desses serviços com alguns apoios, por exemplo, a ‘Beija-flor’ só pode acompanhar, porque ela é funcionária desse serviço. Isso não aconteceria talvez se esse empreendimento já tivesse se constituído fora do CAPS, então tem alguns limites, mas acho que a gente tem que sempre colocar isso como uma meta: qual é a transição possível? Ou mesmo estando dentro da instituição, qual é a autonomia maior que se pode obter? Com qual se possa trabalhar, mesmo estando dentro dessa instituição.” (ALBATROZ)

“Então é um grupo desafiador. Eu acho ele bastante desafiador e acho que a gente tem uma tendência de segregar. Então é o grupo de saúde mental do CAPS-ad. E eu sempre, há um tempo, crítico um pouco isso, eu acho que a gente deveria inserir essas pessoas em grupos de pessoas que não tem transtornos também e porque que não pode ser um grupo que faz sabonetes e que faz carteiras, mas porque tem que ser só pessoas com transtorno? ‘Ah, porque reúne lá no CAPS. Tá bom, mas não pode ver de reunir em outro lugar? Sair do CAPS talvez.’ Porque eles tem oficinas terapêuticas, talvez saindo de lá quebra um pouco isso. Aqui é outra coisa, aqui é oficina de geração de renda e de produção. Quem quer ir? E aí você tem que fazer um esforço pra ir até lá, não é só ir até o CAPS. Eu falo com o terapeuta mas vou ali fazer um sabonetzinho só pra... então teria um... a gente já discutiu já, né? Na incubadora. Não é uma coisa nova que eu estou te falando. Mas a gente acabou não conseguindo um local e tinha o desafio pra própria terapeuta sair de lá e dar oficinas em outros lugares. Então acabou ficando meio morta essa ideia. (...) Mesclar perfis, né? Às vezes tem pessoas que tem um pouco mais de capacidade pra fazer contas, pra lidar com gestão tal e então, porque não colocar essas pessoas juntas com pessoas e então este é outro ponto que eu reflito muito. (ARARA)

“(...) esses grupos são muito mais desafiadores do que os outros que a gente incubava. Porque, os outros grupos são geração de renda, não tem ainda essa preocupação da gente pensar o negócio e aí de pensar no indivíduo ou no grupo.” (JOÃO-DEBARRO)

5.2.8.4.1 O questionamento sobre o tempo dedicado às atividades produtivas econômicas solidárias

Questões relacionadas com o tempo dispensado para as atividades produtivas foram levantadas. Como falar a respeito de uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho, baseada nos preceitos da Economia Solidária, com tempo limite para suas atividades? Este é um questionamento realizado por todos sujeitos, membros da Co-Labora, envolvidos.

“(...) uma das coisas que eles [participantes membros da iniciativa] colocavam era assim: ‘ah, mas essa oficina é de geração de renda, mas a gente se encontra 1 vez por semana e a gente se encontra com um tempo limite de poder usar essa sala’. (...) Então tinha que terminar (...) sendo o processo onde tivesse (...). E aí eu fui conversando com a ‘Beija-flor’, como que a gente podia institucionalmente fazer, pra que, se a gente tá falando de trabalho, porque não pensar num espaço um pouco mais adequado ao trabalho, né? Tipo, desde ser um espaço quando eles pudessem estar mais tempo e nesse espaço ter referenciais de trabalho.” (ALBATROZ)

“Porque antes era só tipo o horário do grupo, entendeu, 1 hora e meia, 2 horas. Fica muito limitado, né? E ainda mais pensando que é geração de renda que realmente 1 deles uma vez falou: ‘ah, mas gozado, a gente trabalha com geração de renda mas a gente só produz 1 dia?’. A gente só guardou aquilo assim (risos). A reflexão é importante (risos). (...) Então acho positivo, quer dizer qual a referência que a pessoa tem. Então realmente ela tá olhando pra esse grupo não como um grupo que se encontra 1 vez por semana, mas como um grupo de geração de renda. Isso é importante. Então eles se questionam (...).” (ALBATROZ)

5.2.8.4.2 O espaço produtivo próprio como garantia da autonomia e a desvinculação das atividades de saúde assistenciais

No início da formação do EES, a iniciativa de inclusão social pelo trabalho não possuía uma sala própria para suas atividades produtivas. A conquista deste espaço foi alcançada com o desenvolvimento da iniciativa. Um espaço exclusivo para essas atividades permite criar uma maior autonomia e desvinculação da assistência à saúde.

“Agora lá era assim, (...) esse grupo mais terapêutico, né? E aí acabava o grupo, eles saíam da sala e o lugar ia ser usado por outro grupo. Então aí até foi criado um outro lugar, eu nem sei se é nesse lugar que funciona, mas era num lugar mais específico pra isso e que aí os materiais de fazer os sabonetes, por exemplo, ficavam tudo ali e tal e criaram um mural pra colocar as coisas do trabalho. Então eu imagino que hoje talvez deva ter algumas diferenças e que cada vez mais a instituição deva dar esses espaços pra criar esse espaço como se fosse algo muito mais próximo ao trabalho do que a uma assistência de saúde, por mais ainda que vai ter esse convívio das 2 coisas e tal e aí pensando mesmo numa maior autonomia, pra que eles possam decidir coisas.” (ALBATROZ)

Explorando as dificuldades no processo de implementação e consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho, um respondente questiona sobre o posicionamento do CAPS-ad II nesse processo e sugere uma intensificação de recursos humanos para acompanhar em períodos mais longos o EES.

“(...) como que o CAPS vê isso? Quanto de apoio há lá? Quanto oferece pra essa consolidação? Quanto de espaço? Quanto de recursos? Que potencial realmente vê nesses participantes do grupo? Então pra que esse grupo ganhe espaço, não mais nem menos que os outros, mas espaço que é devido pra que eles se constituam como empreendimento então acho que isso no nível do CAPS, que acho que é uma coisa assim a ser discutida com a equipe, com a direção, pra pensar inclusive outras ações, sei lá, outros horários, dá pra ter? Quem pode ficar lá também? Ou de que forma pode ficar? Como é que pode ser essa conversa no nível da própria instituição, do próprio serviço do CAPS? Então acho que isso é um desafio, né? Colocado.” (ALBATROZ)

As Feiras de Economia Solidária são, de fato, uma importante conquista do grupo e beneficia não somente aos seus membros, mas toda a comunidade. No entanto, um entrevistado chama a atenção para a colocação deste grupo apenas nesses espaços, que ele referencia-os como “espaços protegidos”.

“(...) a gente tá falando de espaços onde eles possam ir e se apresentar e vender. Mas isso são espaços entre aspas protegidos, né? Porque dentro de uma feira já tem a ideia da Economia Solidária, é dentro às vezes de eventos da saúde mental. Então sei lá, vai ter o encontro do CAPS, eles vão lá, coisas do tipo. Mas como é que seria a venda desse produto independente dessa feira, independente desses espaços protegidos? Então a gente ainda tem muito essa questão do preconceito: ‘ah, é o pessoal do CAPS.’ (...) Porque às vezes eles acabam conseguindo ir em nichos, né? E não realmente como um empreendimento. Então acho que tem essas várias coisas pra serem enfrentadas. É a inclusão pelo trabalho mesmo, né? Mas é um desafio. Então eu acho que a gente tem se colocado muito nesses espaços mais protegidos. Que acho que é importante a gente fazer o uso, mas pensando em outros que poderia ser uma comercialização como qualquer outro feirante, empreendimento, né? Como é que se daria? Então eu acho que é um desafio aí.” (ALBATROZ)

5.2.8.4.3 A presença do coordenador da iniciativa no EES

A coordenadora, presente na iniciativa de inclusão social, foi analisada pelos respondentes, que apresentaram opiniões divergentes. Para um dos respondentes, a presença da coordenadora é facilitadora para a atuação da incubadora, pela proximidade que este profissional tem com o grupo. Já para outro, essa atuação pode se tornar dependente e é preciso avaliar sua relação com o grupo para que as interferências terapêuticas não prejudiquem o EES.

“(...) acho que especialmente a ‘Beija-flor’ vinha aqui participar dessas nossas capacitações e acho que ela que assumiu de uma forma muito interessante. Acho que a partir dessas conversas, desses apoios e dessas capacitações, ela assumiu esse grupo como um empreendimento, como um projeto

bastante interessante dentro do CAPS. Então a gente vê a importância também de ter alguém que consiga, institucionalmente lá no CAPS, por exemplo, se a gente fosse, a gente sempre seria alguém de fora, né? Mas alguém que tá lá. Então eu avalio como importante a existência desse grupo, a formação desse grupo e cada vez mais esse envolvimento de um profissional e a questão desse grupo estar presente no CAPS.” (ALBATROZ)

“Então fica um pouco dependente, essa dependência da figura do coordenador, que no caso hoje é a ‘Beija-flor’, ela assumiu já tem algum tempo. E essa dependência do coordenador, não é legal isso (...) a ‘Beija-flor’ tem muita boa vontade, mas não adianta por ela lá com o grupo, em um tempo curto, sem recurso, sem ter alguém pra ajudar a pensar nesse lado mais empreendedor da coisa e achar que vai modificar a vida dessas pessoas. Talvez vai, mas vai demorar muito, o empreendimento não vai ser viável economicamente, vai ser algo que as pessoas fazem porque é legal, né? Elas serem produtivas mas não conseguem nem tirar um troquinho da coisa, entendeu?” (ARARA)

5.2.8.5 O uso do dinheiro pelos participantes membros do EES

O uso do dinheiro pelos participantes membros da iniciativa de inclusão social pelo trabalho precisa ser trabalhado de maneira que promova a autonomia e a confiança. O seu uso consciente foi apontado por um respondente como algo a ser analisado cuidadosamente. Privar o participante membro a utilizar o dinheiro adquirido com as vendas da iniciativa caminha na contra mão da autonomia que se espera para esses empreendimentos.

“(...) importância de se fazer um trabalho da questão do uso do dinheiro, porque pra alguns eles [participantes membros da oficina de geração de renda] falam: ‘ah, eu não quero nem ficar com o dinheiro, porque senão eu vou sair ali e vou beber.’ Então assim, é uma realidade que tem que ser enfrentada e tem que ser pensada em como fazer. Não é uma coisa que a gente possa dizer assim: ‘Não vamos te dar o dinheiro, porque você vai beber ou vai sair e usar drogas.’ Mas ao mesmo tempo qual o cuidado possível para que ele também comece a ter mais autonomia sobre isso, né? Então às vezes ele também, tipo assim: ‘Me ajuda porque eu sei que lá eu vou gastar.’, ‘mas se eu tiver o dinheiro na mão também vou gastar.’ Mas como vou lidando com isso, né? Então acho que isso é um desafio, pensando nesse público (...).” (ALBATROZ)

5.2.8.6 O não envolvimento de um membro da Co-Labora ITES com a iniciativa de inclusão social

Um dos membros da Co-Labora referiu não estar envolvida com a iniciativa de inclusão social baseada na perspectiva da Economia Solidária do CAPS-ad II. O fato levanta questionamentos sobre quais habilidades os membros da incubadora colaboram para com a iniciativa.

“Então, isso acho que eu não vou conseguir falar, porque se eu falar, essa opinião que eu te dei é o que eu acho de fora, né? Porque se eu falar de potencialidade, eu não conheço nem o grupo (...). Não consigo, porque eu não sei nem se eles estão consolidados ou não.” (JOÃO-DE-BARRO)

A entrevistada relata sobre as reuniões da incubadora, as quais, nos últimos anos, pouco ocorreram e justifica o tempo escasso dos membros da Co-Labora para os encontros insuficientes.

“Este ano nós não fizemos nenhuma reunião no grupo e nem eu fui a nenhum projeto do CAPS (...). Então acabou que, não sei se a gente está cansado, não sei se a gente está com muita coisa, cada uma está num momento diferente. Mas, esse edital nosso, a gente fez uma coisa mais... acho que... como que eu vou te falar... não foi tão grupo, sabe? Então assim, eu não vou nem conseguir te responder essa questão, porque sinceramente eu não sei como que está (...). Gente, nós não fizemos quase reunião! E inclusive culpa minha também, culpa de todo mundo, né (risos)? Porque falta tempo. Eu não sei o que tá acontecendo com a gente, mas tá faltando tempo. Então é uma coisa com certeza a pensar.” (JOÃO-DE-BARRO).

5.2.9 Potencialidades da iniciativa de inclusão social pelo trabalho

Iniciando uma nova categoria analítica a partir da investigação sobre quais fatores potenciais para o processo de desenvolvimento e consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho podem ser apontados, um dos respondentes (membro da Co-Labora) não conseguiu articular sobre as potencialidades do grupo, apesar da formação prévia sobre Economia Solidária e estar inserido em uma Universidade. Enquanto os demais, levantaram questões a respeito do conhecimento prévio sobre a temática, os apoios e a crença de que apesar das dificuldades encontradas no decorrer da formação em Economia Solidária e nos processos de implementação e consolidação dos EES, se for possível garantir um ecossistema favorável, é possível que esses empreendimentos com o público usuário problemático de álcool e outras drogas possam, de fato se constituir. A presente categoria analítica originou as seguintes categorias empíricas: “5.2.9.1 O não envolvimento de um membro da Co-Labora ITES com a iniciativa”; “5.2.9.2 A bagagem técnica sobre Economia Solidária dos membros da Co-Labora ITES”; “5.2.9.3 O apoio da Co-Labora ITES na consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho”; “5.2.9.4 É possível a formação de um empreendimento engajador”.

5.2.9.1 A bagagem técnica sobre Economia Solidária dos membros da Co-Labora ITES

O conhecimento prévio sobre Economia Solidária e uma aproximação com a coordenação do CAPS-ad II de alguns membros integrantes da Co-Labora, facilitaram o processo de implementação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho. A relação saúde mental e Economia Solidária já ser reconhecida foi um fator potencial para o processo de implementação.

“(...) foi essa abertura mesmo da ‘Albatroz’ e da ‘Gaivota’, que elas já conheciam as coordenadoras do CAPS e elas já conheciam a Economia Solidária. Eu acho que isso já: pum! Já facilitou. A gente conseguiu brevemente começar as oficinas lá. Não foi algo nem demorado, entendeu? Então eu acho que a abertura foi por esse conhecimento de rede entre elas e de conhecerem já experiências de Economia Solidária (...) Então eu acho que isso facilitou, de ser algo um pouco já disseminado, essa ligação de saúde mental e economia solidária já ser reconhecida (...) e acho que isso ajuda a alavancar esse tipo de projeto (...)” (ARARA)

O conhecimento prévio sobre Economia Solidária permitiu o contato com nomes de impacto na área, como por exemplo, Leonardo Pinho², presidente da Unisol³ e vice-presidente da Abrasme⁴. As discussões no município sobre saúde mental e Economia Solidária foram potencializadas e atingiram mais pessoas para este ecossistema favorável de discussões sobre os avanços e trabalhos na área.

² Leonardo Pinho: cientista social e presidente da Unisol Brasil – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários e vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental – Abrasme. Já atuou na presidência do Conselho Municipal de Drogas de São Paulo - Comuda e na vice-presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo - Condepe. No Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, foi suplente entre os anos de 2015-2016, além de integrante da Mesa Diretora e coordenador da Comissão de Direito ao Trabalho, Educação e Seguridade Social entre 2017- 2018 (BRASIL, 2019a).

³ UNISOL: Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários. É uma associação civil nacional, democrática e com fins não lucrativos. Seus interesses são o compromisso com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, a melhoria de suas condições de vida e de trabalho, a eficiência econômica e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira com base nos valores da democracia e da justiça social (UNISOL BRASIL - CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS, 2015).

⁴ ABRASME: Associação Brasileira de Saúde Mental. Fundada em 2007, localizada em Florianópolis-SC, é uma organização não governamental com filiais em mais de dez estados brasileiros. A Abrasme atua no apoio da articulação entre centros de treinamento, ensino, pesquisa e serviços de saúde mental; no fortalecimento das entidades-membro e ampliação do diálogo entre as comunidades técnica e científica e destas com serviços de saúde, organizações governamentais e não governamentais e com a sociedade civil (ABRASME – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE MENTAL).

“Até pra nós, né? A gente trouxe o Leo Pinho, que é uma referência nessa área da ABRASME de saúde mental e presidente da UNISOL que é a maior entidade de Economia Solidária do país. E nas falas dele, sempre aqui em Ribeirão ele trazia sobre saúde mental, os trabalhos que precisariam ser feitos, avanços. Nas assembleias a gente trouxe ele, convidava o pessoal do CAPS pra ir nas assembleias do Fórum e alguns momentos o pessoal foi, as coordenadoras lá e então eu acho que isso tudo facilitou pra que isso deslanchasse, na minha visão. A criação de um ecossistema favorável.” (ARARA)

5.2.9.2 O apoio da Co-Labora ITES na consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho

O apoio da Co-Labora potencializou a consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho. O deslocamento de recursos humanos para o empreendimento garantiu a capacitação, a formação e a estruturação do grupo.

“Acho que a questão do apoio do Co-Labora ele ajuda a constituir, pensando em todas as etapas mesmo, a gente vislumbrar isso, a gente pensar em estagiário lá. Depois a ‘Beija-flor’ poder participar da capacitação e aí estar com essa parceria com a ‘Beija-flor’, vamos dizer assim, né? E depois a questão da comercialização desses produtos nas feiras (...). Então o apoio da Co-Labora veio ajudar nessa consolidação desde ter pessoas, estagiários, bolsistas e tal, até nós que de certa forma, né? Enquanto Co-Labora pode olhar pro grupo (...).” (ALBATROZ)

A Associação Pólvora também teve sua parcela de contribuição para a consolidação do EES. Experiências de outros espaços contribuíram para fortalecer esse processo.

“A própria Associação Pólvora facilitou depois, porque aí viram-se que, gente do CAPS III, do CAPS II, do CAPS-ad que tá se encontrando, formando uma rede de cooperação: ‘então pera aí, então esse negócio é forte’. E aí foram abrindo-se mais espaços pra essa questão. Não que eu ache que esteja perfeito, como eu te falei. Eu acho que precisaria de mais, mas eu acho que já é um caminho.” (ARARA)

5.2.9.3 É possível a formação de um empreendimento engajador

Para um dos entrevistados, é possível tornar um EES algo engajador apesar das dificuldades anteriormente apontadas.

“Potencial, eu acho imenso (ênfase) (...) e eu falo: ‘é possível fazer aquilo’. Tornar um empreendimento algo engajador, algo que gere renda mesmo, gere autonomia, eu acho possível. Mas dado a superação dessas dificuldades, estrutura, profissionais qualificados, material, recursos para investir no grupo, aí sim eu acho que é possível.” (ARARA)

O entrevistado acredita que mesclar perfis dos participantes membros, não resumindo-os apenas em participantes de serviços de saúde mental, mas permitindo a construção de um empreendimento formado por diversas representações de pessoas, potencializa a criação destes grupos.

“Eu acho que mesclar esses perfis, como te falei, parar com essa coisa de que é CAPS, é o pessoal com transtorno mental e é eles. Não, mesclar um pouco, talvez até com o pessoal do CREAS, do CREAS POP que talvez não tenha transtorno mental mas tem outros problemas ou talvez mesclar com gente que tá desempregado mas quer fazer alguma coisa e enfim. Então eu acho que isso já ajudaria bem também (...).” (ARARA)

A atuação dos participantes membros da iniciativa na produção e nas Feiras reflete diretamente na melhora da autoestima dessas pessoas. O trabalho traz um sentimento de valorização pessoal, utilidade e engajamento na sociedade. O respondente fala sobre os momentos que ele mesmo comprou das Feiras de Economia Solidária e também de sua experiência direta com os participantes membros do empreendimento nestes espaços.

“(...) o potencial que eu vejo é realmente você fazer um grupo que gera renda e eu vi de perto o quanto eles [participantes membros da oficina de geração de renda] se sentem úteis, valorizados, reconhecidos quando eles estão trabalhando, produzindo algo. Sabe assim, eu já comprei ‘N vezes’ coisas deles na feira e dá pra ver na cara deles que eles sentem um valor imenso naquilo e contribui sem dúvida com a autoestima, saúde, aceitação, reconhecimento. Então, eu acho que o potencial é imenso, de promoção de autonomia mesmo, de sentido de vida (...)E as vezes o cara encontra sentido no trabalho, no grupo, na união do grupo, em participar duma feira, novos sentidos são produzidos e reduzem a necessidade talvez que ele tenha de fuga ou de uso constante de químicos e tal. Então, eu acho que esse é o potencial. É imenso, é possível sim, eu não acho que é impossível.” (ARARA)

Para tornar esta iniciativa de inclusão social pelo trabalho um EES consistente, durável e engajador, é necessário um conjunto de fatores que sejam favoráveis à sua constituição. O respondente pontua fator por fator que o faz acreditar que estes empreendimentos são sim, possíveis de acontecer.

“Eu acho que se você montar um projeto, mas um projeto estruturado, um espaço, profissional, recurso pra investir em material, é ... sabe assim ... horários adequados, (...) disponibilidade de tempo pra acompanhar com qualidade, não só uma horinha, duas por semana, enfim... tendo alguém de gestão envolvido, pra pensar no marketing, nas finanças, ajudando eles a cuidar disso e alguém sim que olhe pra esse lado mais humano, relacional e olhe o indivíduo como um todo. Eu acho super possível (...).” (ARARA)

5.3 Apresentação dos dados da observação participante

No período de setembro a dezembro do ano de 2018, foi realizada observação participante da pesquisadora junto à iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária nas dependências do CAPS-ad II, sob aceite da coordenação do serviço. Os sujeitos da pesquisa observados foram os participantes associados da iniciativa de inclusão social e a participante coordenadora, em suas atividades produtivas, assembleias, reuniões e atividades comerciais. Os dados registrados em diário de campo foram cruciais para o bom andamento desta pesquisa, bem como para o reconhecimento do cenário de estudo, da população estudada e para a aproximação da pesquisadora com os sujeitos envolvidos.

A iniciativa estudada atua como iniciativa de inclusão social pelo trabalho baseada nos preceitos da Economia Solidária e conta com uma sala do CAPS-ad II exclusiva para suas reuniões e atividades produtivas. No interior da sala é possível observar o regimento interno da iniciativa afixado na parede, bem como algumas regras do empreendimento como: horário de entrada e saída, horário de intervalo e tolerância de faltas. A organização da sala é de responsabilidade do grupo, que se dispõe ao redor de uma ampla mesa para suas discussões e atividades produtivas.

Todo material utilizado nas atividades é armazenado em armários de uso comum. O grupo que se reúne pontualmente todas as sextas-feiras das 9h às 11:40h, conta com oito de seus associados, a coordenadora da iniciativa, profissional terapeuta ocupacional do serviço, que coordena a atividade desde sua fundação, formando assim, o grupo fixo. Ocasionalmente, este grupo conta com estagiários da Universidade de São Paulo, os quais são estudantes de graduação e pós-graduação, porém, estes não constituem o grupo como associados, mas como estagiários e bolsistas que atuam como apoiadores e incubadores, e aprendem conteúdos importantes para sua formação profissional.

A observação participante seguiu um roteiro previamente elaborado pela pesquisadora e envolveu orientações referentes à observação do comportamento individual de cada membro participante da iniciativa de inclusão social, bem como seu comportamento perante o grupo. O roteiro também orientou a pesquisadora na observação do processo de trabalho da iniciativa, seu processo de coordenação, a

tomada de decisões e a identificação dos fatores facilitadores e dificultadores da iniciativa. Referente às Feiras de Economia Solidária, o roteiro orientou a pesquisadora a observar a participação de cada membro frente ao evento, bem como permitiu identificar a colaboração da pesquisadora para com a iniciativa de inclusão social, conforme descrito no Apêndice A.

5.3.1 A observação dos participantes associados da iniciativa de inclusão social pelo trabalho

No início da pesquisa, o grupo contava com seis membros. Já no primeiro dia de observação participante, a pesquisadora pôde acompanhar o processo seletivo para a admissão de mais dois associados, os quais contemplariam o quadro de oito integrantes conforme pré-determinado pelo grupo. O processo de seleção chamou a atenção da pesquisadora por seu caráter democrático e traz detalhes singulares da iniciativa.

O processo seletivo para os novos integrantes da iniciativa de inclusão social já havia sido divulgado para todos os participantes do serviço do CAPS-ad II através da coordenadora da iniciativa. Aqueles que manifestaram interesse em integrar-se ao grupo, participaram do processo de seleção que foi conduzido por todos os associados da iniciativa de inclusão social pelo trabalho, presentes no dia, juntamente com a coordenadora. Aos candidatos, primeiramente foi apresentada, de maneira sucinta, a proposta da iniciativa por um associado e o perfil do novo candidato que o grupo almejava: um associado que tenha disponibilidade para a participação em eventos externos, que ofereça dedicação e zelo pela produção das mercadorias e compartilhe do espírito de solidariedade. A coordenadora da iniciativa também apresentou o grupo aos candidatos, explicando brevemente os processos da iniciativa de inclusão social, a geração de renda, a divisão da renda, a diferença da iniciativa das demais atividades terapêuticas do CAPS-ad II e os eventos que ocorrem externamente aos finais de semana. Assim, candidatos e candidatas foram avaliados pelo grupo e a convivência que estes tinham com os associados em relação a outras atividades do CAPS-ad II permitiu ao grupo avaliar melhor os futuros membros. Ao final, chegou-se aos dois candidatos que atendiam ao perfil. O regimento interno da iniciativa foi apresentado para os novatos e a iniciativa passou a ter todas suas vagas preenchidas.

Exceto pelos recém associados, a maioria dos participantes da iniciativa de inclusão social pelo trabalho integraram-se ao grupo logo na sua fundação. Alguns de forma espontânea, outros por intermédio dos profissionais do CAPS-ad II, como apresentado nas falas dos sujeitos. A autonomia foi uma característica evidente em muitos momentos da produção em diversos associados, porém, outros demandavam ajuda dos demais ou mesmo da coordenadora da iniciativa, o que caracterizou um grupo misto na questão da autonomia e/ou pró-atividade.

O produto de comercialização desta iniciativa de inclusão social pelo trabalho são sabonetes, sabões e carteiras artesanais. Nas atividades referentes à produção das mercadorias, foi possível observar claramente em alguns membros associados, a capacidade de liderança, perfil muito evidente no associado “Bem-te-vi”. Este associado conhece todas as fases da produção, reconhece qual tipo de mercadoria tem maior potencial de venda, possui maior facilidade e espontaneidade na tomada de decisões, sugere melhorias para a iniciativa e para a produção das mercadorias. “Bem-te-vi” verbaliza que os produtos devem ser feitos com carinho, não apresenta dificuldade em qualquer fase da produção, é muito presente nos eventos externos e Feiras e frequenta os Fóruns sobre Economia Solidária que acontecem no município. Porém, sua capacidade de liderança é questionável. “Bem-te-vi” muitas vezes tem comportamento individualista e impaciente, tenta impor sua opinião para os demais, o que gera pequenos conflitos no grupo.

Associados com certa autonomia que conhecem todas as fases da produção, porém com comportamento embotado, também foi possível observar, como no caso do associado “Canário”. Foi evidente o prazer que o associado expira pela produção das mercadorias, apesar de não opinar nos formatos, escolha de essências ou cores dos produtos, por exemplo. “Canário” necessita ser direcionado para suas atividades, as quais executa com precisão e concentração. Este membro associado não apresenta dificuldades cognitivas e por decisão do grupo, juntamente com suas preferências e aceitação, foi designado a redigir as atas da iniciativa, que acontece a cada reunião e, ao final, é assinada por todos presentes.

“Quero-quero” é um associado que também aprecia todo processo da produção das mercadorias. Individualista, com dificuldade de trabalhar em grupo, se coloca irrequieto frente às dificuldades dos demais associados. Realiza suas

atividades com rapidez, no entanto, nem sempre com maior zelo. Tem preferência pelas atividades que não demandam muita minúcia, como o preparo da matéria prima dos sabonetes artesanais. Na tomada de decisões perante o grupo, “Quero-quero” pouco se expõe e possui um vocabulário bastante empobrecido.

“Tuim” é um membro da iniciativa que é associado desde sua fundação. Possui um humor lábil e mostra-se bastante desconcentrado e inquieto nas atividades produtivas, o que reflete negativamente no grupo. Queixa-se de certa dificuldade para as atividades produtivas, mas, com auxílio, que muitas vezes solicita da coordenadora, consegue efetivar suas atividades. Na tomada de decisões, muitas vezes não é objetivo ou não assume a seriedade que a situação exige. Tem preferência pelas atividades que envolvem o preparo da matéria prima dos sabonetes e apresenta tremores leves das extremidades. Ao longo das reuniões, “Tuim” constantemente demanda atenção da coordenadora e, se não é atendido, procura atenção das estagiárias.

Todos os quatro membros associados citados até então participam da iniciativa de inclusão social pelo trabalho baseado na perspectiva da Economia Solidária desde sua fundação. Os dois últimos membros associados que serão descritos a seguir são novatos na iniciativa, chegaram ao grupo pelo processo seletivo narrado anteriormente.

Logo na sua chegada, o participante associado “Sabiá” foi orientado pelos demais membros da iniciativa sobre a temática da educação popular justa e solidária e sobre as atividades produtivas da iniciativa. Mostrou-se curioso e interessado pela nova atividade. Expõe suas ideias facilmente e participa da tomada de decisões frente ao grupo. Não possui dificuldade de relacionamento interpessoal e mostra-se sempre colaborativo perante ao grupo.

“Andorinha” é o associado mais jovem da iniciativa. É bastante curioso e pró ativo. Possui liderança e autonomia, solicita auxílio quando necessário e executa suas atividades produtivas com muito zelo e cuidado. Interessa-se pelos debates sobre Economia Solidária, frequenta Fóruns sobre a temática no município. Reafirma a proposta da geração de renda em Economia Solidária frequentemente aos membros da iniciativa. Na tomada de decisões frente ao grupo, sugere o levantamento de opiniões de todos, faz sugestões e apontamentos pertinentes.

5.3.2 A observação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho

Importante destacar que o incentivo à tomada de decisões frente ao grupo é estimulado para que seja realizada sempre em conjunto, o que é claro na atuação da participante coordenadora da iniciativa, “Beija-flor”. A coordenadora conduz o grupo etapa por etapa no processo de produção das mercadorias, assembleias e discussões sobre a geração de renda em Economia Solidária, estimula o levantamento de opiniões e ideias do grupo e reforça a autonomia de cada um. Apesar de “Beija-flor” sempre responsabilizar o grupo pelas suas decisões, os associados manifestam necessitar sempre da condução da mesma.

Na divisão de tarefas e organização do processo de trabalho foi notável que os participantes associados conhecem todas as etapas da produção e dividem sozinhos suas atividades de acordo com as afinidades e habilidades pessoais. Alguns associados sentem-se ansiosos pela produção e a querem começar brevemente, sem mesmo aguardar os demais membros se organizarem. Para isso, é necessário que a coordenadora direcione a produção, a qual o realiza sempre levando em conta a autonomia do grupo. A cada encontro, a ata da iniciativa é redigida pelo participante associado “Canário”.

Quando os encontros são destinados à produção das mercadorias, pouco se observa sobre desentendimentos entre os membros. Fica claro que o grupo, de uma maneira geral, aprecia a fase da produção, a concretização dos sabonetes, dos sabões e das carteiras. A fase da produção é marcada por conversas descontraídas, amigáveis e o clima é bastante favorável e tranquilo. Na finalização dos produtos, por exemplo dos sabonetes, foi possível observar na maioria dos membros associados a expectativa pelo produto concretizado, seu visual final, seu formato e essência. Todos desejavam ver, apreciar e, pode-se dizer que sentem-se orgulhosos pelo trabalho que realizaram. Alguns membros associados conseguem apontar pequenas falhas ou imperfeições nos produtos, as quais são levadas em consideração para futuras melhorias em novas produções. Importante mencionar um acontecimento onde um determinado membro associado, “Andorinha”, conversando com outros membros durante a produção dos sabonetes, verbaliza que foi questionado onde trabalhava e o participante disse: *“Eu trabalho no Artesanato*

Lótus.” A frase foi caracterizada por importante entonação e o semblante dos demais membros associados era de aprovação.

No entanto, quando os encontros são destinados à reuniões e assembleias do grupo, as relações tendem a se tornar mais conflituosas. Os membros associados com caráter individualista e impacientes se sobressaem e a atuação de membros associados mais pacificadores, como “Andorinha”, torna-se evidente. De qualquer maneira, a coordenadora sempre necessita intervir, trazendo os associados de volta ao foco da reunião ou assembleia.

O tempo semanal que a iniciativa dispensa para suas atividades produtivas não é suficiente para a concretização de suas atividades. Se em uma semana o grupo inicia sua produção, a embalagem, etiquetagem e precificação ficam para a semana seguinte. Fato que é sempre levantado pelos participantes associados, porém, essa é uma dificuldade institucional, que é dependente da disponibilidade da participante coordenadora da iniciativa, a qual possui outras funções no serviço, bem como da disponibilidade da sala, a qual é empregada para outras atividades terapêuticas do CAPS-ad II.

O fato dos membros da iniciativa de inclusão social pelo trabalho já se conhecerem antes mesmo da formação do grupo e terem experiências e históricos de vida semelhantes são facilitadores para a boa convivência e produção das mercadorias. Todavia, a impaciência frente às dificuldades do outro e a tendência ao individualismo em detrimento do coletivo, são fatores dificultadores que foram observados.

Referente à divisão da renda, torna-se imprescindível esclarecer ao leitor como o fato foi articulado pelo grupo. As presenças de cada membro nas reuniões, Feiras, bazares e eventos externos que porventura ocorrem são contabilizadas. Toda a renda obtida através das vendas nas Feiras e bazares são contabilizadas e divididas entre os membros ao final de cada bimestre. O grupo decidiu dividir a renda a cada dois meses para que ao final, pudesse ter uma renda de valor mais arraigado. A divisão da renda leva em consideração a participação do associado nas atividades produtivas e nas Feiras, assim, o membro associado que muito se ausenta das reuniões e/ou não participa dos eventos externos, tem uma renda menor do que aquele que tem alta presença nas reuniões e nas Feiras. Diante do

exposto, observou-se uma reunião do grupo em que ocorreu a contabilidade das presenças dos associados e da renda para sua posterior divisão. Ao deparar-se com o valor que seria recebido, alguns membros associados levantaram a proposta de aguardar mais algum tempo para a divisão e, assim, aumentar o valor da renda do grupo, uma vez que julgaram se tratar de renda de baixo valor. Outros membros associados não concordaram com a proposta e pediram a divisão de qualquer forma, como já havia sido acordado. O fato gerou um importante desconforto no grupo, que foi amenizado pela atuação da participante coordenadora. Por fim, o grupo decidiu dividir a renda, mesmo esta sendo considerada de baixo valor pelos associados. Segundo relatos da participante coordenadora, quando se trata de assuntos referentes à divisão da renda dos associados, é comum situações conflituosas semelhantes à esta.

5.3.3 A observação das Feiras de Economia Solidária

As Feiras de Economia Solidária do município de Ribeirão Preto, garantidas pela Lei 14.060 de 21 de setembro de 2017, de autoria da vereadora Gláucia Berenice, acontecem mensalmente, no segundo domingo de cada mês, das 10 às 18h, na Praça San Leandro (RIBEIRÃO PRETO, 2017b).

Referentes aos preparativos para a Feira de Economia Solidária, os participantes associados trazem para a iniciativa as necessidades e dificuldades que apresentam com o evento. Levantam questões e sugestões, dão novas ideias e formas de potencializar as vendas, pontuam sobre a importância da manutenção da união do grupo. A participante coordenadora sugere uma reflexão sobre possíveis justificativas para as dificuldades que estavam apresentando naquele dado momento. Os participantes associados promovem uma chuva de ideias e sugestões, porém, “Beija-flor” necessita conduzir estes momentos e apontar caminhos.

As principais dificuldades apontadas pela iniciativa de inclusão social pelo trabalho em relação às Feiras é a falta de disponibilidade e a dificuldade de locomoção de alguns associados. Não ter carro próprio, direito a transporte público ou dificuldade em se locomover sozinho foram as principais causas apontadas pelos participantes associados. Sendo assim, certos membros nunca participam desses eventos. Muitas vezes o transporte das mercadorias do CAPS-ad II até a praça

pública é necessário ser realizado por veículo próprio da coordenadora da iniciativa. Alternativamente, é realizado por uma parceria com o CAPS III do município. Nota-se a fragmentação em ações públicas que viabilizem o transporte seguro e efetivo dos membros da oficina assim como de seus produtos.

Os gastos com a alimentação dos associados responsáveis pela Feira também foi um ponto discutido pelo grupo, o qual, buscou soluções menos onerosas para a questão. Para os associados que participam das Feiras, geralmente dois, o grupo custeia as despesas com sua alimentação. No entanto, algumas vezes, a renda gerada nas vendas não era suficiente para suprir com tal despesa. Assim, os membros associados discutiram a possibilidade de se fazer refeições com custo mais reduzido ou alimentar-se com refeições trazidas de suas residências.

Para os associados que participam das Feiras de Economia Solidária não foi observado dificuldade em apresentar seu produto. Eles vendem produtos que conhecem, que foram produzidos por eles mesmos e tal fato colabora para as vendas.

Vender o próprio produto, conhecer todo seu processo de produção e o valor simbólico atribuído àquela mercadoria é fator potencializador das Feiras de Economia Solidária. Qualquer produto comercializado por este grupo carrega consigo uma história de produção, uma simbologia de valor arraigada a tantas conquistas que o grupo vem conseguindo e o que esta iniciativa representa a cada um. O compromisso com a Feira, sua organização nos seus preparativos e finalização, a responsabilidade pelas mercadorias do grupo que ali estão e com o dinheiro do coletivo, atribui uma elevação da autoestima. O reconhecimento pelo trabalho e pelo que se faz em equipe é algo que merece ser destacado.

Um fato interessante foi poder observar que na preparação para as Feiras, o grupo elege um associado para responsabilizar-se pela guarda da renda obtida após o evento, que acontece sempre aos finais de semana. Esse associado deve levar todo o dinheiro do grupo na segunda-feira ao CAPS-ad II e lá, é depositado em um “caixa” da iniciativa. Porém, após uma determinada Feira, um membro associado que se responsabilizou pela guarda do dinheiro do grupo, “Bem-te-vi”, foi assaltado tendo todo o dinheiro da Feira furtado. Este membro associado reside na Cetrem. O que mais chama atenção neste fato foi a atitude do membro associado. “Bem-te-vi”

assumiu a responsabilidade pelo dinheiro do coletivo e, mesmo sendo vítima de um furto, em discussões com os membros da iniciativa, assumiu o pagamento total da dívida. Em comum acordo, “Bem-te-vi”, ressarcir o caixa da iniciativa em parcelas mensais.

Sobre a atuação dos associados nas Feiras de Economia Solidária, é importante destacar que alguns membros não participam desses eventos, seja por importante dificuldade nas vendas, como “Canário”, ou pela dificuldade na locomoção/transporte, como “Quero-quero”.

O momento da Feira é marcado por descontração e constante contato interpessoal dos membros associados. O espaço das Feiras permite que relações sejam construídas, que ocorra a apropriação do espaço ao qual pertencem, que façam trocas e comercializem seus produtos. A ajuda mútua foi observada em vários momentos, como ao auxiliar um outro feirante com contratempos em sua barraca, cuidar dos produtos de outro enquanto ausenta-se por alguma breve necessidade, a compra somente de produtos da Feira a fim de valorizar o trabalho do outro, o compartilhamento de refeições e lanches, etc.

Foi observado o orgulho que os associados expressam ao serem procurados nas Feiras pelos seus artigos. Apresentam muito bem suas mercadorias, conhecem todas as etapas do processo de produção, o que permite identificar um valor de causa associado ao valor material dos produtos.

Importante destacar que em determinada Feira, o associado “Tuim”, delegado previamente pelo grupo a participar da Feira em um determinado sábado, apresentou-se atrasado para suas atividades comerciais em torno de 2:30h, com sinais claros de embriaguez alcoólica. Ao ser questionado pelo seu colega e pela estagiária do curso de Terapia Ocupacional que estava presente no momento, “Tuim” negou o uso da substância. Permaneceu na Feira até o término da mesma apesar de estar apresentando sonolência, desequilíbrio postural, sudorese e hálito etílico. O fato não afetou suas atividades comerciais, apesar de gerar um pequeno desconforto em seu colega

5.3.4 O papel da pesquisadora na observação participante

O período de contato direto com a iniciativa de inclusão social pelo trabalho permitiu uma aproximação da pesquisadora com a iniciativa. Os associados sentiram-se valorizados ao saber que aconteceria uma pesquisa referente ao trabalho por eles exercido e que um número ilimitado de pessoas tomaria conhecimento de seu trabalho.

Em alguns momentos os associados dirigiram-se à pesquisadora em busca de opiniões quanto à produção das mercadorias, porém, os questionamentos foram sempre devolvidos com o intuito de promover a reflexão dos próprios associados e as decisões partirem sempre deles. A pesquisadora atuou, quando necessário, em algum auxílio individual relacionado com dificuldades físicas de determinados associados.

6 DISCUSSÃO

O presente estudo objetivou analisar as potencialidades e dificuldades vivenciadas pela iniciativa de inclusão social pelo trabalho, baseada na perspectiva da Economia Solidária, desenvolvido por usuários do CAPS-ad II de Ribeirão Preto, incubado pelo Co-Labora ITES. Para isso, como objetivos específicos, buscamos dados para caracterizar os participantes da iniciativa, de acordo com indicadores sociais, econômicos e de escolaridade; analisar o índice de vulnerabilidade social dos participantes da iniciativa segundo os critérios de inclusão em redes sociais de suporte e inclusão no trabalho; identificar apoio de redes e grupos sociais de suporte recebido pelos participantes da iniciativa; descrever e analisar o processo de desenvolvimento e consolidação da iniciativa de acordo com os princípios da Economia Solidária.

Com base na caracterização socioeconômica verificou-se que os membros associados da iniciativa de inclusão social estavam todos desempregados, dependiam de benefícios da proteção social, possuíam renda insuficiente para as despesas domésticas e pessoais e possuíam uma rede social de apoio extremamente frágil: alguns moram em abrigos, outros sozinhos e alguns residem com familiares, se relacionando apenas com a família e os profissionais do CAPS. Para Castel (1997), a partir da crise social desencadeada pela globalização da economia e pelas imposições da orientação político-econômica neoliberal, a questão social impõe-se através do desemprego estrutural em massa. Consequentemente, há a desintegração econômica causada pelo desemprego e os sujeitos acabam conhecendo um processo de ruptura em sua inserção social que tinha alicerce na integração trabalho-inserção social (CASTEL, 1997). A partir das mudanças econômicas, políticas e sociais na base causal dessa crise social do desemprego estrutural e de relações precárias de trabalho, os sujeitos podem adentrar em crescentes zonas de vulnerabilidade que são: 1-integração (empregado e inserido socialmente); 2-vulnerabilidade (desempregado ou com relações precárias de trabalho, mas ainda inserido socialmente, como na família, na assistência social, na saúde ou outro serviço); 3- assistência (apesar dos laços sociais muito enfraquecidos, ainda tem alguma ligação na sociedade) ; 4- desfiliação (desempregado e sem inserção social). Dessa forma, estando os sujeitos participantes dessa pesquisa excluídos do mercado de trabalho formal e da seguridade social, e, ainda, tendo suas redes sociais de apoio fragilizadas e

reduzidas, atendem aos critérios desenhados por Castel (1997), para estarem na zona de vulnerabilidade social. Entretanto, ao estarem no serviço de saúde, encontram-se também em zona de assistência de Castel (1997).

A caracterização socioeconômica dos membros associados da iniciativa de inclusão social apresentou prevalência do sexo masculino, solteiro, sem filhos e muitos vivendo sozinhos. Apresentando, portanto, uma acentuada fragmentação das relações familiares que acaba por promover uma vida social restritiva marcada pela lacuna do suporte familiar. Barreto, Lopes e Paula (2013), de forma similar aos nossos resultados trazem que os usuários de álcool e outras drogas possuem prejuízos no âmbito familiar, com desagregação de seus vínculos sociais e afetivos. Entretanto, os autores assinalam que a reconstrução dos vínculos familiares representa um processo fundamental em relação a essa população, uma vez que o grupo familiar pode ser considerado como elemento de apoio durante o percurso do tratamento do usuário (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013).

Para Fernández, Gaviglio e Adur (2012), a insustentabilidade, a perda e a falta de oportunidades para ingressar no mercado de trabalho formal é fator comum à população com problemas devido ao uso de álcool e outras substâncias. Os autores acrescentam ainda que, essa população apresenta dificuldades em poder participar de um ambiente de trabalho competitivo além de restrições em sustentar ou reintegrar seu trabalho habitual (FERNÁNDEZ; GAVIGLIO; ADUR, 2012). Fato claramente observado nesta pesquisa ao se observar os dados socioeconômicos a respeito do mercado de trabalho, em que todos os membros associados da iniciativa de inclusão social estudada estão destituídos de emprego formal.

No entanto, para Aranha e Silva (2012) os usuários de saúde mental anseiam por trabalhar e “trabalhar de verdade” (p. 97). A autora faz tal afirmação querendo significar que o anseio é por trabalho com valor social e não por trabalho usado com fins terapêuticos ou como mero preenchimento do tempo. Nesse sentido, projetos de oficinas de geração de renda vinculados aos CAPS e outras entidades tem se mostrado importante meio de inserção laboral e conquista de cidadania para populações vulneráveis (LUSSI; PEREIRA, 2011). O que corrobora também Saraceno (1999), quando afirma que a RP, propõe que a desinstitucionalização abra

caminhos para a restituição da subjetividade, a recuperação da contratualidade e a posse de recursos para trocas sociais, abrindo possibilidades para a cidadania.

O trabalho é a forma mais humanizada de se viver a humanidade, afirma Aranha e Silva (2012). Para a autora, os seres humanos, por meio do trabalho, realizam o que desejam e o que precisam de acordo com seus interesses e, isto nada mais é, que uma dimensão criativa, emancipatória, exploratória, protagonista, desafiadora e transformadora. Essa dimensão definida por Aranha e Silva (2012), corrobora os dados da observação participante e registros em diário de campo, que trazem a apropriação dos membros associados a respeito de seu trabalho, reafirmando-o de forma a demonstrar com satisfação seu pertencimento ao EES. Verifica-se, com base nos relatos o caráter emancipatório e protagonista que os sujeitos afirmam ao pertencerem ao EES, que foi objeto de estudo dessa dissertação.

O trabalho representa para os membros associados um meio de apropriação de identidades, restituição do “eu”; é desafiadora por retirá-los de cenários excludentes e transformadora por inseri-los ou recolocá-los em novos espaços sociais. Na análise das entrevistas semiestruturadas, foi possível identificar, que todos os participantes associados consideravam-se pertencentes à iniciativa estudada de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária.

Neste contexto, Lussi e Morato (2012) apresentam um estudo com usuários de serviços de saúde mental, inseridos em projetos vinculados à Economia Solidária, em relação à sua significação do trabalho. As significações mais relevantes foram: o sentido potencial do trabalho na direção de produção de vida, o trabalho como transformador na vida dos usuários, evidenciado pelo seu potencial de aprendizagem e a constituição dos conceitos de trabalho coletivo, ajuda mútua, divisão igualitária, satisfação pessoal e a realização e percepção de um trabalho mais humano. O sentido de ajuda mútua e divisão igualitária está expresso em trechos das falas dos membros associados, na categoria empírica “5.2.2.1 O conhecimento em Economia Solidária, a prática cotidiana e o saber dos associados”, bem como consta nos registros de diário de campo elaborado pela pesquisadora. A satisfação pessoal, a realização e percepção de um trabalho mais humano pode ser

observado através de trechos das falas dos membros associados na categoria empírica “5.2.4.3 Investimento pessoal na iniciativa de inclusão social pelo trabalho”.

Na perspectiva da Economia solidária, um novo sentido pode ser atribuído ao conceito de trabalho, que vai além da aquisição de meios de subsistência: a definição de um espaço de autoconstrução dos sujeitos, atrelada ao ideal da autogestão e a abolição da hierarquia e relações verticalizadas de poder, características comuns ao trabalho tradicional capitalista (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013). O que vai de encontro aos resultados deste estudo, evidenciados pela categoria empírica “5.2.2.1 O conhecimento em Economia Solidária, a prática cotidiana e o saber dos associados”. Sendo assim, os autores Barreto, Lopes e Paula (2013) consideram a Economia Solidária como uma alternativa que orienta a organização do trabalho para a população em uso problemático de álcool e outras drogas. Trata-se da concepção do trabalho como elo que permite ao sujeito sentir-se pertencente novamente de seu cenário social. O movimento da Economia Solidária permite o resgate de laços, o aprendizado a viver em comunidade, bem como a ressignificação do trabalho e seus produtos.

O engajamento dos portadores de sofrimento mental em projetos fundamentados pela Economia Solidária permite contribuir para a superação da subordinação e fragilidades dessa população, permite a construção de novas significações de vida, além da participação social autônoma com a singularidade que cada indivíduo atribui ao seu trabalho (CAMPOS et al., 2015). Barreto, Lopes e Paula (2013), contextualizam que uma questão fundamental do movimento da Economia Solidária é a gestão democrática, onde todos os participantes têm poder de voz sob as decisões da organização. Essas decisões no âmbito do coletivo e a oportunidade de vivenciar uma relação de igualdade dentro de um empreendimento, por exemplo, pode ser importante fator no despertar de interesses dos membros associados. A contextualização dos autores Barreto, Lopes e Paula (2013), vai ao encontro dos nossos resultados que reiteram a compreensão e a valorização do EES ao qual pertencem, ressaltando valores de associativismo e cooperação.

Referente à renda da população estudada, alguns membros associados encontravam-se sem qualquer fonte de renda, ou vivem com renda muito baixa, com

base em benefícios da proteção social. O que corrobora Ferro, Macedo e Loureiro (2015) em que alguns dos sujeitos do empreendimento pelos autores estudado, estavam protegidos por benefícios sociais e previdenciários.

Na presente pesquisa, apesar de todos associados estarem inseridos em um EES, até o momento da pesquisa, este não podia corresponder a uma renda que lhes pudesse propiciar uma vida econômica autônoma, corroborando o estudo de Cordeiro et al. (2006) e de Ferro, Macedo e Loureiro (2015) que compartilham que a renda dos grupos incubados é baixa, dificultando a inserção dos produtos no mercado. Lussi e Pereira (2011) compartilham da questão, afirmando que muitas experiências em Economia Solidária ainda são frágeis, isoladas e com escassas condições de gerar renda suficiente aos associados. Os dados socioeconômicos deste estudo apontaram ainda que a renda familiar para muitos membros não era suficiente para cobrir as despesas mínimas da família.

Nesse contexto, Aranha e Silva (2012), afirma que uma das formas de garantir renda da população usuária dos serviços de saúde mental é se valer dos sistemas de proteção social e previdência, direitos básicos dos cidadãos, como o auxílio-doença, auxílio transporte e aposentadoria. O que é semelhante aos nossos resultados, os quais apontaram que alguns membros associados da iniciativa utilizam programas assistenciais do governo (66,6% dos entrevistados). Os programas utilizados foram a LOAS, o auxílio-doença e o Bolsa Família e a renda garantida através destes programas variou entre R\$50,00 (cinquenta Reais) a R\$1.000,00 (um mil Reais). Neste contexto, Moraes e Castro-Silva (2016), afirmam que a questão financeira é essencial para construir o ideal de autonomia e independência dos usuários dos serviços de saúde mental.

No mesmo sentido, a Comissão de Determinantes Sociais da Saúde (CSDH), da OMS mostra como a estrutura das sociedades afeta a saúde de pessoas e populações, afirmando que os sistemas de proteção social são instrumentos potentes no enfrentamento das desigualdades em saúde, as quais estão expostas grupos em vulnerabilidade social (SOLAR; IRWIN, 2010). Para a CSDH, mecanismos estruturais causam estratificação social e diferentes classes sociais que definem a posição socioeconômica dos indivíduos nas hierarquias de poder, prestígio e acesso a recursos (SOLAR; IRWIN, 2010). Esse acesso diferenciado a

recursos necessários a uma boa qualidade de vida gera iniquidades, as quais afetam a saúde de pessoas dos grupos de classes sociais mais baixas na estratificação (SOLAR; IRWIN, 2010). Como verificado neste estudo, os participantes dependem do sistema de proteção social, que cumprem um importante papel para facilitar esses acessos a recursos necessários a uma vida digna.

Outro aspecto importante verificado por este estudo diz respeito à questão de moradia que vulnerabiliza ainda mais essa população. Os resultados mostraram que os membros associados residem em pensões e outros vivem abrigados em equipamentos da Assistência Social do município de Ribeirão Preto, como a Cetrem. O fato reafirma a condição de extrema vulnerabilidade a qual estes sujeitos se encontram: marginalizados do mercado formal de trabalho, rendas baixas e insuficientes para suas subsistências, ser usuário problemático de álcool e outras drogas e também, destituídos de uma moradia digna e que atenda às suas necessidades básicas e individuais.

Como um dos eixos da RP, moradia e habitat se complementam. Para Saraceno (1999, 2001), moradia é todo espaço destinado à habitação de pessoas onde o sujeito se constrói e interage. Já o *habitat* é o espaço simbólico de construção de identidades e subjetividades inerentes ao sujeito Saraceno (1999, 2001). Nessa perspectiva, para a RP a moradia, ao se constituir como um dos pilares básicos para as intervenções é ponto central de atuação para junto com os dois outros eixos, redes sociais e trabalho, compor os componentes básicos de resgate de autonomia e cidadania (SARACENO, 1999, 2001).

Muitos membros associados se referiram ao uso indiscriminado de substâncias ilícitas e bebidas alcoólicas como aspecto negativo prevalente em seus bairros. Este dado potencializa a vulnerabilidade social desses sujeitos, pois além da precária condição de moradia, o meio ambiente, vizinhança ou o cenário comunitário mostram-se desfavoráveis ao seu bem-estar, vulnerabilizando-os sob diferentes aspectos.

Nesse sentido, Solar e Irwin (2010), definem a qualidade de moradia e de vizinhança, o potencial de consumo, o ambiente físico de trabalho, os estressores psicossociais, relacionamentos estressantes, enfrentamento, suporte social, nutrição, atividade física, consumo de tabaco e álcool, fatores genéticos e o próprio

sistema de saúde, como determinantes sociais de saúde. Ou seja, percebe-se que para essas pessoas, cuja condição de saúde é o uso problemático de drogas, viver em uma vizinhança, em que o consumo e disponibilidade de drogas são altos, aumenta consideravelmente o índice de vulnerabilidade, bem como piora sua condição de saúde de forma exponencial.

Segundo o referencial dos determinantes sociais da saúde (DSS), esquematizados pela OMS, os mecanismos sociais, econômicos e políticos dão origem a um contínuo de posições socioeconômicas, nas quais as populações são estratificadas de acordo com a renda, ocupação, raça/etnia, educação e gênero (SOLAR; IRWIN, 2010). Essas posições permitem estruturar determinantes específicos do estado de saúde que refletem o lugar dos indivíduos nas hierarquias sociais. Os indivíduos colocam-se em diferenças na exposição e vulnerabilidade de saúde de acordo com seu *status* social. Esse mecanismo é uma rua de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que os determinantes sociais afetam a saúde de pessoas e grupos, uma vez adquirida a doença, essa pode afetar as oportunidades de emprego e reduzir a renda dos indivíduos, fazendo com que tenham um retrocesso em sua posição social (SOLAR; IRWIN, 2010). Os dados socioeconômicos, relacionados aos membros da EES, confirmam essa discussão ligada aos DSS, uma vez que apontaram na direção acima discutida, pois, além de comporem uma faixa socioeconômica baixa na estratificação social, estavam expostos a preconceitos devido ao desemprego, situação de saúde, etnia e escolaridade baixa, entre outros aspectos.

Suas redes sociais de suporte também são frágeis. Verificou-se que a rotina desses sujeitos é restrita entre as atividades do CAPS (e entre os participantes membros da iniciativa) e o domicílio. Trata-se de uma vida social muito limitada, característica ainda marcante para esta população, que se abstém de se colocar em novos espaços sociais. Eriksson (2011) corrobora o fato ao partilhar que o capital social é a capacidade dos indivíduos em beneficiar-se através da sua participação em redes sociais de suporte e outras estruturas sociais. Dessa maneira, quando pertencentes a essas redes, os diferentes atores podem usufruir de benefícios e recursos que seriam impossíveis na sua inexistência.

O capital social, que se define como malha de vínculos sociais comunitários de solidariedade e coesão social é apontado pela OMS e sua CSDH como elemento de ligação entre os determinantes sociais estruturais e os intermediários da saúde, porque constitui elemento importante de fortalecimento e combate a vulnerabilidade social (SOLAR; IRWIN, 2010). Este capital instigou reflexões sobre o papel do Estado no acesso a equidade, cuja função essencial para a política de saúde é promover as relações de cooperação entre indivíduos e instituições. O Estado deve responsabilizar-se em desenvolver sistemas flexíveis que promovam o acesso e a participação dos indivíduos (SOLAR; IRWIN, 2010).

Tratando-se das dificuldades apontadas pelos sujeitos da pesquisa, a rotatividade, característica comum de serviços como os CAPS-ad II, foi a principal dificuldade enfrentada pelo grupo, a qual inviabiliza a programação e o andamento das atividades da iniciativa. Entradas e saídas constantes fazem parte da rotina desse empreendimento, pois usuários têm seu projeto terapêutico singular reduzido (o que significa a menor frequência no CAPS-ad II para seu acompanhamento terapêutico) e novos usuários adentram no serviço, bem como, o aparecimento de trabalhos esporádicos informais ou não.

O fato vai ao encontro do estudo de Lopes e Maciel (2012), que ao acompanhar um EES desenvolvido em um bairro marcado por intensa vulnerabilidade social em um município do estado de Santa Catarina, verificaram que a principal fragilidade que causava maior impacto negativo no empreendimento era a rotatividade de associados. As autoras complementam que no início das atividades o empreendimento, cuja principal atividade era a costura e customização de tecidos, era composto por 15 cooperadas e, ao final do projeto, restavam apenas 6 (LOPES; MACIEL, 2012). Prado e Oliveira (2000) estudaram um empreendimento no estado mineiro, formado por mulheres donas-de-casa, que dependiam do EES para contribuir com a renda familiar. A rotatividade de mulheres também foi muito frequente. Ao participarem do empreendimento, elas tiveram a oportunidade de se especializarem no ramo da costura e, após, qualificadas para a atividade, optavam por trabalhar em empresas privadas em razão dos rendimentos serem maiores do que os adquiridos pelo EES (PRADO; OLIVEIRA, 2000).

A rotatividade de pessoas em EES pode trazer prejuízos diversos para a organização: prejudica a produção seja pelo número reduzido de associados, seja pela evasão de trabalhadores experientes (MOISÉS, 2009). No caso do EES estudado a rotatividade se deve as fragilidades mencionadas, mas também as características intrínsecas da população associada ao EES estudado, tais como: o problema específico de saúde que os acomete; o EES estar locado em um serviço de saúde, dificultando a compreensão do empreendimento como sendo trabalho e não terapia, assim como após a alta os sujeitos entenderem que não devem mais participar e então desistirem do tratamento e do serviço.

Outra dificuldade apontada pela profissional coordenadora e pelos membros da Co-Labora diz respeito aos diferentes perfis dos membros associados. A entrada de pessoas sem uma prévia avaliação de seus perfis caracterizou outra dificuldade apontada nas falas dos respondentes. O estudo de Campos, et al. (2015), compartilha deste dado ao mencionar que o perfil dos usuários era bastante diverso, no que se refere aos seus históricos de trabalho. Os diferentes perfis dos membros associados do EES estudado somados aos diferentes momentos no tratamento geraram dificuldades com a compreensão do sentido da Economia Solidária, impedindo que o empreendimento se diferenciasse das demais oficinas terapêuticas oferecidas pelo CAPS. Além de dificultar a consolidação do empreendimento.

As mudanças na condição clínica e mental destes associados, dificuldades com as habilidades manuais e cognitivas foram apontadas pelos membros da Co-Labora e pelos próprios membros associados da iniciativa como dificuldades enfrentadas. Os efeitos adversos, provocados pelo uso de substâncias e pelas medicações psicotrópicas, podem afetar a motricidade destes sujeitos. Na observação participante, foi possível notar a presença de tremores de extremidades em determinados sujeitos ao executarem suas atividades de produção. O fato pode interferir negativamente no preparo final do produto e comprometer seu potencial de venda. A dificuldade com a cognição está diretamente relacionada com a baixa escolaridade, a pobreza e vulnerabilidade social destes sujeitos. No campo das habilidades cognitivas, os associados pontuaram a dificuldade de memorização, para encontrar endereços e a dificuldade na compreensão da mensagem transmitida pela incubadora no processo de formação em Economia Solidária.

De forma similar aos nossos dados, Ferro, Macedo e Loureiro (2015), defendem que se deve proporcionar sistemas e funcionamentos baseados na lógica da solidariedade a fim de permitir que os indivíduos marcados por diversas limitações, advindas sejam das suas condições de saúde, sejam de suas condições sociais, étnicas, etárias etc., possam ser inseridos no mundo do trabalho, tomando pra si a diversidade em sua ordem pragmática.

Compartilhando ainda com os dados do presente estudo, Silva e Ferigato (2017), pesquisaram um grupo de oficinas de trabalho, baseado na perspectiva da Economia Solidária, com população usuária dos serviços de saúde mental, no interior do estado de São Paulo. O estudo traz que os oficineiros (terminologia utilizada pelas autoras para se referenciar aos membros das oficinas de trabalho) encontram-se em desvantagem social em decorrência de seu processo de adoecimento. Ao serem inseridos no tratamento e na oficina de trabalho esses sujeitos encontram a satisfação de suas necessidades para melhorar sua condição de vida, de saúde e de se estabelecerem em um território. As autoras, (SILVA; FERIGATO, 2017), concluem que um sujeito portador de sofrimento mental necessita de um trabalho por ser cidadão e não somente por ser portador de uma doença.

Outro obstáculo verificado foi em relação ao discurso sobre a perspectiva teórica da Economia Solidária. De acordo com as falas das entrevistas semiestruturadas dos membros associados da iniciativa de inclusão social, verificou-se que eles apresentavam dificuldade para compreender sobre a conceituação teórica da Economia Solidária. Em uma perspectiva teórico-conceitual, quando considerados do ponto de vista acadêmico-científico, essa dificuldade de compreensão pode estar relacionada com os dados sobre o nível de escolaridade desta população (Tabela 3), onde 33,3% dos membros associados possuem primeiro grau incompleto. A dificuldade na compreensão do sentido teórico-conceitual da temática foi apresentada anteriormente na categoria analítica “5.2.2 A contextualização da Economia Solidária sob a ótica do associado”. Essa dificuldade de compreensão teórica pode ser relacionada aos perfis de usuários voltados para a produção e execução de tarefas e não para perfis de pessoas que conseguem se colocar em espaços de discussão.

Entretanto, se olharmos sob outra perspectiva, ou seja, se ao invés do conhecimento cognitivista científico, olharmos pelo prisma de uma racionalidade prática (AYRES, 2007, 2008) o que caracterizou o conhecimento sobre Economia Solidária dos sujeitos associados do EES não foi a racionalidade teórica e conceitual a respeito da temática, mas sim uma sabedoria em Economia Solidária. Os associados da iniciativa possuem ricas vivências e boa compreensão a respeito do tema. Eles vivem os princípios da Economia Solidária no cotidiano de suas funções, o que pôde ser claramente observado nas suas verbalizações, terminologias ou elementos textuais. Estes sujeitos compreendem o sentido de grupo, possuem sentimento de pertencimento ao empreendimento, vivem o sentido de cooperativa, autogestão, geração de renda, ajuda mútua, divisão igualitária de recursos na prática cotidiana do grupo. Os valores éticos expressados nas falas como a união, a comunhão, a disciplina e o respeito puderam ser observados em diversas colocações e enriquecem o saber desta população sobre a Economia Solidária.

No discurso cognitivista-científico dos sujeitos provenientes da universidade essa inaptidão dos membros associados ao EES é avaliada através desse viés de incapacidade e não como outro discurso, outro horizonte cultural, o qual se mostra através de uma sabedoria prática e não de esquemas teórico-conceituais próprios da academia. Essa sabedoria prática, a qual já foi apontada anteriormente na subcategoria empírica “5.2.2.1.1 Valores éticos que se compatibilizam com a Economia Solidária” e associada a questão da escolaridade, mostra que os membros associados do EES estudado não são familiarizados com o discurso acadêmico-científico, mas possuem uma sabedoria prática sobre a Economia Solidária e suas representações são de um universo simbólico e cultural diferente da academia. Essa visão foi apontada pela coordenadora do projeto quando relata que os universitários membros da Co-Labora não eram capazes de passar as mensagens e que os associados não conseguiam recebê-las, dessa forma vê-se a questão das diferenças entre horizontes culturais como uma importante questão a ser elaborada e aprofundada em estudos futuros.

Ayres (2009) discute esta questão relacionada às dificuldades dos horizontes culturais entre profissionais e indivíduos. Para o autor, “sujeitos são diálogos”

(AYRES, 2009, p. 28) e encara com intenso desconforto a atitude dos profissionais de buscar estabelecer um diálogo com as populações em favor dos talentos e competências profissionais. O que pode ser interpretado como uma falha na comunicação ou dificuldade dos indivíduos em compreender e aderir ao diálogo proposto pelos profissionais. Para se enriquecer o diálogo é necessário que os profissionais reflitam sobre sua linguagem. Uma das situações mais desafiadoras é superar as barreiras linguísticas que o jargão técnico impõe ao intercâmbio profissional-população (AYRES, 2009).

Cordeiro et al., (2010) contextualizam que a aplicabilidade dos conceitos da Economia Solidária é uma tarefa nada simples, uma vez que seus associados são provenientes de uma cultura muito diferente e individualista. Os autores sugerem que o processo de formação dessas iniciativas deva ocorrer mediante capacitação continuada e não englobar apenas as concepções técnico-administrativas do empreendimento, mas também as políticas, econômicas e sociais, assim como a assessoria jurídica, o desenvolvimento de tecnologias, a elaboração de projeto, articulação de parcerias e a qualidade dos produtos.

Através da análise das entrevistas semiestruturadas, percebe-se nos discursos dos participantes acadêmicos o senso comum e uma visão com viés ideológico, ainda remanescente do capitalismo em se desejar pessoas tidas como aptas para se incubar. Há uma crença inconsciente e ideológica, ligada aos valores do capitalismo, a partir da qual as pessoas em tratamento mental são incapazes para o trabalho, porque ainda concebem o trabalho apenas como gerador de riquezas para a economia, subvalorizam o trabalho-realização-subjetivação e não conseguem enxergar que essas pessoas em vulnerabilidade social são capazes para o trabalho, mas sob outra perspectiva não capitalista e de mercado. Os vieses ideológicos capitalistas refletem uma concepção do trabalho e da economia ainda sob o prisma do capital não estão apenas na sociedade em geral, mas também estão arraigadas nos associados do empreendimento estudado, e, principalmente, nos sujeitos provenientes da universidade, que são membros da incubadora.

Esses vieses ideológicos foram sucintamente trabalhados no estudo de Tolfo e Piccinini (2007) que afirmam que se um indivíduo reconhecer o trabalho somente pelo prisma da obrigatoriedade, sobrevivência e garantia de aquisições, se tornará

apenas um produtor e consumidor de capital, incapaz de reconhecer esse trabalho como categoria integradora, meio pelo qual pode reconhecer-se como indivíduo e ser social. Além de não ser capaz de atribuir ao seu trabalho significados e sentidos positivos ao seu fazer (TOLFO; PICCININI, 2007). Nesse sentido, o trabalho pode ser influenciado por variáveis subjetivas: o significado do trabalho para o indivíduo; o valor que o indivíduo atribui ao trabalho; valores éticos individuais e o motivo pelo qual se trabalha. Essas variáveis são fortemente influenciadas pelo meio cultural e social ao qual os indivíduos estão inseridos (TOLFO; PICCININI, 2006).

Outra dificuldade evidenciada através das falas das entrevistas semiestruturadas foi a limitação dos recursos financeiros, humanos e de transporte. A limitação com recursos de transporte dos associados impede que muitos possam participar ativamente das Feiras de Economia Solidária. Esta dificuldade foi também uma fragilidade apontada no estudo de Mazaro (2017), o que dificultou a comercialização em Feiras em municípios vizinhos. Se as dificuldades com transporte ou locomoção até as Feiras não são sanadas, estes sujeitos permanecem em seus perfis de produção e execução, sem a oportunidade de se colocarem em espaços de discussão, como já mencionado, de ampliação de suas vivências, de se apresentarem em um mercado com um produto elaborado por eles mesmos.

A respeito das dificuldades com o transporte destes sujeitos, o segundo Mapeamento de Economia Solidária, dos EES brasileiros, em parceria entre SENAES e FBES, elencou os principais fatores dificultadores destes empreendimentos: a falta de capital de giro, a estrutura inadequada para as atividades comerciais e o elevado custo do transporte (SILVA; CARNEIRO, 2014). Assim, nota-se que o direito constitucional de mobilidade urbana, garantida pela Lei n. 12.587, de 03 de janeiro de 2012, está sendo violado, uma vez que a Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivo a integração entre os diversos meios de transporte e condições de melhoria da mobilidade e acessibilidade dos indivíduos nos municípios (BRASIL, 2012b). Nesse sentido, Solar e Irwin (2010), compartilham que os processos econômicos e as decisões políticas estabelecem os moldes da infraestrutura pública, como a educação, saúde, meio ambiente, alimentação, moradia, saúde ocupacional, como também, transporte. Portanto, a desigualdade de renda entre as populações são condições materiais que afetam a saúde dos indivíduos, assim como sua mobilidade urbana e transporte para acessar

serviços públicos como de saúde, assistência social, entre outros (SOLAR; IRWIN, 2010).

Em relação à presença da participante coordenadora na iniciativa de inclusão social pelo trabalho, gerou opiniões divergentes entre os sujeitos pesquisados. De um lado, alguns julgaram a atuação da coordenadora como facilitadora e como parte da rede social de suporte para o empreendimento, como pôde ser verificado através da apresentação da categoria “5.2.5.2 A coordenação profissional técnica do serviço como suporte”, e, por outro lado, a subcategoria empírica: “5.2.8.4.3 A presença do coordenador da iniciativa no EES”, apresentou a opinião de alguns sujeitos entrevistados que tratavam da cautela que se deve ter com essa relação coordenadora-associados para que não se torne dependente e as referências terapêuticas não prejudiquem o empreendimento. Opiniões divergentes, mas que devem ser analisadas cuidadosamente.

As atividades realizadas nos serviços de saúde mental, como no caso do CAPS-ad II de Ribeirão Preto, muitas vezes, necessitam ser direcionadas pelos profissionais do serviço, de acordo com as características e demandas singulares de cada participante e suas necessidades levantadas por parte da equipe. Em um tratamento para o uso abusivo de álcool e outras drogas é comum que o participante se sinta perdido ou deslocado em seu novo meio. O apoio do profissional na condução do projeto terapêutico é de extrema importância, pois, muitas vezes, permite a primeira aproximação do indivíduo a novas experiências. Os dados da observação participante apresentam os membros associados da iniciativa manifestando necessidade da condução desta profissional frequentemente em suas atividades produtivas e assembleias, bem como para manter o foco nos objetivos do empreendimento.

Cordeiro et al., (2010), contextualizam que para a continuidade da formação em Economia Solidária dos grupos incubados, faz-se necessária a realização de leituras e grupos de estudos a respeito da temática e apontam que as discussões sejam sempre orientadas pela presença de um profissional que tenha domínio sobre o assunto.

A pesquisa de Ferro, Macedo e Loureiro (2015), traz que vários usuários do serviço de saúde mental chegam à unidade através da orientação de um

profissional. O que vem de encontro ao estudo de Campos, et al. (2015), os quais apresentaram um estudo com um EES que teve sua iniciação formativa e experimental com a presença de profissionais do projeto.

Analisando trechos das falas das entrevistas realizadas com os membros da Co-Labora, infere-se que iniciativas de inclusão social, formadas por indivíduos com problemas devido ao uso intenso de álcool e outras drogas, para não reproduzirem as características terapêuticas do serviço de saúde mental, necessitam conciliar o lado humano, relacional, as habilidades manuais e cognitivas com a oferta de mercado e a viabilidade econômica. Faz-se necessário explorar o consumo consciente e valor de causa dos produtos dos EES. As atividades econômicas solidárias devem ser prazerosas, inclusivas e com respeito às limitações de seus associados. Assim, a atuação de um profissional do serviço de saúde mental é importante para que esses empreendimentos tenham este direcionamento. Mas, esta atuação deve ser pontual, com o objetivo de atender demandas específicas e individuais dos associados, promovendo sempre a autonomia, a independência das contaminações terapêuticas dos serviços de saúde mental e incentivando, a todo o momento, a prática dos princípios da Economia Solidária, até que estes grupos possam ser autogeridos.

Ferro, Macedo e Loureiro (2015), apontam que o profissional deve buscar equilíbrio entre seus diferentes papéis no caminho para a consolidação de um EES. Ao se propor a autogestão destes empreendimentos, o profissional não deve se posicionar como chefe, mesmo com ações dirigidas a estruturar o empreendimento, ele deve atentar-se a não permitir a verticalização das relações e para a necessidade constante da formação em Economia Solidária. Para os autores, caso a vinculação ao grupo permita que este profissional tenha poder de voz nestes empreendimentos, como qualquer outro integrante, a igualdade e a democracia devem ser reafirmadas constantemente no grupo. Por sua vez, ele deve proporcionar acolhimento aos cooperados diante às dificuldades expressas e vivenciadas pelo grupo (FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015).

Ainda para os mesmo autores, trata-se de um horizonte pragmático, trabalho está longe de ser considerado algo simples por sua constante e singular elaboração. Portanto, cabe ao profissional que acompanha esses EES, elaborar no âmbito

coletivo contratações e *modus operandi* que proporcionem espaço para a solidificação da solidariedade das relações (FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015). O profissional que acompanha os EES formados por usuários dos serviços de saúde mental deve ser capaz de reconhecer as possibilidades do território e associar essas potencialidades aos projetos terapêuticos dos usuários destes serviços em uma relação dialógica. São ações coletivas e parcerias que não devem resumir-se a um diagnóstico impessoal, inflexível, formalizado pelo seu preenchimento em um “papel com timbre institucional” (FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015, p. 110).

Diante o que afirmam Cordeiro, et al., (2010), para a continuidade da formação em Economia Solidária dos grupos incubados, faz-se necessária a realização de leituras e grupos de estudos a respeito da temática e que as discussões sejam sempre orientadas pela presença de um profissional que tenha domínio sobre o assunto. Ferro, Macedo e Loureiro (2015), compartilham que para a formação em Economia Solidária, as ações devem ser continuadas e longitudinais.

Os membros da Co-Labora chamam a atenção para o fato da iniciativa acontecer dentro de um serviço de saúde mental ser um dificultador ao sucesso do empreendimento. Como já contextualizado, ficou claro que a população que frequenta estes espaços necessita de um direcionamento de um profissional do serviço, por mais que estejam engajados em atividades econômicas solidárias e o ideal é que estes grupos acontecessem fora dos espaços de saúde. Estar dentro de um serviço de saúde mental, como o CAPS-ad II, sob coordenação de um profissional, representa importante vínculo e referência para os usuários. No entanto, até que medida essa relação é benéfica para o empreendimento? Torna-se imprescindível que esta coordenação aconteça, com a referência do CAPS, mas oferecendo o máximo de autonomia possível para que estes grupos possam, de fato, se colocar como um EES. Assim como, o empreendimento não deve perder de vista a busca por um espaço de produção fora do serviço de saúde, um espaço próprio e/ou com outros empreendimentos de Economia Solidária.

Fernández, Gaviglio e Adur (2012), se posicionam ao afirmarem que essas empresas devem ser colocadas dentro e fora dos espaços de saúde, como em organizações, associações de vizinhos, com o apoio do Estado e o suporte técnico e humano das universidades, incentivando o empreendedorismo dos cooperados e

sua participação ativa no trabalho econômico solidário. Mas como esta iniciativa pode se consolidar como um EES, reunindo-se uma vez por semana por um tempo determinado? Esta é uma questão institucional do CAPS-ad II e uma proposta intermediária apontada pelos membros da Co-Labora. Enquanto não se consegue o espaço externo ao CAPS, é necessário que o serviço disponibilize mais horas para que estes associados possam executar seu trabalho, com a sala disponível pelo tempo necessário e um profissional coordenador disponível para acompanhar.

O manejo do dinheiro foi também uma dificuldade apresentada através das entrevistas semiestruturadas e esta é uma questão que precisa ser trabalhada individualmente e cuidadosamente com cada membro associado da iniciativa. Quanto ao grupo estudado, alguns sujeitos preferem não responsabilizarem-se pelo dinheiro do coletivo, outros, o fazem sem qualquer contratempo. Entretanto, importante destacar o fato ocorrido, narrado detalhadamente nos registros da observação participante, onde um membro associado ao responsabilizar-se pelo dinheiro adquirido em uma determinada Feira teve toda a quantia furtada, se responsabilizou e ressarciu o grupo. Nota-se aqui o compromisso que estes sujeitos têm com o empreendimento, a postura solidária e a vivência de todos os valores éticos expressados pelos membros associados nas entrevistas semiestruturadas, como a união, ajuda mútua, solidariedade e o viver em grupo.

Essa preocupação com o dinheiro foi vista por Barreto, Lopes e Paula (2013) que desenvolveram uma pesquisa e identificaram a dificuldade dos usuários em lidar com o dinheiro. Os autores afirmam que essa relação é evidentemente problemática, podendo representar futuras recaídas. O dinheiro é algo perturbador para os indivíduos com problemas em decorrência do uso de álcool e outras drogas, pois não metaforiza a falta, muito menos um equivalente universal, para os autores, dinheiro significa álcool ou droga (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013). Assim, a aquisição de renda garantida por alguma atividade econômica pode prejudicar o tratamento, levando o indivíduo a possíveis recaídas, Barreto, Lopes e Paula (2013). Destaca-se aqui, a proposta da Reforma Psiquiátrica que preza pela inserção social pelo trabalho, a qual deve estar presente ao final do processo de tratamento, momento em que estes sujeitos se encontram em processo de estabilização. No presente estudo, as recaídas no uso de álcool e outras drogas foram uma dificuldade verificada nas falas da participante coordenadora.

O objetivo da incubadora não era formar associados meramente executores de tarefas, mas sim, prepará-los para compreender o significado de uma economia voltada para a solidariedade e a autogestão, incentivar o poder de voz, integrar e engajar seus membros em espaços de discussões. Fazia-se necessário a compreensão do processo como um todo, o que reflete diretamente nas Feiras de Economia Solidária. A Feira foi e continua sendo, inegavelmente, uma grande conquista do município de Ribeirão Preto para os EES. De acordo com Andrade et al., (2013), a participação em Feiras de Economia Solidária e o exercício do cooperativismo abrem caminhos para a possibilidade de inclusão social pelo trabalho. Campos, et al. (2015) compartilham que a participação nas Feiras cria o sentido de pertencimento a um determinado espaço, permite o resgate de crenças, de histórias, de desejos e o reconhecimento no outro das possibilidades coletivamente conquistadas, com a identidade dos atores que a produzem.

A produção para as Feiras foi um dos fatores apontados, por associados de um EES, como fator de estabilidade e avanço para os empreendimentos, de acordo com estudo de Mazaro (2017). Importante destacar que a SENAES incentiva a criação de redes de EES e proporciona ajuda material à comercialização dos produtos em Feiras de Economia Solidária nas esferas local, regional e estadual (BRASIL, 2006b). Estes espaços constituídos pelas Feiras de Economia Solidária acabam por produzir um “espaço protegido” para os cooperados (MORATO; LUSI, 2015 p. 743), o que para as autoras representa uma alternativa de inclusão social pelo trabalho em um espaço que atende às demandas dos usuários, porém, trata-se de um processo ainda embrionário que levanta discussões diversas.

Torna-se necessário que estes sujeitos apresentem seus produtos em outros espaços, frequentados por mais pessoas, de outros contextos, como apresentado em trechos das falas de um membro da Co-Labora, na subcategoria “5.2.8.4.2 O espaço produtivo próprio como garantia da autonomia e a desvinculação das atividades de saúde assistenciais”. O fato ainda é um importante desafio, mas deve ser considerado para futuros objetivos a serem alcançados pelo empreendimento.

Assim, esses EES e “cooperativas protegidas não podem ser a única alternativa ou resposta possível para não correr o risco de criar ilhas de inclusão num oceano de trabalho excludente e demasiadamente hostil” (SILVA; FERIGATO,

2017, p. 810). Moraes e Castro-Silva (2016), defendem que explorar os espaços além CAPS permite a construção de um novo espaço social, capaz de se desvencilhar do estigma que os usuários dos serviços de saúde mental inevitavelmente carregam. Assim, as vendas dos produtos naturalmente aconteceriam pelo interesse do outro em adquirir um produto bem elaborado e que pode ser útil e não por despertar no outro a compaixão, dó ou caridade (MORAES; CASTRO-SILVA 2016).

Tem-se apresentado aqui, as dificuldades do processo de implementação e consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho baseado nos preceitos da Economia Solidária, do CAPS-ad II de Ribeirão Preto (SP) e sua discussão com diferentes autores da literatura científica. Em se tratando de dificuldades, Barreto, Lopes e Paula (2013) refletem que é necessário encará-las como questões reais que não devem ser ignoradas, uma vez que poderia ser considerada uma visão ingênua da realidade. É necessário trabalhar sobre as dificuldades, considerá-las menores e mais desafiadoras. Taulie e Rodrigues (2004; 2005), corroboram dizendo que esquematizar as dificuldades dos EES oportuniza a busca por padrões de causalidade em sua incidência, a fim de almejar possibilidades e caminhos para sua superação. Se esses empreendimentos conseguem manter seu funcionamento apesar de dificuldades enfrentadas, mesmo que precariamente, por longos períodos consideram-se válidas as ações de políticas públicas a fim de eliminar ou reduzir os hiatos que enfrentam, almejando resultados positivos a curto e em longo prazo (TAULIE; RODRIGUES, 2004, 2005).

Com relação às potencialidades do processo de implementação e consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho estudada, foi apontado que a bagagem técnica sobre Economia Solidária dos membros da Co-Labora e a aproximação com a coordenação do CAPS-ad II, facilitaram o processo de implementação da iniciativa, estreitando caminhos, promovendo laços e construções. O apoio da incubadora também foi pontuado como importante facilitador para o processo de construção do empreendimento, mediante disponibilização de estagiários, bolsistas, a formação e capacitação de pessoas, como principalmente, da coordenadora da iniciativa, que foi crucial para a consolidação do empreendimento. Lussi e Shiramizo (2013), compartilham ao pontuar que a atuação da incubadora é muito importante para o sucesso de um

EES, pois os sujeitos depositam nessa equipe seus sonhos, desejos e anseios e cabe a ela oferecer segurança para esses empreendimentos, proporcionar condições para que o grupo consiga atingir seus objetivos, dar suporte necessário ao mesmo tempo que promovem a autogestão.

Estudos anteriores mostraram que uma identidade ocupacional pode ser construída através da valorização do acúmulo das experiências permitindo a projeção do que as pessoas são e desejam se tornar como seres ocupacionais (FERNÁNDEZ; GAVIGLIO; ADUR, 2012). Assim, a criação da Associação Pólvora foi uma estratégia potencializadora para a consolidação da iniciativa estudada de inclusão social pelo trabalho que ainda dava seus primeiros passos no sentido de se constituir efetivamente como um espaço de trocas materiais e imateriais. Após a criação da Associação, passa a ser legitimada como EES, capaz de promover a inserção social através do trabalho, de gerar renda, de permitir a construção ou (re)construção de identidades, significados, sonhos e desejos.

Em meio ao processo de desenvolvimento da iniciativa de inclusão social, foram encontradas pelo grupo estratégias de enfrentamento para algumas dificuldades. Para solucionar a dificuldade com a rotatividade de pessoas, o grupo compreendeu que manter a atividade aberta e livre a qualquer usuário do serviço que desejasse conhecê-la, não era interessante. Estabelecer alguns critérios para a seleção de novos integrantes foi um passo importante para a consolidação da iniciativa e para que o processo de formação da Economia Solidária tivesse continuidade. Observa-se o caráter da tomada de decisões autogestionária, buscando-se viabilizar o melhor andamento da iniciativa.

Petersen, Souza e Lopes (2014) contribuem que nas atividades econômicas solidárias, todos os associados são proprietários do empreendimento, logo, todos são responsáveis pela sua gestão. Assim, a autogestão relaciona-se com a maneira que os EES são administrados. No contexto da Economia Solidária, o exercício da autogestão assemelha-se à prática da cidadania, pois em uma cooperativa, os associados organizam-se para administrar democraticamente os EES, através de votações em suas assembleias para tomadas de decisões. O exercício da autogestão possibilita aos associados o poder de voz, embora esteja delimitado ao seu campo laboral, nada impede que o poder de voz atinja outros campos da vida

dos associados, como a política, contribuindo na promoção do exercício da cidadania (PETERSEN; SOUZA; LOPES, 2014).

A formação de lideranças foi algo sempre evidente na iniciativa estudada, e foi apontada pela participante coordenadora como uma imensa potência para o empreendimento, porque é através delas que estes grupos podem se constituir como verdadeiros EES. Por mais que contem com a participação de um profissional coordenador, o fato do grupo eleger um líder os coloca em uma posição de autonomia, de representatividade e de emancipação das interferências terapêuticas do serviço. De acordo com trechos das falas das entrevistas da participante coordenadora, foi possível verificar que, mesmo para aqueles sujeitos mais passivos, estes conseguiam ser representados pelo outro, se colocar como pertencentes de um espaço de construção e, este sujeito é alguém que compartilha de históricos de vida semelhantes e não é alguém distante de sua realidade. Pauli, Bender e Zanela (2013), compartilham desta visão ao partilharem seu estudo, em que se percebeu que a liderança em EES é caracterizada pelo agir carismático, democrático, flexível, humano e o foco de suas decisões devem ser as pessoas. Para os autores, a rigidez nada se assemelha ao perfil de liderança democrática. Veronese (2011) contribui dizendo que as lideranças são processo vital para os empreendedores, e possuem a função de empoderamento de sujeitos e papel democrático.

Pauli, Bender e Zanela (2013) afirmam que o trabalho em equipe é bastante desafiador, uma vez que proporciona a interação entre espaço e sujeitos. Assim, para os EES, o desafio avança se considerarmos a responsabilidade de cada associado no exercício de sua liderança. Os gestores dos EES buscam, com maior ênfase, atuar de forma democrática e participativa, sendo a lucratividade, objetivo das lideranças das empresas convencionais capitalistas (PAULI; BENDER; ZANELA, 2013). Estar em um lugar de construção e empoderamento passa ser o sentido da vida de muitos integrantes de EES. Além da formação de lideranças, as relações solidárias, a paciência frente às limitações do outro, o cooperativismo, a ocupação e a disciplina foram apontados como elementos potencializadores para a existência da iniciativa pelos membros associados.

O estudo de Aranha e Silva (2012) afirma que o EES “O Bar Bibitantã”, formado por usuários de serviços de saúde mental na cidade de São Paulo, produz sonhos, desejos, críticas, trocas econômicas e afetivas e se consolida como meio de inclusão social. A existência do empreendimento permite maior exploração da cidade, suas riquezas e suas misérias, correlaciona a cultura, a academia, o dia a dia das ruas e comércios com a realidade de vida das pessoas em relação às suas moradias, mercados de valores individuais e coletivos.

O apoio de redes e grupos sociais de suporte foram identificados e considerados como potências para o EES estudado. Através dos dados socioeconômicos, verificou-se que a maioria dos associados procura a UBS para solucionar questões de saúde. Apesar das atividades da maioria desta população estarem restritas ao CAPS-ad II e ao domicílio, como apresentado, referenciar a UBS como mecanismo de apoio aos diversos problemas que envolvem a saúde é um ponto que merece destaque. Já que mostra que estes sujeitos conseguem relacionar-se com outros equipamentos de saúde além CAPS, apesar da fragilidade em suas relações sociais. Como rede de proteção social, têm-se os programas assistenciais do governo, utilizados pela maioria dos associados, como apresentado anteriormente. As redes sociais relatadas por estes sujeitos foram o apoio recebidos através dos irmãos (as) e do próprio CAPS-ad II (verificados através dos dados socioeconômicos e das falas das entrevistas semiestruturadas).

As redes de apoio identificadas, apontadas através das falas dos sujeitos, foram a Lei Municipal de Economia Solidária, a Feira de Economia Solidária, o Fórum, as assembleias, a atuação da participante coordenadora da iniciativa e o próprio empreendimento. Esta legitimação permitiu a consolidação da iniciativa e a ampliação do espaço ocupado pelos membros associados. Estes sujeitos, que antes estavam inseridos apenas no espaço delimitado de seu empreendimento dentro do CAPS, puderam se colocar em espaços de discussões e de debates sobre a temática no município. O que se verifica aqui, que é através de atividades econômicas ligadas à Economia Solidária o poder de voz historicamente negado pelas arcaicas instituições psiquiátricas, foi conquistado ou (re)conquistado pelos usuários de saúde mental, os marginalizados da sociedade e excluídos do mercado de trabalho.

Mediante todos os dados coletados destes sujeitos inseridos em espaços de construção de direitos, trabalho e sentidos de vida, compreende-se que é possível tornar um empreendimento, baseado na perspectiva da Economia Solidária, no contexto da saúde mental, como algo engajador, promotor de autoestima, saúde, aceitação, reconhecimento, autonomia, sentido de vida e inclusão social pelo trabalho. Apesar das limitações e dificuldades, o que realmente importa para estas iniciativas é que tenham autonomia suficiente para se constituir como EES legitimados e reconhecidos, seja pelos seus associados, seja pelos profissionais do serviço, bem como para a comunidade. Sendo assim, são inquestionáveis os avanços e benefícios sentidos para os associados do EES estudado. Enfim, é possível olhar para estes indivíduos como um todo e integrados em um espaço ocupacional sólido, consistente e que os legitime como seres pertencentes à sociedade; provedores de bens materiais e imateriais, de trocas econômicas e subjetivas onde a questão do uso de substâncias é apenas uma característica singular e não o motivo da desconstrução de suas identidades, da destituição de seus lugares na comunidade e na desapropriação de suas próprias vidas.

Em relação ao percurso histórico das políticas públicas sobre drogas no Brasil, o proibicionismo imperou por muitos anos no país (SILVA; MONTEIRO, 2014). Estratégias reguladoras do Estado remontam ao século XIX e somente em meados anos 2006 as estratégias de redução de danos, em contraposição ao modelo repressivo, se instalaram no país (BRASIL, 2006a). Foram inúmeras conquistas na área em defesa da saúde dos usuários problemáticos de álcool e outras drogas que representaram um importante avanço nas políticas públicas e no modelo do cuidar desta população. No entanto, o Brasil sempre vivenciou a ambivalência entre avanços e retrocessos no que diz respeito às conquistas de políticas públicas nesta área. Em meados anos 2010, o “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas” representou um retrocesso no modo de cuidar desta população e manteve formas militarizadas de cuidado como a internação compulsória (ALVES, 2009).

Outro destaque para esta ambivalência entre avanços e retrocessos, é o que sofreu a Política que criou a RAPS. Em meados anos 2011, a RAPS é instaurada para indivíduos com necessidades em consequência do uso do crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS (BRASIL, 2011c). A RAPS deve garantir

humanização, articulação, atendimento integral e a reabilitação psicossocial desta população (SÃO PAULO, 2015b). A RAPS foi muito significativa para os avanços nos cuidados com a população referida, permitiu olhar o indivíduo em sua integralidade, valorizando sua singularidade e o reconhecendo como integrante de uma rede de atenção à saúde. Como visto, inicialmente a RAPS significou um imenso avanço, entretanto, após o ano de 2016 vem sofrendo desmanches e tendo ameaçada sua integridade, como foi pensada. A política de redução de danos é desvalorizada e o cuidado centralizado na abstinência remonta aos tempos arcaicos (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2019; BRASIL, 2019b).

Fato marcado pela Nota Técnica Nº 11/2019 - CGMAD/DAPES/SAS/MS, publicada no mês de fevereiro pelo Ministério da Saúde (2019), diz à nova Política de Saúde Mental que agride a Reforma Psiquiátrica Brasileira, a qual é impulsionada e legitimada pela Lei 10.216/2001 (BRASIL, 2001), referenciada mundialmente em termos legais, sustentou orientações normativas para os cuidados às pessoas portadoras de sofrimento mental baseadas na articulação em redes, na liberdade e na territorialidade. Antes de apontar os desmontes que este documento propõe para as conquistas em saúde mental, faz-se necessário chamar a atenção para a forma com que a Nota Técnica nº 11/2019 foi conduzida: uma produção textual confusa, composta por “erros gramaticais, falácias como a afirmação de que um hospital psiquiátrico seja um espaço de cuidado” (COREN-BA, 2019, p. 1). Entre as mudanças na Política de Saúde Mental proposta pela Nota Técnica 11/2019 destacam-se: 1) os investimentos e incentivos do governo federal na abertura de leitos públicos em hospitais psiquiátricos, a inclusão destes hospitais como ponto de atenção da RAPS e o atendimento em ambulatorios especializados, o que permite uma “compreensão dos transtornos mentais exclusivamente sob a ótica biomédica em detrimento de uma compreensão ampliada do sofrimento” (COREN-BA, 2019, p. 1), ou seja, o modelo hospitalocêntrico, centrado na figura do médico e nas tecnologias exclusivamente farmacológicas, voltam à tona, desvalorizando abertamente o cuidado multiprofissional; 2) os investimentos nas chamadas comunidades terapêuticas, instituição manicomial para o atendimento de pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas, ferramentas de exclusão de portadores de saúde mental por distanciá-los de seus territórios, uma vez que estas comunidades localizam-se afastadas das cidades, como nas zonas rurais, além de

serem lugares de trabalho forçado e imposição religiosa; 3) a retomada da eletroconvulsoterapia (ECT), popularmente conhecida como eletrochoque, prática cientificamente questionável, porém, para os casos refratários de depressão, é considerável. O risco da retomada da ECT é a banalização de seu uso, além do simbolismo da prática punitiva e violenta que tanto assombrou (ou ainda assombra?) as vítimas de seu uso abusivo ou indevido; 4) defesa da hospitalização psiquiátrica de crianças e adolescentes, destituindo-as do seio familiar e comunitário; 5) e por fim, e tão repugnante, a centralidade da abstinência como modelo de atenção às pessoas em uso nocivo de álcool e outras drogas (CRP-SP, 2019; REIS, 2019; COREN-BA, 2019,).

O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia posiciona-se a respeito desses desmontes nas Políticas de Saúde Mental em relação à atenção focada na abstinência:

“(...) terapêutica ultrapassada que se embasa na culpabilidade do sujeito, supervalorização do fracasso, responsabilidade unilateral do usuário, relação de superioridade entre profissional-usuário, redução da autonomia e liberdade frente ao uso da substância e adaptação ao seu contexto de vida, perspectivas estas contrárias a estratégia de Redução de Danos que defende o direito de escolha do sujeito para a garantia do seu bem-estar através do suporte de uma equipe multiprofissional capaz de conduzi-lo a um uso possível e responsável.” (COREN-BA, 2019, p. 2).

As manifestações de repúdio contra a Nota Técnica supracitada (NT 11/2019) tem se originado de diversos movimentos sociais. Estamos diante de uma contrarreforma psiquiátrica (REIS, 2019). Estas alterações na Política de Saúde Mental significam uma cascata de retrocessos nas conquistas garantidas através dos esforços de pessoas das mais diversas áreas: usuários dos serviços de saúde mental, seus familiares, profissionais, agentes ligados à Economia Solidária, acadêmicos, pessoas ligadas às universidades, comunidade etc. Torna-se imprescindível que esses movimentos sociais mostrem, mais uma vez, sua força. É necessário resistência contra essas medidas que ferem os direitos constitucionais, medidas que dilaceram o sentido da RAPS e que agressivamente, destituem, mais

uma vez, o poder de voz e a liberdade de tantos sujeitos envolvidos, historicamente agredidos pela nefasta e arcaica política manicomial.

Albertim (2019) compartilha da mesma visão ao contribuir mostrando que o embrionário movimento de Luta Antimanicomial, ainda na década de 1970 foi movido por militantes e defensores da causa, já lutava por uma sociedade sem manicômios. Quase quarenta anos depois, precisamos ferozmente nos manter contrários aos interesses econômicos da medicina, da indústria farmacêutica, do fanatismo religioso e do poder inquestionável da Psiquiatria (ALBERTIM, 2019). Para o autor é um dever como cidadãos brasileiros e defensores do cuidado digno em saúde mental, nos manter a favor da Reforma Psiquiátrica, continuarmos atentos e lutando por uma sociedade que convive com o diferente, onde o cuidado em saúde mental é público, territorial, democrático, laico, poético e antimanicomial. Nosso lema agora é: “pro manicômio ninguém volta!” (ALBERTIM, 2019, p.1).

As conquistas que o movimento de saúde mental já alcançou estão sendo, de fato, desmontadas, vide notas técnicas e alterações à Lei já citadas acima. Porém, desde os primeiros passos do movimento da Reforma Psiquiátrica, que remonta à década de 1970, várias mudanças e avanços foram sendo conquistados e, principalmente, os sujeitos envolvidos foram incentivados a se apropriarem de seu poder de voz e de seus espaços na sociedade. Muitos conseguiram como foi apresentado sucintamente ao longo de todo este estudo. Estamos diante, de apenas uma experiência em saúde mental com a população usuária de álcool e outras drogas, mas ela representa o todo, a capacidade que estas iniciativas tem de permitir a inserção na sociedade através do trabalho, permitir com que seus sujeitos se coloquem em espaços antes nunca ocupados. Por fim, estamos diante de uma contrarreforma psiquiátrica. Quarenta anos se passaram e no decorrer de todos esses anos, os usuários dos serviços de saúde mental conquistaram algo que nunca será destituído deles: sua visibilidade.

Assim, percebe-se hoje um retrocesso político e de perdas democráticas para o campo da saúde mental brasileira (como o retorno do tratamento focado na abstinência e no hospital psiquiátrico, como já citado) e para a Economia Solidária que foi desmontada a partir dos anos de 2016/2017, como o rebaixamento da SENAES para subsecretaria e a transformação em departamento do Ministério da

Cidadania, conforme a Medida Provisória MP 870/2019 (BRASIL, 2019a, 2019b). Além do mais, Ribeiro (2019) traz que a Economia Solidária, dentro do Ministério da Cidadania, está associada à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana causando ainda mais divisões entre duas secretarias diferentes: o setor rural da Economia Solidária foi desatrelado do setor urbano, atualmente pertencendo ao Ministério da Agricultura, subordinado à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Esse desatrelamento entre urbano e rural esmorece a potência das políticas públicas em Economia Solidária (RIBEIRO, 2019).

E mostra-se a necessidade do movimento de Economia Solidária encontrar estratégias de enfrentamento. A presente pesquisa que desenvolveu um estudo com um EES realizado por pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas e sediado em um CAPS-ad II, apresenta as seguintes limitações: produções literárias escassas sobre a temática da Economia Solidária e populações usuárias problemáticas de álcool e outras drogas, trazer ao conhecimento apenas um empreendimento, portanto, estar baseada em um número reduzido de sujeitos pesquisados. Fato que dificultou uma discussão mais ampla das dificuldades e potencialidades que EES no contexto da saúde mental vêm enfrentando em suas trajetórias de consolidação. Outra limitação deu-se pela pesquisadora, que por não ser uma figura já vinculada ao empreendimento antes mesmo do início da pesquisa, talvez tenha colaborado com menos informações do que se já fosse membro há mais tempo, apesar do contato próximo nos meses que se seguiram com a observação participante e a ausência de nenhuma rejeição por parte do grupo. O estudo limita-se ainda por um dos membros da Co-Labora ser a professora orientadora deste estudo tendo sido excluída dos sujeitos de pesquisa e consequentemente, sendo perdidas suas informações e colaborações que, como sujeito, seriam evidentemente enriquecedoras.

Entretanto, percebe-se uma grande potencialidade do estudo pelos resultados obtidos, representado pela possibilidade de construção de um conhecimento profundo a partir dessa específica experiência para poder auxiliar em seu processo de consolidação. De certa forma, permitiu o poder de voz aos sujeitos pesquisados que puderam partilhar suas experiências para além CAPS.

Também se ressalta que o conhecimento produzido nessa pesquisa poderá ser útil para a construção de políticas públicas, para o fortalecimento da Economia Solidária e para a sociedade aprofundando a compreensão da grande potência que representa EES baseados no associativismo, na democracia nas relações de trabalho e sociais, e na cooperação entre a sociedade.

7 CONCLUSÃO

Os objetivos propostos por este estudo concentraram-se em analisar as potencialidades e dificuldades vivenciadas pela iniciativa de inclusão social pelo trabalho em Economia Solidária, desenvolvido por usuários do CAPS-ad II de Ribeirão Preto incubado pelo Co-Labora ITES. Conclui-se que todos os objetivos propostos foram atingidos e analisados, permitindo a construção deste estudo.

A descrição e análise do processo de implementação e consolidação da iniciativa de inclusão social pelo trabalho, baseada na perspectiva da Economia Solidária, permitiu um aprofundamento do conhecimento sobre esta estratégia, conhecer seus preceitos, seus sujeitos, seus valores e objetivos. Permitiu conhecer os desafios que a iniciativa esbarrou em seu processo de desenvolvimento, bem como os elementos desafiadores para a incubadora Co-Labora ITES na formação deste processo e os mecanismos de enfrentamento encontrados por ambos. Infere-se que a Co-Labora cumpre com seu papel perante a sociedade em prestar apoio e formação em Economia Solidária aos empreendimentos do município de Ribeirão Preto e atuou efetivamente no processo de implementação e consolidação da iniciativa estudada.

A presente iniciativa de inclusão social é formada por sujeitos em vulnerabilidade social, com predominância do sexo masculino, solteiro, sem filhos, baixa escolaridade, rendas inferiores a 1 salário mínimo e suas atividades são muito restritas ao CAPS-ad II e a seus domicílios. Obtém como rede social de suporte os programas assistenciais do governo, a Lei Municipal, os Fóruns, as Feiras de Economia Solidária e assembleias. Os grupos sociais de suporte são o próprio CAPS-ad II, os membros familiares e a profissional coordenadora da iniciativa de inclusão social pelo trabalho. O EES estudado apresentou dificuldades em seu processo de implementação e consolidação, mas que não devem se sobrepor às suas potencialidades e sim devem ser estudados e elaboradas vias de superação dessas dificuldades para se transformarem de dificuldades em potencialidades, com apresentado no capítulo anterior.

A rotatividade de participantes na iniciativa, somada aos diferentes perfis e momentos do tratamento para uso problemático de álcool e outras drogas, as recaídas no uso dessas substâncias, as dificuldades manuais e cognitivas, a dificuldade com memória, com as vendas, com o deslocamento até as Feiras, a

difficuldade com transporte, recursos humanos e financeiros, o relacionamento interpessoal às vezes conflituoso, a existência deste EES dentro da unidade de serviços de saúde mental, o tempo escasso dedicado às atividades produtivas e o manejo do dinheiro por parte dos membros associados, foram todas as dificuldades levantadas pelos sujeitos desta pesquisa. Entretanto, como já tratado em capítulos anteriores, o grupo sempre busca o enfrentamento de tais desafios à favor da consolidação do empreendimento e, essas atitudes de enfrentamento e busca de soluções, já são em si mesmas, potencialidades. Vale destacar que muitas dificuldades puderam ser solucionadas pelo próprio grupo.

É preciso valorizar as potencialidades encontradas nesta iniciativa tão significativa para a reinserção social destes sujeitos. A formação de lideranças, a construção de identidades e representatividades dos membros associados, o investimento pessoal na iniciativa de inclusão social, a ocupação como meio de ressignificação para o trabalho, a bagagem técnica dos membros da Co-Labora sobre Economia Solidária, a conquista do trabalho como direito e não meio terapêutico, a conquista da Lei Municipal e consequentemente dos Fóruns, Feiras e assembleias sobre Economia Solidária, a criação da Associação Pólvora, a atuação da participante coordenadora da iniciativa como meio de promoção de autonomia e a formação em Economia Solidária através da incubadora são importantes potências para a iniciativa de inclusão social do CAPS-ad II de Ribeirão Preto, experiência baseada nos preceitos da Economia Solidária.

Conclui-se que se deve olhar para as dificuldades, estudá-las para buscarem-se meios, recursos e instrumentos para superação delas e para que de dificuldades sejam transformadas em potencialidades, com base no conhecimento e experiências vividas para ultrapassá-los. As potencialidades, já existentes, representam a força do empreendimento e as conquistas que o próprio grupo alcançou e isto deve ser valorizado. Assim como, deve-se buscar pela criação e fortalecimento de políticas públicas que possam auxiliar e dar sustentáculo a tais iniciativas e responsabilizar governos e sociedade na reafirmação do direito humano inalienável ao exercício e à capacitação para o exercício da ocupação humana, representada pelo trabalho.

Apesar do retrocesso atual que o contexto e a governança têm imposto, através dos desmontes das políticas públicas, do Estado de direito, e da

democracia, infere-se na capacidade de resistência das pessoas que estão ligadas a experiência da Economia Solidária. Assim, ao debruçar sobre o percurso histórico das políticas públicas sobre drogas no Brasil, percebe-se que avanços e retrocessos marcaram este percurso histórico e mesmo assim, os usuários e pessoas ligadas aos serviços de saúde mental não esmoreceram.

A iniciativa de inclusão social pelo trabalho, baseada na perspectiva da Economia Solidária, o Artesanato Lótus tem seu grupo consolidado. Seus participantes se reconhecem e se apropriaram deste espaço. Espaço garantido e reconhecido dentro da instituição do CAPS-ad II, dentro da Feira de Economia Solidária e do Fórum, legitimados pela Associação Pólvora e pelo Movimento da Economia Solidária. E isto confere solidez ao empreendimento.

REFERÊNCIAS⁵

- ABRASME – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE MENTAL. **Construindo sujeitos, direitos e cidadania. Quem somos.** Disponível em: https://www.abrasme.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=636. Acesso em: 27 jul. 2019.
- ALBERTIM, C. Por uma sociedade sem manicômios. Continuaremos levantando a bandeira de uma sociedade que convive com as diferenças. **Brasil de fato**. Recife: PE,. 15 fev. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/15/artigo-or-por-uma-sociedade-sem-manicomios/> Acesso em: 04 dez 2019
- ALVES, V. S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2309-2319, 2009.
- AMARANTE, P. (Org.) **Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: SDE/ENSP, 1995. 143p.
- AMORIM, B. M. F. ARAÚJO, H. E. Economia solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho? **Mercado de Trabalho: Ipea**, p. 45-52, 2004. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4895/8/mt_24_8economiasolid%C3%A1ria_brasil.pdf Acesso em: 16 set. 2019.
- ANDRADE, M. C. et al. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e Economia Solidária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013.
- ANDRADE, M. C.; COSTA-ROSA, A. O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 27-41, 2014.
- AYRES, J. R. C. M. **Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde**. Ed. Roseni Pinheiro. 1. ed. Rio de Janeiro: CEPESC – IMS/UERJ – ABRASCO, 2009 (Coleção Clássicos para integralidade em saúde).
- AYRES, J. R. C. M. Para comprender el sentido práctico de las acciones de salud: contribuciones de la hermenéutica filosófica. **Salud Coletiva**, Universidad Nacional de Lanús, Argentina, v.4, 2008. p.159-172.
- AYRES, J. R. C. M. Uma concepção hermenêutica da saúde. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17 n.1, 2007. p. 43-62.
- ARANHA e SILVA, A. L. A construção de um projeto de extensão universitária no contexto das políticas públicas: saúde mental e economia solidária [tese livre docência]. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2012, 170 f.
- BARFHNECH, K. S.; MERLO, A. R. C.; NARDI, H. C. Saúde mental e Economia Solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n.2, p. 54-61, 2006.

⁵ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023:2018).

BECK, L. M.; DAVID, H. M. O abuso de drogas e o mundo do trabalho: Possibilidades de atuação para o enfermeiro. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 706 – 11, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, R., O.; LOPES, F., T.; PAULA, A., P., P. A economia solidária na inclusão de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 41-56, 2013.

BASTOS, F. I. P. M. et al. (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p.

BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 231 p.

BERGERET, J.; LEBLANC, J. **Toxicomanias: uma visão multidisciplinar**. Trad.: BAPTISTA, M. T. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, 354 p.

BERTOLETE, J. M. Em busca de uma identidade para a Reabilitação Psicossocial. In: PITTA, A. (Org.) **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. Cap. IV. p. 155-158.

BRASIL. Decreto Lei n. 891, de 25 de novembro de 1938. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1938.

BRASIL. Decreto Lei n. 54.216, de 27 de agosto de 1964. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1964.

BRASIL. Lei n. 5.726, de 29 de outubro de 1971. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1971.

BRASIL. Lei n. 6.369, de 21 de outubro de 1976. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1976.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 04 dez 2012

BRASIL. Decreto n. 4.345, de 26 de agosto de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A política de Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. 2. Ed. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília, 2005.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD. Presidência da República. Brasília: DF, Presidência da República, 2006a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas e estratégicas. Coordenação de Saúde Mental. Ministério do trabalho e emprego. Secretaria nacional de Economia Solidária. **Saúde mental e economia solidária**, 2006b.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010**. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil**. Brasília, 2011a. 106 p.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). **Prevenção ao uso indevido de drogas**: Capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. 4 ed. Brasília, 2011b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2011c. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 03 out 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.426 de 7 de janeiro de 2011**. Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD e da gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça, bem como sobre remanejamento de cargos para a Defensoria Pública da União. Brasília: Presidência da República, 2011d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7426.htm Acesso em: 11 dez 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Crack**: é possível vencer. Brasília, DF. 2012a.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana... Brasília, DF: Presidência da República, 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12587.htm. Acesso em: 04 dez 2019

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Trabalho e Emprego. (CNPq, MCTI, MTE). **Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013**. 18p. Disponível em: http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=4281 Acesso em: 4 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Publicado em 09/01/2019. Última modificação em 15/01/2019. 2019a. Leonardo Pinho e Deborah Duprat assumem presidência e vice-presidência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/janeiro/leonardo-pinho-e-deborah-duprat-assumem-presidencia-e-vice-presidencia-do-conselho-nacional-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 9.761, de 11 de abril de 2019**. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Brasília, DF: Presidência da República. 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9761.htm, Acesso em: 04 dez 2019.

BRASIL. **Ministério Da Justiça e Segurança Pública**. Políticas nacional sobre drogas. [homepage]. Brasília, DF. [20--]. Disponível em: <https://justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/politicas-sobre-drogas>. Acesso em: 04 dez 2019

BONI, V.; QUARESMA, J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC**. v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, janeiro-julho, 2005.

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CAMPOS, I. O. et al. Saúde mental e Economia Solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II. **Caderno de Terapia Ocupacional**. UFSCAR, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 411-415, 2015.

CAPS-AD II (Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas II). **Plano de Ação**. Ribeirão Preto/SP, 2015.

CARVALHO, M. C.; COIMBRA, A. L. S.; OLIVEIRA, J. M. A incubação de empreendimentos econômicos solidários na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG: *locus* privilegiado da experiência extensionista. In: **CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**, 2, 2018, São Carlos. Anais II Conpes. São Carlos: Diagrama Editorial, 2018. Disponível em <http://www.conpes.ufscar.br/anais-ii-conpes> . Acesso em: 13 Fev. 2018.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crhviewarticle.php?id=193>. Acesso em: 03 dez 2019.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 5.ed. Petrópolis, 2005.

CASTRO, E. D. et al. Atividades humanas e terapia ocupacional. In: DE CARLO, M. M. P.; BARTALOTTI, C. C. (Orgs.). **Terapia ocupacional no Brasil**: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus. Cap. 2, p. 41-59, 2001.

COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA. In: **Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia**; Open Society Institute; Instituto Fernando Henrique Cardoso; Viva Rio; Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. América-Latina, 2011. Disponível em:

http://www.drogasedemocracia.org/Arquivos/livro_port_03.pdf. Acesso em: 16 Ago. 2016.

CORAGGIO, J. L. **Economía Social Y Solidaria: El trabajo antes que el capital**. Quito: Abya Yala, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA (Coren-Ba). **Nota de repúdio à Nota Técnica 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS**. [online]. 2019. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Nota-de-rep%C3%BAdio-GT-Sa%C3%BAde-Mental.pdf>. Acesso em: 04 dez 2019

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (CRP-SP). **Nota de Repúdio à Nota Técnica Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS que dispõe Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas**. [online]. 15 fev. 2019. Disponível em: <https://crpsp.org/noticia/view/2314/nota-de-repudio-a-nota-tecnica-n-112019-cgmaddapessasms-que-dispoe-esclarecimentos-sobre-as-mudancas-na-politica-nacional-de-saude-mental-e-nas-diretrizes-da-politica-nacional-sobre-drogas>. Acesso em: 04 dez 2019.

CORDEIRO, S. M. A. et al. Incubadora tecnológica de empreendimentos solidários-INTES/Uel: histórias e desafios. In: BORINELLI, B.; do SANTOS, L. M. L.; PITAGUARI, S. O. (Orgs.). **Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional** Londrina: UEL, 2010, p. 107-117. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/2ZxZ53z230.pdf#page=155>. Acesso em: 12 nov. 2019.

COSTA, L. G.; DELL'AGLIO, D. D. A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social. In: LIBÓRIO, R. M C.; KOLLER, S. H. (Eds.), **Adolescência e juventude: risco e proteção na realidade brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 219-263.

CUNHA, G. C. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: SOUZA, A.R.; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y. (Orgs.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

CRUZ, A. Incubação de iniciativas econômicas associativas: uma agenda metodológica construída a partir da experiência In: **IV Encontro Latino-Americano de Pesquisadores em Cooperativismo** (mídia eletrônica). Rosario (Argentina): UNR/ACI, 2006.

CRUZ, M. S. **A redução de danos no cuidado ao usuário de drogas: Eixo práticas**. Portal de Formação à Distância: sujeitos, contextos e drogas. [2017]. Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201704/20170424-094500-001.pdf>. Acesso em: 04 dez 2019

DANTAS, M. S. D. A. et al. Family's abilities and difficulties in caring for children with cerebral palsy. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 33, n. 3, p. 73-80, 2012.

ELIAS, G. E. **Solidarity Economy in the context of the Nordic Welfare State** Master's. 2019. Thesis (Master's degree program in leadership for change in

specialization in governance for sustainable change). Tampere University, Faculty of Management, 2019.

ERIKSSON, M. Social capital and health: implications for health promotion. **Global health action**. v. 4: 5611. 08 feb. 2011, doi: 10.3402/gha.v4i0.5611

FAGALI, E. Q.; OLIVEIRA, M. M. V. Os desafios da aprendizagem em projetos sociais: reflexões sobre incubadoras universitárias de empreendimentos solidários com enfoque multidisciplinar. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 22, n. 23, p. 34-50, 2014.

FERNÁNDEZ, M. E.; GAVIGLIO, A.; ADUR, G. Un análisis sobre la participación en emprendimientos productivos en salud mental en el marco de la Economía Social en ciudad de Buenos Aires, Argentina. **Revista Chilena de Terapia Ocupacional**. Facultad de Medicina. Escuela de Terapia Ocupacional, v. 12, n. 2, Diciembre, 2012.

FERRO, L. F.; MACEDO, M.; LOUREIRO, M. B. Economia Solidária, Saúde Mental e a prática do terapeuta ocupacional: relatos de participantes de um grupo de geração de trabalho e renda. **Caderno de Terapia Ocupacional**. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 1, p. 101-116, 2015.

FILIZOLA, C. L. A. et al. Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 2, p. 418-25, 2011.

FIORATI, R. C. **A organização dos serviços extra-hospitalares de saúde mental, o projeto terapêutico e a inserção da reabilitação psicossocial**. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, 2010, 242 p.

FIORATI, R. C.; SAEKI, T. A inserção da reabilitação psicossocial nos serviços extra-hospitalares de saúde mental: o conflito entre racionalidade instrumental e racionalidade prática. **Revista de Terapia Ocupacional**. Universidade de São Paulo, v. 22, n. 1, p. 76-84, 2011.

FREIRE, A. M. A. Notas. In: FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GIGLIOTTI, A.; BESSA, M. A. Síndrome de dependência do álcool: critérios diagnósticos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 26, p. 11-13, 2004. Suplemento 1.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29. Mai/Jun. 1995a.

GODOY, A. A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. Mar/Abr. 1995b.

HESPANHA, P.; SANTOS, L. L. **Economia Solidária, os investigadores sociais e a crise**. Rua Larga, 34: 40-41. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

HUXLEY, A.; HOROWITZ, M.; PALMER, C. **Moksha: textos sobre psicodélicos e a experiência visionária, 1931-1963**. Ed. Globo: Rio de Janeiro, 1983.

IGLESIAS, G. V. Movimento de Economia Solidária. *In: Articulando: Sistematização de Experiências de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares/ Organização Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP: São Paulo, 2013.*

LOPES, G. S. C.; MACIEL, R. O. Cooperativismo e rotatividade dos sócios: um estudo de caso na cooperativa de produção e desenvolvimento sustentável – COOPERDUS. **Seminário de Ciências Sociais**. v. 3, n. 3, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/662/653>. Acesso em: 12 nov. 2019.

LUSSI, I. A. O.; MATSUKURA, T. S.; HAHN, M. S. Reabilitação psicossocial: Oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. **O mundo da saúde**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 185-192, 2011.

LUSSI, I. A.; MORATO, G. G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. UFSCAR, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 369-380, 2012. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2012.037>. Acesso em 02 dez 2019.

LUSSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O. Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**: v. 45, n.2, p. 515-21, 2011.

LUSSI, I. A. O.; SHIRAMIZO, C., S. Oficina integrada de geração de trabalho e renda: estratégia para formação de empreendimento econômico solidário. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 24, n. 1, p. 28-37, 2013.

MANGIA, E. F. NICÁCIO, F. Terapia ocupacional em saúde mental: tendências principais e desafios contemporâneos. *In: CARLO, M.; BERTALOTTI, C. (Orgs.). Terapia ocupacional no Brasil*. São Paulo: Plexus Editora, 2001. Cap. 3. p. 63-80.

MAZARO, L. M. **Economia solidária e inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: identificando potencialidades e fragilidades**. 2017. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**. Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MESQUITA, A. A. **Proteção social na Alta Vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas**. 2012. 219f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Estratégias) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008, 407 p.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Portaria nº 36, de 25 de janeiro de 2019. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 jan. 2019, ed. 19, seção 1, p. 2. 2019a. Disponível

em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-36-de-25-de-janeiro-de-2019-60742534> Acesso em: 04 dez 2019

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Portaria nº 13, de 4 de fevereiro de 2019. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 5 fev. 2019, ed. 25, seção 1, p. 3. 2019b. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/61984736 Acesso em: 04 dez 2019

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Residências Terapêuticas**: o que são, para que servem. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf> . Acesso em: 9 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. **Nota Técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS** Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Brasília: DF, fev. 2019. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cuidados_prevencao_drogas/obid/legislacao/nota_saudemental.pdf. Acesso em: 04 dez 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. Projeto SEMEAR, enfrentamento ao crack, álcool e outras drogas. **Decreto nº. 9.761/2019 Nova Política Nacional sobre Drogas – PNAD**. Curitiba: Paraná, [2019]. Disponível em: <http://www.site.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3282>. Acesso em: 04 dez 2019

MOLINA, R. C. M. et al. A percepção da família sobre sua presença em uma unidade de terapia intensiva pediátrica e neonatal. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. 3, p. 627-34, 2009.

MOISÉS, P. M. **O trabalho na economia solidária [manuscrito]**: estudo de caso sobre a rotatividade em uma associação de reciclagem. 2009. 163f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/TMCB-7X3MJ5>. Acesso em: 12 nov. 2019

MORAES, R. C. P.; CASTRO-SILVA, C. R. Sentidos e Processos Psicossociais envolvidos na Inclusão pelo Trabalho na Saúde Mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 3, p. 748-762, 2016.

MORATO, G. G.; LUSI, I. A. O. Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias. **Cadernos de Terapia de Ocupacional**, v. 23, n. 4, p. 733-745, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0737>. Acesso em: 11 dez 2019

OLIVEIRA, F. B.; SILVA, A. O. Enfermagem em saúde mental no contexto da reabilitação psicossocial e da interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 53, n. 4, p. 584-592, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório sobre a saúde no mundo**: Saúde mental: nova concepção, nova esperança. 2001.

PAULI, J. BENDER, N. ZANELA, W. Perfil de liderança em empreendimentos de economia solidária. **Perspectiva**: Erechim, v. 37, n. 138, junho 2013, p. 93-104. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138_350.pdf.. Acesso em: 13 nov. 2019.

PEREIRA, M. A. O. A reabilitação psicossocial no atendimento em saúde mental: estratégias em construção. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 658-664, 2007.

PETERSEN, F.; SOUZA, T. G.; LOPES, A. A. Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, ago. 2014, p. 483-495. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000200024>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200024. Acesso em: 13 nov. 2019.

PITTA, A. O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje? In: PITTA, A. (Org.) **Reabilitação psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19-26.

PITAGUARI, S. O.; SANTOS, L. M. L.; CAMARA, M. R. G. Panoramas da Economia Solidária no Brasil. In: PITAGUARI, S. O.; CORDEIRO, S. M. A.; LANZA, L. M. B. (Orgs.). **A sustentabilidade da Economia Solidária**: contribuições multidisciplinares. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

PLANO NACIONAL CONTRA A DROGA E A TOXICODEPENDÊNCIA (PNCDDT). In: **Instituto da droga e da toxicodependência**. Plano Nacional contra a droga e a toxicodependência. Lisboa, 2005-2012.

POLITA, N. B.; TACLA, M. T. G. M. Rede e apoio social às famílias de crianças com paralisia cerebral. Escola Anna Nery. **Revista de enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 75-81, 2014.

PORTUGAL, S. Dádiva, família e redes sociais. Em S. Portugal e P. H. Martins (Org.). **Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais**. Coimbra: Imprensa e Universidade de Coimbra, 2011, p. 39-54.

PRADO, B. A.; OLIVEIRA, B. A. M. 2000. **Empreendimentos Solidários no Campo das Vertentes**: algumas considerações sobre o desenvolvimento da Outra Economia. Disponível em: <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/536>. Acesso em: 04 dez 2019.

REBEHY, P. et al. Co-Labora Incubadora de Empreendimentos Solidários: Experiência de Economia Solidária em Projetos de Extensão Universitária em Ribeirão Preto. **Revista de Cultura e Extensão USP**, 12. 10.11606/issn.16-9060 v. 12, isupl. P37-55, 2015.

REIS, V. Sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. **ABRASCO**. [Homepage]. Publicado em 20 fev. 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/saude-da-populacao/sobre-as-mudancas-na-politica-nacional-de-saude-mental-e-nas-diretrizes-da-politica-nacional-sobre-drogas/39619/>. Acesso em: 04 dez 2019

RIBEIRÃO PRETO. **Lei nº 13.959 de 10 de março de 2017**. Institui a política municipal de fomento à economia solidária e cria o programa municipal de economia solidária e dá outras providências. Diário Oficial de Ribeirão Preto: Poder Legislativo, Ribeirão Preto, SP, ano 45, n. 10.162, p. 11-15, 14 mar. 2017a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/2017/1395/13959/lei-ordinaria-n-13959-2017-institui-a-politica-municipal-de-fomento-a-economia-solidaria-e-cria-o-programa-municipal-de-economia-solidaria-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 set. 2019.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei nº 14.060 de 14 de setembro de 2017**. Dispõe sobre a realização da feira de economia solidária no município de ribeirão preto, conforme especifica. Diário Oficial de Ribeirão Preto: Poder Legislativo, Ribeirão Preto, SP, ano 45, n. 10.291, p. 2, 21 set. 2017b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/2017/1406/14060/lei-ordinaria-n-14060-2017-dispoe-sobre-a-realizacao-da-feira-de-economia-solidaria-no-municipio-de-ribeirao-preto-conforme-especifica>. Acesso em 20 set. 2019.

RIBEIRÃO PRETO. Secretaria de Assistência Social. **Cetrem**. [homepage]. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/assistencia-social/cetrem>. Acesso em: 29 de nov. de 2019.

RIBEIRO, M. O lugar da economia solidária no atual governo. **Conexão planeta**: inspiração para a ação. 16 jan. 2019. Disponível em: <http://conexaoplaneta.com.br/blog/o-lugar-da-economia-solidaria-no-atual-governo/>. Acesso em: 04 dez 2019.

RODRIGUES, R. C.; MARINHO, T. P. C.; AMORIM, P. Reforma psiquiátrica e inclusão social pelo trabalho. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1615-1625, 2010. Suplemento 1.

SANDOR, E. R. S. et al. Demanda de apoio social pela família da criança com paralisia cerebral. **Revista Eletrônica de enfermagem**, v. 16, n. 2, p. 417-25, 2014.

SANTOS, J. A.; OLIVEIRA, M. L. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. **Jornal of Nursing Health**. Pelotas – RS, v. 1, n. 2, p. 82-93, 2012.

SANTIAGO, E.; YASUI, S. Saúde mental e economia solidária: cartografia do seu discurso político. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 700-711, 2015.

SANTOS, A. M.; CARNEIRO, V. G. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. **E-cadernos CES** [Online], 02, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1260>. Acesso em: 15 set 2019.

SÃO PAULO (estado). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenadoria Regional de Saúde Oeste. MEDEIROS, G. O. L. et al. **Rede local de saúde mental e Economia Solidária – Redinha Oeste**. Jun. 2015a. 5p

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Estado da Saúde. **Plano de ação regional RAPS**. CIR Sorocaba. Sorocaba, SP: 2015b. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da->

saude/homepage/grupo-tecnico-de-aco-es-estrategicas-gtae/saude-mental-alcool-e-drogas/planos-de-acao-das-raps-aprovadas-em-cib/plano-de-acao-sorocaba/raps_sorocaba_2.pdf. Acesso em: 04 dez 2019

SARACENO, B. **Libertando entidades**. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Tê Corá? Instituto Franco Basaglia, 1999. 176 p.

SARACENO, B. **Libertando identidades**: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Belo Horizonte/Rio de Janeiro. Te Corá Editora/Instituto Franco Basaglia, 2001.

SARACENO, B. A cidadania como forma de tolerância. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 93-101, 2011.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Mercado de Trabalho**, v. 57, Ipea, ago. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3757?mode=full>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SILVA, A. P. D.; FERIGATO, S. H. Saúde mental e trabalho: diálogos sobre direito, desejo e necessidade de acesso. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 4, 2017, p. 803-816. DOI:<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO0951>.

SILVA, E. P.; OLIVEIRA, T. M.; BERTANI, I. F. Saúde mental e economia solidária: uma relação em construção. In: **Anais do V Encontro Internacional de Economia Solidária**: O Discurso e a Prática da Economia Solidária. São Paulo: NESOL, 2007.

SILVA, F. J.G.; MONTEIRO, C.F.S. Reflections on the drug policies: Historical and contextual interface. **Revista de Enfermagem UFPE [Online]**. v. 8, p. 2907 – 2914, 2014. Suplemento 1.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a. p. 7 – 23.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer; Souza. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, Coleção economia, 2003.

SOARES, M. et al. O apoio da rede social a transexuais femininas. **Paideia**, v. 21. n. 48, p. 83-92, 2011.

SOARES, L. B. A história da terapia ocupacional. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia ocupacional**: fundamentação & prática. Rio de Janeiro: Guanabara, 2007. Cap. 1. p. 3-9.

SOLAR, O.; IRWIN, A. **A conceptual framework for action on the social determinants of health**: Social Determinants of Health Discussion. Paper 2 (Policy and Practice). World Health Organization, Geneva, 2010.

SOUZA, J. et al. Brazilian Public Policies on Drugs: an analysis considering the aspects of assistance, prevention and supply control. **Journal of Addictions Nursing**, v. 29, n. 1, p. 50-56, 2018

SOUZA, M. L.; GARNELO, L. Desconstruindo o alcoolismo: notas a partir da construção do objeto de pesquisa no contexto indígena. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, Ano IX, n. 2, 2006.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. v. 8, n. 1, p. 102-6, 2010, pt 1. Disponível em: <http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/1134-Einsteinv8n1p102-106.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. **Economia solidária e autogestão**: a criação e recriação de trabalho e renda. IPEA, 24 ago. 2004. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5250>. Acesso em 12 nov. 2019.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. **Economia solidária e autogestão no Brasil**: síntese de uma pesquisa. IPEA, 28 set 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5165>. Acesso em: 12 nov. 2019.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**: v. 19, ed. esp. 1, 2007, p. 38-46.

UNISOL BRASIL – CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS. **Quem somos**. [homepage], 2015. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

URSI, E. S. **Prevenção de lesões de pele no pré-operatório**: revisão integrativa da literatura. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Fundamental). Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, 2005. doi:10.11606/D.22.2005.tde-18072005-095456 Acesso em: 4 dez. 2019.

VERONESE, M. V. A economia solidária e a formação de lideranças democráticas. **Revista Diálogo**: Canoas, n. 18, jan-jun 2011, p. 97-114. Disponível em: https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/dialogo/Aguardando_liberacao_direitos_autorais/2011_n18/mvveronese.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **A conceptual framework for action on the social determinants of health**. Social Determinants of Health Discussion Paper 2. Geneva: World Health Organization, 2010.

WEIL, A. **The natural mind**: an investigation of drugs and the higher consciousness. Trad.: LIMA, N. P. São Paulo: Ground, 1986, 181 p.

ZACCARELLI, L. M.; GODOY, A. S. **Perspectivas do uso de diários nas pesquisas em organizações**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 550-563, set. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512010000300011 Acesso em: 26 ago. 2016.

ZANIM, G.; SOARES, P. T.; FIORATI, R. C. Geração de renda em economia solidária: relato de experiência de uma oficina com usuários de CAPS-ad II. In:

Congresso De Pesquisadores De Economia Solidária, 2, 2018, São Carlos. Anais II. São Carlos: Diagrama Editorial, 2018. Disponível em <http://www.conpes.ufscar.br/anais-ii-conpes>. Acesso em: 2 Dez. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro para observação participante

1. Observar os participantes

- 1.1 Suas histórias de participação no grupo;
- 1.2 Suas condições socioeconômicas;
- 1.3 O grau de vulnerabilidade social que se encontram;
- 1.4 Como que cada um se coloca diante do grupo?

2. Observar o grupo

- 2.1 Como se dá a coordenação do grupo?
- 2.2 Como é dividido e organizado o processo de trabalho no grupo de geração de renda?
- 2.3 Como se dá a participação e tomada de decisão de cada membro, perante o grupo?
- 2.4 Quais fatores mostram-se como facilitadores da convivência e da produção no grupo de geração de renda?
- 2.5 Quais fatores mostram-se como dificultadores da convivência e da produção no grupo de geração de renda?

3. Observar as feiras de Economia Solidária

- 3.1 Como se dão as participações dos membros e tomada de decisões referentes à feira de Economia Solidária?
- 3.2 Quais as potencialidades e dificuldades que os membros vivenciam durante as feiras de Economia Solidária?

4. Referente à pesquisadora

- 4.1 Quais as influências exercidas pela pesquisadora no grupo de geração de renda?

APÊNDICE B**Questionário Socioeconômico – Modelo adaptado****1. IDENTIFICAÇÃO:**

Número de ID: _____

Nome: _____

Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

Bairro: _____

Cidade de Origem: _____

Raça:

☐ branca ☐ preta ☐ parda ☐ amarela ☐ indígena

Data de nascimento: _____

Estado civil:

☐ casado(a) ☐ solteiro(a) ☐ viúvo(a)☐ divorciado(a)/separado(a)/desquitado(a) ☐ união estável☐ outro: _____**2. MERCADO DE TRABALHO****a.) Qual é sua situação atual de trabalho?**☐ Empregado assalariado com carteira de trabalho assinada☐ Empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada☐ Funcionário Público☐ Conta própria ou autônomo☐ Aposentado☐ Desempregado☐ Outra. Qual? _____**b.) Quanto você recebe?**☐ até ½ salário mínimo (R\$ 440)

- ( ) mais de ½ salário até 1 salário mínimo (R\$ 440 a R\$ 880)
- ( ) de 1 salário até 2 salários (R\$ 880 a R\$ 1.760)
- ( ) de 2 salários até 3 salários (R\$ 1.760 a R\$ 2.640)
- ( ) de 3 salários até 5 salários (R\$ 2.640 a R\$ 4.400)
- ( ) acima de 5 salários (R\$ 4.400 ou mais)

c.) Quantas horas por dia você costuma trabalhar?

- ( ) 4 horas p/dia
- ( ) 6 horas p/dia
- ( ) 8 horas p/dia
- ( ) Mais de 8 horas p/dia
- ( ) Trabalho só de vez em quando

d.) Quanto tempo você leva da sua casa até o local de trabalho?

- ( ) até 1 hora
- ( ) entre 1 e 2 horas
- ( ) entre 2 e 3 horas
- ( ) entre 3 e 4 horas
- ( ) mais de 4 horas

e.) Em caso de desemprego:

Do que você e sua família vive? _____

3. EDUCAÇÃO

Grau de instrução pessoal:

- ( ) sem estudo
- ( ) primeiro grau incompleto (ensino fundamental)
- ( ) primeiro grau completo (ensino fundamental)
- ( ) segundo grau incompleto (ensino médio)

- ( ) segundo grau completo (ensino médio)
- ( ) ensino técnico incompleto
- ( ) ensino técnico completo
- ( ) superior incompleto (faculdade)
- ( ) superior completo (faculdade)

4. FAMÍLIA

a.) Qual a renda de sua família (soma dos salários de todos os membros/pessoas)?

- ( ) até ½ salário mínimo (R\$ 440)
- ( ) mais de ½ salário até 1 salário mínimo (R\$ 440 a R\$ 880)
- ( ) de 1 salário até 2 salários (R\$ 880 a R\$ 1.760)
- ( ) de 2 salários até 3 salários (R\$ 1.760 a R\$ 2.640)
- ( ) de 3 salários até 5 salários (R\$ 2.640 a R\$ 4.400)
- ( ) acima de 5 salários (R\$ 4.400 ou mais)

b.) Membros da família

- Número de pessoas? _____

---

5. DOMICÍLIO

a.) Condição de domicílio:

- ( ) Casa própria
- ( ) Alugada
- ( ) Cedida.
- ( ) Outros _____

b.) Você mora em:☐ Casa de Cohab☐ Condomínio☐ “Comunidade”☐ Outros _____**c.) Situação da moradia:**

RECURSOS DISPONÍVEIS	SIM	NÃO
Na sua casa tem escoamento de esgoto sanitário?		
Você tem acesso a água canalizada?		
Na sua casa tem coleta de lixo?		
Na sua casa tem energia elétrica?		
Você tem telefone fixo?		
Você tem televisão?		
Você tem geladeira?		
Você tem fogão?		
Você tem filtro de água?		
Você tem rádio?		
Você tem televisão à cores?		
Você tem automóvel?		
Você tem máquina de lavar roupa?		
Você tem computador?		
Você tem acesso à internet?		
Você tem celular?		

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL:**1. Estrutura física do bairro em que vive:**

a.) Seu bairro tem:

( ) Escolas;

( ) Serviços de saúde;

( ) Locais de lazer (esporte, praças, clubes e outros);

( ) Locais de cultura (cinema, teatro, música e outros);

( ) Ambiente seguro.

b.) Que aspectos são positivos (bons) no seu bairro?

---

c.) Que aspectos são negativos (ruins) no seu bairro?

---

d.) O que precisa melhorar?

---

2. Geração de renda e gastos familiares:

a.) Como você faz para conciliar o trabalho com o cuidado com os filhos?

---

b.) E o trabalho com o cuidado da casa?

---

c.) A renda familiar atual é suficiente para todos os gastos? Por quê?

Exemplos: alimentação, roupas, gás, água, luz, entre outros.

---

d.) O que você faz quando o dinheiro não dá?

---

e.) Quais são os principais gastos familiares?

Exemplos: alimentação, roupas, gás, água, luz, entre outros.

---

3. Organização familiar:

a.) Quem é a sua família (quem você considera como sendo parte de sua família)?

---

b.) Qual a rotina diária da sua família (o que você faz, seus filhos... diariamente)?

---

c.) Quem fica com seus filhos na sua ausência (seja para trabalho, passear ou resolver algum problema)?

---

4. Acesso aos mecanismos de proteção social - públicos e privados:

a.) Em caso de algum problema/dificuldade (problemas de saúde, cuidado com seus filhos, falta de dinheiro), o que você faz? A quem você recorre?

---

5. Políticas Sociais - serviços e benefícios sociais:

a.) Quais locais você conhece e mais utiliza de seu bairro?

Exemplos: creche, posto de saúde, hospital, escola, entre outros.

---

b.) Você utiliza algum programa assistencial do governo?

Exemplos: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); LOAS e Aposentadoria, ou Benefício doença?

( ) Não

( ) Sim. Qual: _____

Valor: _____

Como conheceu o programa? Em que ele te ajuda?

---

6. Redes sociais:

a.) Em caso de necessidade, quem te dá mais apoio?

Exemplos: família, parentes, vizinhos, amigos.

---

b.) Que tipo de apoio você recebe deles?

APÊNDICE C

Roteiro para entrevistas semiestruturadas

1. Integrantes da oficina de Geração de Renda

- 1.1 Como você entrou no grupo de geração de renda do CAPS-ad II?
- 1.2 O que você sabe sobre Economia Solidária?
- 1.3 Quais as dificuldades que você tem para participar deste grupo?
- 1.4 Quais as dificuldades que o grupo apresentou para se formar?
- 1.5 Quais as potencialidades/o que há de bom/pontos positivos que esse grupo tem de se tornar mais estável/firme?
- 1.6 Quais as características/fatos que ajudam/dão força para o grupo existir?
- 1.7 Quais os tipos de apoio que você recebe para participar do grupo?
- 1.8 O que o grupo mudou na sua vida?

2. Coordenadora da oficina de Geração de Renda

- 2.1 Descreva todo o processo de formação do grupo de geração de renda do CAPS-ad II desde seu início até o momento.
- 2.2 Quais as maiores dificuldades encontradas neste processo?
- 2.3 Quais os elementos potencializadores para a existência deste grupo?
- 2.4 Quais as redes de apoio que este grupo possui?

3. Membros da Co-Labora ITES

- 3.1 Descreva o processo de formação da Co-Labora até o momento.
- 3.2 Qual sua análise a respeito do grupo de geração de renda, a oficina de sabonetes (Artesanato Lótus) do CAPS-ad II?
- 3.3 Quais as potencialidades e dificuldades que o grupo de geração de renda, (Artesanato Lótus), apresentou para se consolidar?